

UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE - UNIVALE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
EM GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO - GIT

Gisela Oliveira e Silva Costa

CONSTITUIÇÃO DE TERRITORIALIDADES DE JOVENS QUE CUMPREM
MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO, EM GOVERNADOR
VALADARES (MG): ENTRE ESTRATÉGIAS E TÁTICAS

Governador Valadares

2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Ficha Catalográfica – Sistema de Bibliotecas (Sibi/UNIVALE)

C837c Costa, Gisela Oliveira e Silva
Constituição de territorialidades de jovens que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto, em Governador Valadares (MG) : entre estratégias e táticas / Gisela Oliveira e Silva Costa ; orientadora Maria Celeste Reis F. de Souza ; coorientadora Fernanda Cristina de Paula. -- Governador Valadares, 2025.
120 p.: il. color.

Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) – Universidade Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2025.

1. Medidas Socioeducativas. 2. Adolescentes Aconselhamento. 3. Jovens socialmente excluídos. 4. Brasil. 5. Territorialidades e Memória. I. Souza, Maria Celeste Reis Fernandes de, orient. II. Paula, Fernanda Cristina de, coorien. III. Título.

CDD: 361.4

**UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE - UNIVALE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
EM GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO - GIT**

Gisela Oliveira e Silva Costa

**CONSTITUIÇÃO DE TERRITORIALIDADES DE JOVENS QUE CUMPREM
MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO, EM GOVERNADOR
VALADARES (MG): ENTRE ESTRATÉGIAS E TÁTICAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território, da Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE), como requisito obrigatório para obtenção do Título de Mestre em Gestão Integrada do Território.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Celeste Reis F. de Souza.
Coorientador: Prof. Dra. Fernanda Cristina de Paula
Área de Concentração: Estudos Territoriais.
Linha de Pesquisa: Território, Direitos, Educação e Saúde
Núcleo Interdisciplinar Educação, Saúde e Direitos – NIESD.
Temáticas Estruturantes: Educação. Vulnerabilidade e Violência.

Governador Valadares

2025

**Missão**

Construir e compartilhar o conhecimento por meio da formação de profissionais competentes, éticos e comprometidos com o desenvolvimento humano e regional.

Visão

Ser referência como instituição educacional inovadora, comunitária e inclusiva.

UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE
Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território

Gisela de Oliveira Silva e Costa

**“CONSTITUIÇÃO DE TERRITORIALIDADES DE JOVENS QUE CUMPREM
MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO, EM GOVERNADOR
VALADARES (MG): ENTRE ESTRATÉGIAS E TÁTICAS”,**

Dissertação aprovada em 30 de setembro de
2025, pela banca examinadora com a seguinte
composição:

Documento assinado digitalmente
MARIA CELESTE REIS FERNANDES DE SOUZA
Data: 24/10/2025 13:00:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Maria Celeste Reis Fernandes de Souza
Orientadora – GIT/UNIVALE

Documento assinado digitalmente
FERNANDA CRISTINA DE PAULA
Data: 30/10/2025 22:00:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Fernanda Cristina de Paula
Coorientadora-GIT/UNIVALE

Documento assinado digitalmente
JORDDANA ROCHA DE ALMEIDA
Data: 27/10/2025 15:00:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Jorddana Rocha de Almeida
Examinadora – IFMG, Campus Sabará

Documento assinado digitalmente
MAURO AUGUSTO DOS SANTOS
Data: 28/10/2025 10:01:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Mauro Augusto dos Santos
Examinador – GIT/UNIVALE

Documento assinado digitalmente
MARIA GABRIELA PARENTI BICALHO
Data: 28/10/2025 09:11:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Maria Gabriela Parenti Bicalho
Examinadora- GIT/Univale

Campus I

Campus Armando Vieira
Rua Juiz de Paz José Lemos, 695 – Vila Bretas
CEP: 35030-260 | Governador Valadares/MG

(33) 3279-5200

Campus II

Campus Antônio Rodrigues Coelho
Rua Israel Pinheiro, 2000 – Universitário
CEP: 35020-220 | Governador Valadares/MG

(33) 3279-5500

univale.br

Recredenciada pela Portaria Ministerial N° 1.669, de 28/11/2011 e pelo parecer CNE/CES N° 285/2011 | Fundação Percival Farquhar (Mantenedora) CNPJ: 20.611.810/0001-91

**Missão**

Construir e compartilhar o conhecimento por meio da formação de profissionais competentes, éticos e comprometidos com o desenvolvimento humano e regional.

Visão

Ser referência como instituição educacional inovadora, comunitária e inclusiva.

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território
ATA DA BANCA EXAMINADORA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
Gisela de Oliveira Silva e Costa

Ao trigésimo dia do mês de setembro de dois mil e vinte e cinco (30/09/2025), às quatorze (14:00h) horas, na sala 02, bloco A2, Campus II da Univale, sob a coordenação da Dra. Maria Celeste Reis Fernandes de Souza -GIT/UNIVALE, Professora Orientadora, e Professora Coorientadora Dra. Fernanda Cristina de Paula- GIT/UNIVALE, reuniram-se os membros efetivos da Banca Examinadora da Dissertação de Mestrado intitulada: **“CONSTITUIÇÃO DE TERRITORIALIDADES DE JOVENS QUE CUMPREM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO, EM GOVERNADOR VALADARES (MG): ENTRE ESTRATÉGIAS E TÁTICAS”**, elaborada pela discente **Gisela de Oliveira Silva e Costa**, do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce – GIT/UNIVALE – Nível Mestrado Acadêmico, Linha de Pesquisa: Território, Direitos, Educação e Saúde. A Banca Examinadora foi composta pelas(os) professoras (es): Dra. Jordana Rocha de Almeida – IFMG, campus Sabará; Dr. Mauro Augusto dos Santos – GIT/UNIVALE e Dra. Maria Gabriela Parenti Bicalho (Suplente)- UFJF/GV. A Professora Orientadora iniciou a sessão apresentando os componentes da Banca Examinadora e informou que a discente atendeu as exigências do Art. 82 do Regulamento do Programa. Em seguida, apresentou a discente, leu o título da dissertação e lhe passou a palavra. Feita a apresentação por parte da mestrando, as(os) avaliadoras(es) fizeram questionamentos e comentários. Em todos os momentos foi dado o direito à discente de responder aos questionamentos. Por fim, a Banca se reuniu sem a participação da discente e do público, decidindo pela: (X) Aprovação; () Aprovação com solicitação das revisões, constantes nas “observações”, no prazo máximo de 60 dias; () Reprovação. O resultado final foi comunicado publicamente à candidato pela Presidente da Banca.

OBSERVAÇÕES: A banca recomenda publicação do trabalho em artigos acadêmicos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ata, que será assinada por todos os membros participantes da Banca Examinadora.

Documento assinado digitalmente
gov.br MARIA CELESTE REIS FERNANDES DE SOUZA
Data: 24/10/2025 12:58:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Maria Celeste Reis Fernandes de Souza
Professora Orientadora

Documento assinado digitalmente
gov.br FERNANDA CRISTINA DE PAULA
Data: 30/10/2025 22:00:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Fernanda Cristina de Paula
Coorientadora

Documento assinado digitalmente
gov.br JORDANA ROCHA DE ALMEIDA
Data: 27/10/2025 14:47:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Jordana Rocha de Almeida
Avaliadora

Documento assinado digitalmente
gov.br MAURO AUGUSTO DOS SANTOS
Data: 28/10/2025 10:01:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Mauro Augusto dos Santos
Avaliadora

Documento assinado digitalmente
gov.br MARIA GABRIELA PARENTI BICALHO
Data: 28/10/2025 09:11:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Maria Gabriela Parenti Bicalho
Avaliadora (Suplente)

Campus I

Campus Armando Vieira
Rua Juiz de Paz José Lemos, 695 – Vila Bretas
CEP: 35030-260 | Governador Valadares/MG

(33) 3279-5200

Campus II

Campus Antônio Rodrigues Coelho
Rua Israel Pinheiro, 2000 – Universitário
CEP: 35020-220 | Governador Valadares/MG

(33) 3279-5500

univale.br

Dedico este trabalho às jovens e aos jovens que por mim foram atendidos nesses vinte e quatro anos de profissão.

De forma especial, dedico aos jovens que morreram vítimas de homicídio, sobretudo ao Fabrinny, Guilherme e David, com os quais convivi e tentei ajudar, mas não foi possível evitar que suas vidas fossem abreviadas ainda na juventude.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, Senhor de todas as coisas e da minha vida, que me permitiu chegar até aqui.

À minha família, que sempre me incentivou a dar continuidade aos meus estudos, mas precisou me dividir com cadernos, livros, aulas e reuniões. De forma especial agradeço ao meu marido, Evandro, pela paciência e aos meus queridos filhos, Mari, pela parceria cotidiana e Mateus, pelo “dengquinho” de todo dia.

Aos professores e às professoras do GIT, por todo aprendizado, desde as questões acadêmicas àquelas do cotidiano da vida, da pesquisa, do fazer profissional. Minha admiração por todos, que mesmo sendo doutores, conservam a simplicidade e com seus jeitos de ser nos ensinam mais que com as palavras. Em especial, minha gratidão à professora Fernanda Cristina de Paula, minha coorientadora, por todo apoio e incentivo, desde o início das aulas.

E à minha querida orientadora, Celeste, o que dizer dessa pessoa tão pequena em estatura, mas tão grande em conhecimento e sabedoria? Foi mais que uma professora, foi uma bússola que apontava o caminho a ser seguido. Sou grata a cada correção e dicas importantes que me ajudaram a sair um pouco das caixinhas, do Serviço Social, do conflito com a lei e ter uma atenção mais voltada para os sujeitos. Com certeza, a caminhada ao seu lado me trouxe muitas aprendizagens e me tornou um pouco mais humana.

Às professoras doutoras que compuseram a banca de qualificação: Jorddana Rocha Almeida, Maria Gabriela Parenti Bicalho e Sueli Siqueira, pelas valiosas contribuições apresentadas. Agradeço a Jorddana e Maria Gabriela por aceitaram participar da banca de apresentação deste trabalho, incluindo agora o professor doutor, Mauro Augusto Santos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Ensino Superior (Capes) pela concessão da bolsa que muito contribuiu para que eu pudesse concluir os estudos com tranquilidade e mais motivação.

Aos e às colegas do GIT, com quem compartilhei o processo de caminhada; vocês foram fundamentais para a compreensão da interdisciplinaridade, com suas partilhas e vivências tão

diferentes das minhas. Destaco aqui a parceria das amigas Jacqueline e Flávia, que ainda estão no mestrado, com as quais compartilhei as delícias e dores de ser mestranda, mãe, esposa, dona de casa, cristã...

Aos companheiros e às companheiras da Vara da Infância e Juventude e do Grupo de Articulação em Rede (GAR), que dividem comigo o cotidiano de trabalho junto ao público infantojuvenil. Talvez não saibam, mas cada conversa, reunião, cada encontro nosso é para mim oportunidade de aprendizado e de reflexão, que contribuiu também para a escrita desta dissertação.

De forma especial, minha gratidão a toda equipe do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) de Governador Valadares, principalmente aos técnicos da medida: Kevin, Poliana, Sirlene e Cintia, que abriram as portas do território de trabalho para a pesquisa e compartilharam seus cotidianos profissionais com toda atenção e cuidado. Vocês foram fundamentais para que eu pudesse ouvir os jovens.

Agradeço, sobretudo, aos dez jovens que atendi no Creas, que aceitaram participar da pesquisa e dividiram um pouco de suas vivências, suas territorialidades comigo e com todos/as aqueles/as que se dedicarem à leitura deste trabalho. Embora não possamos revelar publicamente seus nomes, em meu coração estão gravados.

Enfim, a palavra nesse momento é gratidão, pela caminhada percorrida, pelos caminhantes que encontrei, por chegar até aqui.

RESUMO

Este estudo se sustenta na defesa dos direitos das crianças e adolescentes, conforme preconizado pelo Estatuto da Criança e Adolescente, e tem como objetivo compreender a constituição de territorialidades de jovens que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto, em Governador Valadares (MG), em suas relações com os territórios marcados pela vulnerabilidade e violência. A complexidade envolvida no objeto de estudo foi instigadora do exercício interdisciplinar construído, tomando como referência autores e autoras das áreas da Educação, Geografia, História, Serviço Social, Sociologia, com foco na Sociologia da Juventude. Tomam-se como referência as contribuições de Michel de Certeau sobre cotidianos, estratégias e táticas; as contribuições de Bernard Charlot sobre os jovens como sujeitos sociais e singulares, e os sentidos antropológicos do aprender; as contribuições de Bourdieu sobre o efeito território; as contribuições de Dirce Korga e autores/as do campo da Geografia com as reflexões sobre territórios, territorialidades e vulnerabilidades. No esforço teórico de se reconhecer os/as jovens como sujeitos em suas singularidades, adotam-se contribuições da Sociologia da Juventude para refletir sobre a realidade das juventudes, destacando sua condição e situação juvenil e lançar suspeitas sobre o termo adolescente em conflito com a lei, propondo uma discussão sobre os jovens em situação de conflito com a lei. Utilizando a abordagem qualiquantitativa é realizada uma aproximação com a realidade dos jovens que cumprem medidas socioeducativas no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (Creas) de Governador Valadares, desenvolvendo uma pesquisa documental que desvela o perfil desse público e as vulnerabilidades dos territórios em que vivem. Também são realizadas entrevistas narrativas com dez jovens, seis do sexo masculino e quatro do sexo feminino, que cumpriam medidas socioeducativas em meio aberto, no primeiro semestre de 2025, sendo possível conhecer suas histórias de vida e capturar as táticas construídas para viverem em territórios marcados pela vulnerabilidade e violência. A análise dos dados quantitativos apoia-se nas contribuições teóricas sobre letramento estatístico e opera-se, na análise das entrevistas, com os conceitos de estratégia e tática, propostos por Michel de Certeau. Os resultados mostram a constituição de territorialidades engendradas em táticas de sobrevivência, pertencimentos, contornamentos, aprendizagens, bem como a criação de vínculos com os territórios em que vivem, sobretudo na relação com a família, colegas, profissionais de acolhimento ou das medidas socioeducativas. Conclui-se que embora os jovens estudados sejam público-alvo do ECA, as políticas públicas para esse público são frágeis, o que favorece o contexto de desproteção social e exposição a diversos tipos de vulnerabilidades. Espera-se que o estudo contribua para ampliar os olhares sobre os/as jovens em situação de conflito com a lei e para uma melhor gestão integrada do território, no sentido de garantir a proteção integral ao público infantojuvenil.

Palavras-chave: ECA; Medidas socioeducativas em meio aberto; Juventudes; Interdisciplinaridade.

RESUMEN

Este estudio se sustenta en la defensa de los derechos de niñas, niños y adolescentes, conforme lo establece el Estatuto de la Niñez y Adolescencia, y tiene como objetivo comprender la constitución de territorialidades de jóvenes que cumplen medidas socioeducativas en medio abierto, en Governador Valadares (MG), en sus relaciones con los territorios marcados por la vulnerabilidad y la violencia. La complejidad involucrada en el objeto de estudio fue instigadora del ejercicio interdisciplinario construido, tomando como referencia autores y autoras de las áreas de Educación, Geografía, Historia, Servicio Social, Sociología, con foco en la Sociología de la Juventud. Se toman como referencia los aportes de Michel de Certeau sobre lo cotidiano, las estrategias y las tácticas; los aportes de Bernard Charlot sobre los jóvenes como sujetos sociales y singulares, y los sentidos antropológicos del aprender; los aportes de Bourdieu sobre el efecto territorio; y los aportes de Dirce Korga y autores/as del campo de la Geografía con reflexiones sobre territorios, territorialidades y vulnerabilidades. En el esfuerzo teórico por reconocer a los/as jóvenes como sujetos en sus singularidades, se adoptan contribuciones de la Sociología de la Juventud para reflexionar sobre la realidad de las juventudes, destacando su condición y situación juvenil, y cuestionando el término “adolescente en conflicto con la ley”, proponiendo una discusión sobre los jóvenes en situación de conflicto con la ley. Utilizando un enfoque cualicuantitativo, se realiza una aproximación a la realidad de los jóvenes que cumplen medidas socioeducativas en el Centro de Referencia Especializado de la Asistencia Social (Creas) de Governador Valadares, desarrollando una investigación documental que revela el perfil de este público y las vulnerabilidades de los territorios en los que viven. También se realizan entrevistas narrativas con diez jóvenes, seis del sexo masculino y cuatro del sexo femenino, que cumplieran medidas socioeducativas en medio abierto, durante el primer semestre de 2025, lo que permitió conocer sus historias de vida y captar las tácticas construidas para vivir en territorios marcados por la vulnerabilidad y la violencia. El análisis de los datos cuantitativos se apoya en aportes teóricos sobre el letramento estadístico, y en el análisis de las entrevistas se operan los conceptos de estrategia y táctica propuestos por Michel de Certeau. Los resultados muestran la constitución de territorialidades engendradas en tácticas de supervivencia, pertenencia, contorneamientos, aprendizajes, así como la creación de vínculos con los territorios en los que viven, sobre todo en relación con la familia, compañeros/as, profesionales de acogida o de las medidas socioeducativas. Se concluye que, aunque los jóvenes estudiados son público-objetivo del ECA, las políticas públicas dirigidas a este grupo son frágiles, lo que favorece un contexto de desprotección social y exposición a diversos tipos de vulnerabilidades. Se espera que el estudio contribuya a ampliar las miradas sobre los/as jóvenes en situación de conflicto con la ley y a una mejor gestión integrada del territorio, en el sentido de garantizar la protección integral del público infantojuvenil.

Palabras clave: ECA; Medidas socioeducativas en medio abierto; Juventudes; Interdisciplinariedad.

“Ando devagar porque já tive pressa
e levo esse sorriso porque já chorei demais.
Hoje me sinto mais forte, mais feliz, quem sabe.
Só levo a certeza de que muito pouco sei, ou nada sei.”
(Almir Sater)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxograma de atendimento do Creas.....	53
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Gênero dos/as jovens em cumprimento de MSE de meio aberto.....	62
Gráfico 2 – Raça/cor dos/as jovens em cumprimento de MSE de meio aberto	62
Gráfico 3 – Idade dos/as jovens em cumprimento de MSE de meio aberto.....	63
Gráfico 4 – Escolaridade dos/as jovens em cumprimento de MSE de meio aberto.....	63
Gráfico 5 – Bairros dos/as jovens em cumprimento de MSE de meio aberto.....	64
Gráfico 6 – Frequência dos atos infracionais	67
Gráfico 7 – Tipos de medidas socioeducativas determinadas	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Atos infracionais por gênero.....	69
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Artigos que tratam sobre a história de vida e trajetória dos adolescentes que cumprem medidas em meio aberto	37
Quadro 2 – Artigos sobre adolescentes em conflito com a lei que citam território	41
Quadro 3 – Perfil dos/as jovens e data de realização das entrevistas	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Ame Se – Atendimento às Medidas Socioeducativas

Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAPSi – Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Creas – Centro de Referência Especializado da Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisadores e Pesquisadoras em Serviço Social

Fapemig – Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Minas Gerais

GIT – Gestão Integrada do Território

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDSC – Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades

LA – Liberdade Assistida

Niesd – Núcleo Interdisciplinar de Território, Direitos, Educação e Saúde

Pemse – Polo de Evolução de Medidas Socioeducativas

PIA – Plano Individual de Atendimento

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PSC – Prestação de Serviço à Comunidade

RSL – Revisão Sistemática de Literatura

TJMG – Tribunal de Justiça de Minas Gerais

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UNIVALE – Universidade Vale do Rio Doce

VIJ – Vara da Infância e Juventude

SUMÁRIO

1 PRIMEIROS PASSOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA PESQUISA – SITUANDO O ESTUDO.....	19
2 CAMINHADAS TEÓRICAS DA CONSTRUÇÃO DE UMA PESQUISA	28
2.1 CAMINHADA EM MOVIMENTO – DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI PARA JUVENTUDES EM SITUAÇÃO DE CONFLITO COM A LEI	28
2.2 CAMINHADA EM MOVIMENTO – A RELAÇÃO ENTRE TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES JUVENIS	43
3 CAMINHOS POSSÍVEIS PARA A REALIZAÇÃO DE UMA PESQUISA.....	51
3.1 A ENTRADA NO CREAS	51
3.2 CAMINHANDO POR ENTRE DOCUMENTOS DO CREAS	54
3.3 O ENCONTRO COM OS/AS JOVENS NO CREAS	55
4 CONHECENDO O PERFIL E OS TERRITÓRIOS DOS/AS CAMINHANTES	60
4.1 LENDO OS DADOS E CAMINHANDO ENTRE ELES	61
4.1.1 Perfil dos/as jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de meio aberto	61
4.1.2 Atos infracionais e as medidas socioeducativas	67
4.2 CAMINHANDO PARA ALÉM DOS DADOS	72
5 CAMINHANTES E TÁTICAS: ENTRE NARRATIVAS.....	76
5.1 NARRATIVAS DE CAMINHANTES – PESQUISADORA E JOVENS	76
5.1.1 PG - 5 de abril.....	77
5.1.2 Do Gás -5 de maio	77
5.1.3 Fa, 05 de maio.....	78
5.1.4 Edu, 18 de junho.....	79
5.1.5 Ti, 24 de junho	79
5.1.6 Li, 26 de junho	80
5.1.7 Tá, 26 de junho	81
5.1.8 Lopes, 1 de julho.....	81
5.1.9 Neymar, 08 de julho	82
5.1.10 Gigi, 11 de julho	82
5.2 CAPTURANDO AS TÁTICAS CONSTRUÍDAS PELOS/AS JOVENS NOS COTIDIANOS.....	86
5.2.1 Tática de sobrevivência.....	87
5.2.2 Táticas de aprendizagem	90

5.2.3 Táticas de contornamento	93
5.2.4 Tática de pertencimento	95
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
REFERÊNCIAS	101
APÊNDICE A – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TALE.....	109
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE.....	112
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TALE – MAIORES DE IDADE.....	116

1 PRIMEIROS PASSOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA PESQUISA – SITUANDO O ESTUDO

*“O caminhar de uma análise inscreve seus passos, regulares ou ziguezagueantes, em cima de um terreno habitado há muito tempo”
(Certeau, 2014a, p. 35).*

As palavras de Michel de Certeau¹, em sua obra sobre a Invenção do Cotidiano 1. Artes de fazer (2014a), representam parte dos sentimentos e reflexões que me² tomam ao iniciar esta dissertação. Isso se deve tanto por compreender, agora de outra forma, a importância do caminhar e o exercício do caminhante, como por observar que minha vida foi feita de muitos passos, às vezes em movimentos circulares, passando por terrenos habitados, há tempos ou não. Nesse percurso, encontra-se meu retorno ao território da Universidade Vale do Rio Doce (Univale), como discente, após 22 anos de conclusão do curso de graduação em Serviço Social.

Na verdade, minhas andanças pela cidade de Governador Valadares, a partir da inserção no mestrado em Gestão Integrada do Território (GIT), jamais foram as mesmas. As visitas e caminhadas realizadas por lugares conhecidos ou desconhecidos passaram a ser acompanhadas de reflexões e aprendizagens sobre o território e as territorialidades. Nesse processo, compreendi, com autoras do campo da Geografia Humana e em estudos produzidos no GIT, que o território é muito mais que o espaço físico; ele comporta também as subjetividades e singularidades dos sujeitos que o territorializam, suas narrativas, memórias e emoções. Assim, são construídas as territorialidades, o território vivido.

Grande parte das caminhadas e reflexões foram embaladas pelas palavras profundas de Michel de Certeau (2014a), que nos provocam a perceber as práticas cotidianas e captar materialidades e imaterialidades. Para o autor, “o cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada” (Certeau 2014a, p. 38), sendo, nesse processo, que o dominado tenta subverter a ordem dominante, tirar algum proveito dela e construir táticas diversas. Acredito, ainda, que me identifiquei muito com essas palavras, porque minha vida inteira foi uma subversão, em que tentei, com os poucos recursos que tinha em mãos, construir táticas para sobreviver, estudar e trabalhar.

¹ A primeira citação de um/a autor/a será feita utilizando seu nome completo, visando contemplar diferenças de gênero.

² O singular é adotado nesta escrita quando se referir às experiências pessoais da mestranda, e o plural advém das trocas teóricas construídas no processo de orientação da dissertação.

Nessas andanças, a atenção às vulnerabilidades das infâncias e juventudes sempre perpassou minha caminhada pessoal, acadêmica e profissional, desde o meu primeiro emprego até o atual. Inicialmente, como secretária de uma Igreja Católica, fui convidada a atuar na equipe diocesana da Pastoral da Criança, quando me deparei com mazelas relacionadas à fome, subnutrição, falta de infraestrutura e de informações básicas para evitar o agravamento dessas situações. Embora seja um organismo de ação social vinculado à Igreja Católica, a Pastoral da Criança³ sempre trabalhou com ações básicas de saúde e educação e não com assistencialismo. Nessa época, eu já estava cursando Serviço Social e realizava reflexões e críticas sobre o que propunham as leis e as políticas públicas e o que percebia na realidade.

Após a graduação em Serviço Social, em 2001, minha caminhada profissional iniciou ao lado de jovens em situação de conflito com a lei, no programa municipal de Atendimento às Medidas Socioeducativas (Ame Se)⁴, que atendia às medidas de prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida e semiliberdade. Foi um período desafiador, tanto por ser a primeira atuação como assistente social, quanto pelos intensos conflitos vivenciados pelos jovens e suas famílias em seus territórios e/ou no próprio programa, exigindo muito estudo e criatividade de todos os profissionais que lá atuavam.

Em 2006, ao tomar posse no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), no cargo de assistente social, continuei caminhando ao lado dos jovens em situação de conflito com a lei, na Vara da Infância e Juventude, além de outras inserções. Embora eu já conhecesse bem a complexidade das vivências juvenis, a atuação no judiciário apresenta desafios diferentes da atuação de um programa vinculado ao Poder Executivo. O trabalho com os sujeitos é muito mais pontual, pois se aproxima de uma perícia social, sendo necessário que, muitas vezes, por meio de uma única abordagem técnica, seja realizada a análise geral daquela realidade, com apontamentos de possíveis soluções para resolvê-la. Apesar dessa limitação do trabalho, como assistente social judicial, nunca consegui realizar apenas o trabalho de perita social; sempre me

³ A Pastoral da Criança é um organismo de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), fundada em 1983 pela médica sanitária Zilda Arns e pelo então arcebispo de Londrina, Dom Geraldo Magela Agnello. Atualmente se faz presente em todos os estados brasileiros e em outros 10 países da África, Ásia, América Latina e Caribe. Disponível em: <https://www.pastoraldacrianca.org.br/quemsomos>. Acesso em: 9 jul. 2025.

⁴ O Programa de Atendimento às Medidas Socioeducativas (Ame Se) foi inaugurado em Governador Valadares/MG em 2002, durante a gestão do prefeito João Domingos Fassarella. A proposta do programa era prestar atendimento aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de semiliberdade, prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida. Com a implementação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a partir de 2004 o AME foi extinto e deu lugar ao Centro de Referência Especializado da Assistência Social (Creas), que atende às medidas socioeducativas de prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida. A medida de semiliberdade atualmente é responsabilidade do governo do estado e, em Minas Gerais, sua gestão está a cargo do Polo de Evolução de Medidas Socioeducativas (Pemse).

envolvi pessoalmente, busquei criar estratégias de intervenção para acessar as políticas públicas e defender os direitos das crianças e dos jovens que por mim foram atendidos.

Ao longo de quase vinte e cinco anos caminhando junto ao público infantojuvenil, sempre estive andando por seus territórios, conhecendo de perto suas realidades e as “misérias do mundo”, como citado por Pierre Bourdieu (2008). Vi muita pobreza, fome, injustiças... Vi crianças crescerem e jovens morrerem. Acompanhei conflitos intergeracionais, histórias tristes se repetindo, desafiando os profissionais e gestores de políticas públicas. Assisti e participei de bons projetos que não existem mais; trabalhei com excelentes profissionais que se preocuparam com a garantia de direitos e outros que não se incomodavam tanto. Por muitas vezes me angustiei, me frustrei, pensei em desistir e, na busca de encontrar alternativas e respostas para continuar atuando profissionalmente, encontrei nos estudos um pouco de alento, algumas respostas e muitas outras perguntas.

Após a graduação, logo veio o desejo de fazer o mestrado; contudo, esse sonho parecia muito distante, devido a questões geográficas e econômicas. Assim, caminhei por especializações que me ajudaram a aprofundar os estudos e me qualificar profissionalmente. Realizei, ao todo, seis pós-graduações *lato sensu*, transitando entre discussões voltadas para as políticas públicas e o serviço social que muito contribuíram e me ajudaram a compreender o contexto vivido e continuar em frente.

Apesar de racionalmente compreender que já não era mais necessário fazer o mestrado, que já estava em uma situação estável pessoal e profissionalmente, o desejo de realizar essa nova caminhada ainda pulsava em meu interior e, por isso, em 2023, decidi concorrer a uma vaga no GIT.

Entrei no curso com o coração e a mente abertos, pronta para novas caminhadas, mas, caso não suprisse a minha necessidade, estava disposta a não seguir adiante. Porém, a cada aula me identificava mais e mais com a proposta do GIT e tinha a certeza de estar no lugar certo.

Um grande impulso para dar seguimento a essa caminhada como mestranda foi a contemplação com uma bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o que compreendi como valorização dos meus esforços enquanto discente e pesquisadora, e que também exigiu mais responsabilidade, compromisso e dedicação aos trabalhos realizados.

Durante os primeiros passos dessa caminhada, duas questões me traziam mais inquietação: como seria possível um mestrado interdisciplinar? Qual era o fundamento da discussão sobre território? As duas respostas vieram logo nas primeiras aulas e superaram as minhas expectativas. O mestrado interdisciplinar é desafiador, mas muito enriquecedor, ambos

pelo mesmo motivo: a troca de conhecimento entre áreas distintas e diversas. Para Olga Pombo (2006, p. 232), a interdisciplinaridade traduz-se na “abertura intrínseca de cada disciplina a todas as outras, na disponibilidade de cada uma das disciplinas envolvidas se deixar cruzar e contaminar por todas as outras”. Nessa perspectiva, o mestrado interdisciplinar permite ao discente ampliar o olhar científico para além de seu campo de atuação, promovendo uma interlocução entre diversas áreas do saber.

Para minha surpresa, a discussão sobre território encontrou muita consonância com as discussões realizadas no curso de Serviço Social, sendo possível revisitar autores e obras, bem como aprofundar o estudo de outras conhecidas apenas pelo nome e, é claro, conhecer obras específicas de autores da Geografia que eu não conhecia, como Claude Raffestin, Rogério Haesbaert, Milton Santos, Eduardo Marandola Junior, entre outros.

O mestrado me possibilitou retomar e aprofundar os estudos sobre jovens em situação de conflito com a lei, oportunizando uma nova forma de olhar e conviver com as juventudes. Nessa caminhada, as aulas das disciplinas de “Leitura Orientada em Bernard Charlot” e “Leitura Orientada em Michel de Certeau”⁵ foram fundamentais para a mudança de olhar, trazendo reflexões sobre as singularidades dos sujeitos e sobre a importância de conhecer os territórios, por meio de práticas cotidianas como uma caminhada. Os estudos sobre Michel de Certeau motivaram, ainda, a elaboração do artigo “Adolescentes em conflito com a lei em um território vulnerável de Governador Valadares (MG)”, que foi apresentado no Encontro Nacional de Pesquisadores e Pesquisadoras em Serviço Social (ENPESS), em dezembro de 2024, em Fortaleza/CE.

Na caminhada por essas disciplinas, percebi o quanto a minha atuação estava voltada para o conflito com a lei em detrimento do olhar para os sujeitos: jovens e suas famílias. Passei a fazer abordagens técnicas pertinentes ao Serviço Social de forma diferente, abandonando o roteiro pré-estabelecido por mim mesma e passando a ouvir mais e me interessar pelas histórias de vida, os modos de viver e de ser das juventudes. Percebi, ainda, como as questões raciais foram negligenciadas por mim e por outros profissionais que atuam com esse público, o que contribui com o silenciamento e a invisibilidade de duras realidades.

⁵ Ambas as disciplinas fizeram parte do quadro de optativas ofertadas no primeiro semestre de 2024. A disciplina “Leitura Orientada em Bernard Charlot” foi ministrada pelas professoras doutoras: Maria Celeste Reis Fernandes de Souza, Cristiane Mendes Netto e Maria Gabriela Parenti Bicalho. A disciplina “Leitura Orientada em Michel de Certeau” também contou com a condução da professora doutora Maria Celeste Reis Fernandes, ao lado da professora doutora Maria Terezinha Bretas Vilarino.

Também a disciplina de “Vulnerabilidades e Violências Contemporâneas” favoreceu a definição do meu objeto de pesquisa, uma vez que durante as discussões propostas foi identificada a juventude como público mais vulnerável às violências da atualidade. Durante a caminhada nessa disciplina, tive a oportunidade de conhecer as professoras doutoras Maria Celeste Reis Fernandes de Souza, Maria Terezinha Bretas Vilarino e Fernanda Cristina de Paula e, por meio delas, o Núcleo Interdisciplinar de Território, Direitos, Educação e Saúde (Niesd), que tem como projeto estruturante o estudo sobre as violências e vulnerabilidades, a partir do olhar interdisciplinar para o território, motivando articulações entre educação, saúde e direito⁶. A partir dessa inserção, foi possível participar de estudos e pesquisas em andamento, favorecendo maior compreensão e atuação em relação à gestão integrada do território.

Contribui, também, para conhecer e me aproximar como pesquisadora de outros estudos já realizados pelo Niesd com a temática juventude, como o “Projeto Relação com o Saber e a escola: um estudo com jovens em situação de conflito escolar”, que conta com financiamento da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) e está sendo realizado junto ao Centro de Referência Especializado da Assistência Social (Creas) de Governador Valadares e Belo Horizonte⁷.

Foi possível, ainda, observar que já foram desenvolvidos outros trabalhos com jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em privação de liberdade e liberdade assistida dentro do contexto de Governador Valadares, como os trabalhos de Ana Cristina Marques Lemos (2016); Edmárcius Carvalho Novaes (2016) e Girlene Lopes de Oliveira Lourenço, (2020); todavia, trazem abordagens diferentes da proposta deste trabalho, como se discutirá mais adiante.

A realidade da juventude de Governador Valadares merece atenção especial de pesquisadores porque, nos últimos anos, o município tem sido apontado entre os mais violentos no estado de Minas Gerais, como nos mostram pesquisas de âmbito nacional, tais como o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC), lançado em 2023 e o Atlas da Violência, publicado em 2024. Tais dados indicam as diversas vulnerabilidades vivenciadas pelas juventudes em Governador Valadares, que vão desde o baixo acesso a atividades culturais,

⁶ Para obter mais informações sobre o Niesd, conferir: <https://univale.br/mestrado/nucleo-niesd/>. Acesso em: 9 jul. 2025.

⁷ O objetivo desse projeto é compreender a relação que jovens em situação de conflito escolar estabelecem com o saber e a escola, a partir das vivências nas áreas urbanas do interior e da capital mineira. O referencial teórico adotado são os estudos de Bernard Charlot, sobre a relação com o saber. O instrumento de coleta de dados é o inventário de saber, instrumento proposto por Charlot. Espera-se contribuir para a elaboração de novos subsídios teóricos no campo da Sociologia da Juventude, que colaborem para a compreensão da relação do jovem em situação de conflito escolar com o saber.

escolares, cursos profissionalizantes e trabalho, ao envolvimento em práticas ilícitas, sobretudo o tráfico de drogas.

A escrita desta dissertação traz um pouco de toda essa trajetória. Traz minhas andanças e encontros com as juventudes em diferentes territórios, o amadurecimento profissional e pessoal, o aprendizado sobre os estudos territoriais e a Sociologia da Juventude. Traz o conflito com a lei, mas sobretudo as juventudes, suas vivências e territorialidades. Traz a realidade de Governador Valadares, os jovens que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto neste município, suas territorialidades e táticas construídas para viverem em territórios marcados por tantas violências e vulnerabilidades.

A conformação do objeto deste estudo se dá a partir de referências teóricas que discutem sobre a temática dos jovens em situação de conflito com a lei, por meio de diversas áreas do conhecimento, sobretudo, Direito, Educação, Psicologia, Serviço Social, Sociologia, dentre outras, o que certifica a interdisciplinaridade da temática e sua relevância para o meio acadêmico. Também se apoia, dentre outros, em autores que compõem a Sociologia da Juventude, como Bourdieu (1983) e Helena Wendel Abramo (2011), além do já citado Bernard Charlot (2001, 2007), que em seus estudos chama a atenção para os modos de ser e viver da juventude e sobre a necessidade de compreendermos suas singularidades. A partir das contribuições de Charlot, neste trabalho, optou-se por reconhecer a voz dos/as jovens, ouvi-los/as e tentar compreender suas territorialidades, a partir do que eles e elas trazem e não apenas a partir do conflito com a lei, como muitas vezes é realizado pelo Sistema de Justiça.

Para tanto, foi necessário aprofundar os estudos sobre território e as territorialidades juvenis, a partir de autores da Geografia que discutem território vivido e simbólico, como Rogério Haesbaert (2014) e Nécio Turra Neto (2012) dentre outros; e sobre os entrecruzamentos entre territórios e vulnerabilidades como Milton Santos (2006; 2020) e Eduardo Marandola Junior e Joseph Hogan (2006), além de autores do Serviço Social que discutem o território como chão da cidadania como Rodrigo Diniz (2022) e Dirce Koga (2011). Buscando as táticas construídas pelos jovens, recorre-se novamente a Charlot (2001, 2007, 2009, 2021) e seus estudos sobre a relação com o saber, ou aprender, assumindo que, nessas táticas há processos de aprender no sentido antropológico, sociológico e singular. Retoma-se, também, os escritos de Certeau e seu grupo de pesquisa (2014a, 2014b), que nos fala sobre a invenção do cotidiano e as artes de fazer, morar, cozinhar, caminhar, consumir e instiga-nos a tantas outras possibilidades.

Apesar de trabalhar cotidianamente com jovens em situação de conflito com a lei na Vara da Infância e Juventude, preferi desenvolver a pesquisa em território diferente, onde

pudesse transitar como estudante e pesquisadora e não como assistente social judicial. O receio era de que o ambiente forense pudesse constranger os/as jovens e tirar deles/as a espontaneidade necessária para falar de suas vivências juvenis. Assim, decidimos realizar a escuta de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto (liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade) no Creas, onde eles/elas são acompanhados/as por equipe técnica especializada e encaminhados/as a programas e atividades na rede de atendimento disponível em seus territórios, como escolas, postos de saúde, dentre outros. Ou seja, são jovens em situação de conflito com a lei, que continuam andando por seus territórios, na maioria das vezes marcados por violências e violações de direito e, em meio a tantas vulnerabilidades, constroem suas territorialidades, como argumentaremos nos resultados deste estudo.

Portanto, a escrita desta dissertação foi se fazendo durante essa caminhada, por diferentes territórios, e como consequência, definimos como *problema de pesquisa*: como se constituem as territorialidades de jovens que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto, no Creas de Governador Valadares (MG), em suas relações com os territórios marcados por vulnerabilidades e violências?

A *hipótese* principal é a de que, para viver em um território permeado por violências e vulnerabilidades sociais, os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto constroem táticas diversas, transitando entre a legalidade e a ilegalidade, acessando ou não as políticas públicas disponíveis ao referido público.

O *objetivo principal* deste estudo, portanto, é compreender a constituição de territorialidades de jovens que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto, em Governador Valadares (MG), em suas relações com os territórios marcados por vulnerabilidades e violências.

Os *objetivos específicos* são: traçar o perfil dos jovens que cumprem medidas socioeducativas no Creas em 2025; analisar os conflitos territoriais vivenciados por eles; identificar as táticas construídas em relação aos territórios de vulnerabilidades e violências onde residem; e analisar as suas trajetórias de vida em relação ao acesso às políticas públicas, em Governador Valadares.

Para a realização do presente trabalho, optamos pela abordagem qualiquantitativa, pois, segundo Maria Cecília Minayo (2001. p. 22), o conjunto de dados quantitativos e qualitativos se complementam e “a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”. Para a autora, enquanto os dados quantitativos demonstram a objetividade das ciências, os dados qualitativos capturam a subjetividade das relações humanas, dando significado às suas ações.

Considerando a necessidade de compreender os territórios e as territorialidades construídas pelos jovens em situação de cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, a adoção dessa abordagem permitiu identificar, por meio de dados quantitativos, aspectos relacionados ao perfil desses jovens quanto à idade, escolaridade, gênero, raça, territórios, atos infracionais e às medidas cumpridas por eles, dentre outras questões. Para tanto, foi realizada uma pesquisa nos documentos de atendimento do Creas, bem como no seu Regimento Interno. Também foi realizada a escuta de 10 jovens (seis jovens do sexo masculino e quatro jovens do sexo feminino) que cumpriam tais medidas durante os meses de abril, maio e junho de 2025, no Creas desta cidade, procedendo a análise qualitativa dessas narrativas.

Nesse sentido, a abordagem qualitativa complementa a quantitativa e traz a possibilidade de “dar poder aos indivíduos para compartilhar suas histórias, ouvir suas vozes e minimizar as relações de poder que frequentemente existem entre pesquisador e os participantes de um estudo” (Creswell, 2014, p. 52).

A análise desse corpus empírico permitiu compreender as territorialidades desses jovens e compreender a relação que estabelecem com os seus territórios, sendo estes, em sua grande maioria, marcados por violências e vulnerabilidades. Além disso, as narrativas dos/as jovens trouxeram táticas construídas em seus cotidianos.

Para melhor organização deste trabalho, este trabalho foi dividido em quatro capítulos, além deste primeiro capítulo introdutório. O segundo apresenta aspectos legais e conceituais da caminhada para a construção de políticas públicas para o público infantojuvenil, sobretudo a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o conceito de juventude contemporânea, a partir da já citada Sociologia da Juventude. Também se apresenta conceitualmente a discussão sobre território e territorialidades, relacionando-os às territorialidades juvenis, o que contribui para o exercício de desconstrução do termo “adolescente em conflito com a lei”, lançando suspeitas sobre conceitos construídos, como nos ensina Certeau (2014a). Por isso, neste estudo, adota-se o termo “jovem em situação de conflito com a lei”⁸.

O terceiro capítulo apresenta a caminhada metodológica percorrida para ir ao encontro dos e das jovens atendidos/as no Creas e a entrada da pesquisadora nesse território. Também evidencia como se deu o acesso aos documentos do Creas e qual o papel desse centro nos

⁸ Agradecemos as contribuições da doutora Jorddana Rocha de Almeida, na banca de qualificação realizada em 2024, que nos levou a refletir sobre os tensionamentos necessários ao termo usual “adolescente em conflito com a lei”.

atendimentos aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em Governador Valadares (MG).

O quarto capítulo apresenta a realidade dos/as jovens que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto em Governador Valadares, por meio de uma pesquisa documental e levantamento de dados feito com as informações dos atendimentos realizados pelo Creas, o que permitiu traçar um perfil desse público, conforme proposto nos objetivos. Para a análise desse corpus empírico, recorre-se às contribuições do letramento estatístico (Gal, 2002 e Lopes, 2004), com vistas à reflexão crítica dos dados levantados. Dessa forma, é possível ler os dados, caminhar por entre eles e para além deles.

No quinto capítulo, conheceremos as histórias de vida dos/as jovens atendidos/as pelo Creas, construídas em seus territórios: família, escola, bairro/rua e Sistema de Justiça. Com base no referencial teórico proposto, realizamos a análise das entrevistas, desvelando as territorialidades, conflitos e as táticas construídas por esses jovens em seus cotidianos. Opera-se metodologicamente com os conceitos de Estratégia e Tática, conforme propõe Michel de Certeau e seu grupo de pesquisa (Certeau, 2014a; 2014b). Nessa caminhada, encontramos materialidades e imaterialidade e capturamos as táticas de sobrevivência, contornamento, aprendizagem e pertencimento, praticadas pelos/as jovens.

Enfim, a caminhada que se empreende neste trabalho é repleta de movimentos... Movimento de quem olha para si e para a realidade de seu território, se interroga, não se contenta com respostas dadas pela frieza das leis, questiona as pessoas envolvidas e formula novas perguntas...Mais do que uma caminhada em busca de um título de mestre, busca-se sentir e refletir sobre o caminho percorrido, observando os territórios, ouvindo os que transitam por eles e descobrindo seus cotidianos, suas vivências, suas territorialidades. Afinal, viver é uma eterna caminhada.

Coloquemo-nos a caminho!

2 CAMINHADAS TEÓRICAS DA CONSTRUÇÃO DE UMA PESQUISA

“A caminhada afirma, lança suspeita, arrisca, transgride, respeita etc. as trajetórias que “fala”. Todas as modalidades entram aí em jogo, mudando a cada passo, e repartidas em proporções, em sucessos e com intensidades que variam conforme os momentos, os percursos, os caminhantes”
(Certeau, 2014a, p, 166 – aspas do original).

A caminhada teórica desta pesquisa acompanha o movimento proposto por Certeau, conforme citado acima. Assim, ao mesmo tempo, afirma conceitos, lança suspeitas e questionamentos sobre eles, beirando à transgressão. Mas respeita o movimento dos passos, percebendo momentos de sucessos, avanços e também retrocessos e insucessos... É a arte do caminhante.

Nessa caminhada, evidencia-se o percurso legal e teórico da construção do termo “adolescente em conflito com a lei”, adotado por diversos autores, a partir da implementação do ECA. Também apresenta as reflexões realizadas por autores da Sociologia da Juventude que evidenciam que o termo juventude precisa ser pluralizado e compreendidas a situação e a condição juvenil. Destaca-se que, embora a lei seja uma só para todos, as realidades em que vivem os/as jovens são diversas e diferentes, sobretudo considerando os marcadores sociais de raça, gênero e classe. Ainda nos chama atenção a necessidade de olharmos para as territorialidades juvenis, muito mais do que para a situação de conflito com a lei em que os jovens estão inseridos, como veremos a seguir.

2.1 CAMINHADA EM MOVIMENTO – DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI PARA JUVENTUDES EM SITUAÇÃO DE CONFLITO COM A LEI

O percurso de consolidação das leis de proteção e amparo aos direitos de crianças e jovens no Brasil também é marcado por movimentos ziguezagueantes, como citado por Certeau (2014) no primeiro capítulo deste trabalho. Assim, embora o país tenha, no final de século XX, promulgado o ECA, acompanhando importantes legislações e tratados internacionais, não conseguiu de fato romper com a política menorista, que regeu o país por mais de cinquenta anos, por meio dos Códigos de Menores de 1927 e 1979 (Irene Rizzini, 2011).

Na verdade, o ECA propõe uma mudança de paradigma – da Doutrina de Situação Irregular, adotada no Código de Menores, na qual crianças e jovens em situação de abandono

ou delinquência eram considerados menores e deveriam ser mantidos sob a tutela do Estado (Rizzini, 2011) – para a Doutrina da Proteção Integral, na qual há um rol amplo de direitos que alcança todo o público infantojuvenil sem distinção étnica, racial, de gênero, dentre outros marcadores sociais. Todavia, após 35 anos de implementação dessa nova doutrina, o que se vê na realidade dos noticiários diários ou em pesquisas feitas por institutos de âmbito nacional é que os jovens, sobretudo pretos e pobres, são os que mais morrem no Brasil por causas violentas (Cerqueira; Bueno, 2024). Também se observa que a rede de sociabilidade e apoio para esse público e suas famílias é frágil ou inexistente e “essa lacuna amplia a desproteção social do adolescente” (Rizzini; Sposati; Oliveira, 2019, p.44).

Dessa forma, a implementação do ECA perpassa caminhos tortuosos, marcados por avanços e obstáculos. Vejamos inicialmente os avanços dessa caminhada em relação à garantia de direitos ao público infantojuvenil.

Em seus primeiros artigos, o ECA define como criança o ser que compreende entre 0 e 12 anos incompletos e o adolescente⁹, aquele que tem entre 12 e 18 anos e, acompanhando o artigo 127 da Constituição Federal, assegura a esse público um rol de direitos¹⁰ e define que cabe à família, comunidade, sociedade e ao poder público assegurá-los e efetivá-los (Brasil, 1990).

O ECA também determina que nenhuma criança ou adolescente deve ser submetida/o à violência ou violação de seus direitos, mas, se essas situações ocorrerem, prevê a aplicação de medidas de proteção, aplicáveis diretamente a eles ou a seus pais e/ou responsáveis. Essas medidas, previstas no artigo 101 do ECA, referem-se à inserção da criança, adolescente e/ou de sua família em atendimento pela rede de educação, saúde, assistência social e/ou inserção em acolhimento institucional, em programa de acolhimento familiar ou família substituta (Brasil, 1990).

Em caso de atos infracionais, o que a lei define como crime ou contravenção penal é que, os/as adolescentes poderão ser encaminhados para as medidas socioeducativas previstas no art.112 do ECA, que variam desde uma simples advertência ou obrigação de reparar o dano causado, ao acompanhamento por programas especializados, como nos casos de prestação de

⁹ Como o ECA utiliza o termo adolescente, neste capítulo adotaremos também esse termo, sobretudo quando se referir às medidas protetivas e socioeducativas previstas na referida lei.

¹⁰ O artigo 4º do ECA define que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

serviços à comunidade e liberdade assistida, em que os/as adolescentes permanecem em liberdade e, por isso, são consideradas medidas de meio aberto. Também há medidas mais gravosas, restritivas ou privativas de liberdade, como a inserção em casa de semiliberdade ou a internação (Brasil, 1990).

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), instituído em 2012, complementa o ECA e regulamenta a execução das medidas socioeducativas, definindo seus objetivos, quais sejam: a responsabilização do adolescente quanto às consequências do ato infracional praticado, a integração social dele e a garantia de seus direitos individuais e sociais e a desaprovação da conduta infracional (Brasil, 2012).

O Sinase, assim como o ECA, é também inovador no que tange à proposta socioeducativa. Segundo Rizzini, Sposati e Oliveira (2019), o conceito de socioeducação parte de uma concepção de adolescente como sujeito de direitos, reconhecendo-o como pessoa em desenvolvimento. Por isso, as medidas socioeducativas não devem exceder o prazo de três anos e vêm considerar a capacidade de o/a adolescente cumpri-la. Nesse contexto, para os autores, as medidas em meio aberto (prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida) possuem maior potencial para a realização da socioeducação, em função da possibilidade de o/a adolescente manter o acesso a diversos ambientes, bem como ter respeitadas as suas individualidades e heterogeneidades. Todavia, o caráter punitivista ainda se faz muito presente na medida de internação, onde o/a adolescente se encontra em ambiente fechado e sob forte vigilância.

Em todas as medidas, os/as adolescentes precisam acessar as políticas públicas dispostas em seus territórios para usufruir dos direitos à vida, educação, profissionalização e saúde, como disposto no ECA. Contudo, é exatamente junto à rede que deveria protegê-los que eles/elas encontram resistências e são discriminados/as, sendo a escola um dos espaços de maior rejeição ao adolescente que praticou ato infracional (Rizzini; Sposati; Oliveira, 2019).

Nesse ponto, o ECA ainda encontra obstáculos para cumprir seus objetivos de garantir a proteção ao público infantojuvenil, pois ao mesmo tempo que cria um rol de atendimentos a serem prestados pela rede de atendimento a crianças e adolescentes, encontra-se em choque com a perspectiva neoliberal de desmonte das políticas públicas, caracterizadas “pela redução, diminuição ou remoção de objetivos, instrumentos ou das capacidades administrativas existentes para sua implementação” (Gomide; Silva; Leopoldi, 2023, p. 13).

Esse processo de desmonte está em curso no Brasil desde a década de 1990, sendo implantado no governo do presidente Fernando Collor de Mello e consolidado a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, todavia, após o impeachment da presidenta Dilma, em

2016, a situação vem se agravando e o país passa por uma reconfiguração da ação governamental na área das políticas públicas de forma geral, seja por omissão ou por ação ativa e deliberada. Tal situação se agravou no governo de Jair Bolsonaro, caracterizado pelo “populismo reacionário” (Gomide; Silva; Leopoldi, 2023, p. 14) e perpassado pela pandemia de covid-19, que deflagrou uma crise sanitária global e um desastre humanitário no Brasil.

Segundo o documento “Desmonte e Reconfiguração de Políticas Públicas” (2016-2022), lançado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2022, com a posse do presidente Lula em 2022, há uma tentativa de reconstruir as políticas públicas e resgatar seu caráter democrático. Para tanto, foi construída uma agenda de deliberações, focadas na construção de políticas públicas mais efetivas e eficazes, “no sentido de reduzir todos os tipos de desigualdade, reindustrializar o Brasil e se engajar na agenda relacionada à mudança climática” (Gomide; Silva; Leopoldi, 2023, p. 10).

Diante desse contexto de desmonte e reconstrução, observa-se um sistema de proteção deficitário, em que as crianças já nascem em contextos familiares caracterizados pela desproteção social, tais como, insegurança alimentar, ausência ou precarização dos equipamentos e serviços básicos de saneamento, saúde, educação, cultura, lazer. Quando alcançam a adolescência, não raras vezes, já se encontram envolvidas em situações de violência ou violação de direitos, como a evasão escolar e o envolvimento com substâncias psicoativas ilícitas, bem como a prática de atos infracionais análogos aos crimes de furtos, roubos, tráfico de drogas, dentre outros.

Com relação à evasão escolar, ela atinge fortemente esse público. Em 2023, mais de 9 milhões de jovens entre 15 e 29 anos deixaram de estudar antes de concluir a Educação Básica (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2023). Dados do Sinase (2025) mostram as dificuldades de acesso à escola de adolescentes no Sistema Socioeducativo de privação e restrição de liberdade, que se apresentam na distorção idade-série, na pouca oferta de escolas no sistema e nas dificuldades das escolas regulares em acolher esse público. Esse documento também aponta, que a exemplo dos dados do ano de 2023 (Sinase, 2024), os dados referentes ao ano de 2024, o “Roubo (31,7%), Tráfico de Drogas (27,0%) e Homicídio (12,6%) são os três atos infracionais mais atribuídos aos (às) adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa” (Sinase, 2025, p. 61).

Nesse contexto, é necessário problematizar a situação de conflito com a lei em que o adolescente se encontra diante da prática de atos infracionais: será que é o adolescente que se encontra em conflito com a lei ou a lei que está em conflito com a proteção aos adolescentes?

Como uma lei que não cumpre o que promete pode responsabilizar os/as adolescentes por também não cumprir a lei?

Observa-se que ao mesmo tempo que o adolescente é visto como ser em desenvolvimento e que deve ser incluído em processo socioeducativo, muitas vezes, durante o percurso das medidas socioeducativas, sobressai o caráter punitivista e discriminatório em detrimento do caráter educativo, limitando, assim, as possibilidades de estabelecimento de relações positivas com outros jovens, com a escola e em todos os territórios por onde se desenvolvem os processos de aprendizagem. Portanto, a mesma lei que deveria garantir a proteção integral aos adolescentes, falha na garantia desse pressuposto e também no processo de socioeducação.

Outra questão que precisa ser ressaltada é que, quando o/a adolescente se envolve em um ato infracional ele/ela se encontra em uma situação transitória, ou seja, está em situação conflitiva com a lei ou em condição de conflito com a lei. Para de fato superar o estigma da política menorista e compreender o adolescente como ser em desenvolvimento, como prevê o ECA, é necessário considerar a condição de transitoriedade juvenil para além de uma questão etária. Vejamos o que a Sociologia da Juventude tem a contribuir para esse debate.

Inicialmente, cabe destacar que, segundo Galland (2011, p. 528), a Sociologia da Juventude é a tentativa da Sociologia de “conceitualizar as idades da vida e, mais particularmente, o período com contornos incertos das juventudes”. Nesse contexto, segundo o autor, as palavras adolescência, pós-adolescência e juventude são utilizadas para “evocar o período da vida que se situa entre duas idades – a infância e a idade adulta – sem que, muitas vezes haja acordo, suficientemente claro sobre uma definição estável dessas diferentes noções” (Galland, 2011, p. 528).

Para o sociólogo Pierre Bourdieu (1983), a juventude e a velhice não são categorias dadas, mas construídas socialmente, destacando que a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável. Assim, para o autor, falar dos jovens como se fossem uma unidade comum já constitui uma manipulação evidente.

O filósofo e educador Bernard Charlot (2007) argumenta que “é somente do ponto de vista social que é possível distinguir ‘juventude’ e ‘idade adulta’” (Charlot, 2007, p. 204, aspas do autor). Ele aponta que, do ponto de vista biopsíquico, o que chamamos de juventude, na verdade, constitui um período de plenitude e maturidade. Destaca que o termo juventude na Sociologia foi construído pela burguesia urbana, na primeira etapa da modernidade e que, na pós-modernidade a experiência da vivência juvenil passa a ganhar mais sentido e ser valorizada. Isso, segundo o autor, se deu graças ao avanço dos estudos no campo da Sociologia da

Juventude e nas análises sobre a fluidez do tempo, dando ênfase à simultaneidade entre adolescência e juventude.

Assim, Charlot (2007) aponta a necessidade de se avançar para deixar de ver a juventude apenas como condição e perceber os jovens como sujeitos, com suas singularidades e contradições, em situação juvenil. Destaca, inclusive, a necessidade da construção de uma Sociologia do Sujeito, isto é, “de uma abordagem sociológica que investigaria o que as sociedades contemporâneas fazem dos sujeitos e o que os sujeitos fazem nela” (Charlot, 2007, p, 218), o que o autor se empenha em elaborar em sua trajetória teórica.

Sobre a noção de condição juvenil, Abramo (2011) destaca que essa abordagem remete à juventude, ao ciclo da vida entre infância e vida adulta, o que, na verdade, nem sempre aparece de forma tão demarcada. Nesse contexto, a autora chama a atenção para a distinção entre a condição juvenil como “o modo como a sociedade constitui e atribui significado a esse ciclo da vida, que alcança uma abrangência social maior, referida a uma dimensão histórica geracional” (Abramo, 2011, p.42) e a situação juvenil, que está relacionada ao modo como tal condição é vivida, a partir de diferenças sociais: classe, gênero, etnia etc.

Abramo (2011) ainda aponta que as mudanças históricas ocorridas, sobretudo após o fim da Segunda Guerra Mundial, provocaram o processo de alteração da descronolização das idades, sendo que a entrada na vida adulta se faz cada vez mais tarde, estendendo o tempo da juventude. Nesse processo, emerge a necessidade de se “examinar as condições da vivência juvenil e não apenas os modos de passagens para a vida adulta” (Abramo, 2011, p. 44).

A autora também alerta que, diante do contexto de mudanças e percepção da diversidade de vivências juvenis, na atualidade, fala-se em juventudes no plural para demarcar as diferenças e desigualdades que atravessam essa condição. Para Abramo (2011), uma das consequências do alongamento da juventude é que ela comporta momentos diferenciados, tendo a adolescência como momento inicial e demarcado pelas transformações biológicas e psicossociais, e a juventude propriamente dita ou adultos jovens, com questões mais relacionadas à inserção social, como no mercado de trabalho.

Nesse sentido, tanto Charlot (2007) quanto Abramo (2011) apontam o desafio contemporâneo de se compreender as juventudes a partir de suas realidades, que não são iguais e variam conforme o contexto em que os sujeitos estão inseridos.

Considerando as desigualdades socioeconômicas e regionais, racismo estrutural, preconceito contra mulheres, homossexuais e comunidade trans presentes no Brasil, compreende-se que a condição juvenil brasileira é perpassada por inúmeras diferenças que

colocam alguns públicos em situações de vulnerabilidade, ou seja, em desvantagem em relação a outros da mesma idade.

Cabe aqui destacar que, além do ECA, o Brasil conta também com uma legislação específica para a juventude, o Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que assegura ao jovem entre 15 e 25 anos, os direitos à diversidade e igualdade de oportunidades, não podendo ser discriminado por motivo de etnia, raça, cor da pele, origem, idade e sexo (Brasil, 2013). Nesse contexto, observam-se as tensões entre os direitos previstos em lei e as realidades vivenciadas por inúmeros adolescentes e jovens, sobretudo pobres, pretos e periféricos.

Para compreender melhor a situação juvenil e conhecer suas realidades, vivências e sua relação com os territórios em que vivem, onde constroem suas territorialidades, foi realizada uma pesquisa em periódicos brasileiros que tratam da temática e foram encontrados mais de 400 trabalhos que versam sobre esse tema. Para tanto, assumiu-se no estudo a abordagem qualitativa integrada à quantitativa, essa última justificada pelo número de artigos que foram contabilizados ao longo do estudo, como se descreve a seguir. A complexidade envolvida na temática que se estabelece, tanto do ponto de vista dos direitos, como já explicitados, como da compreensão sobre as adolescências e a situação de conflito com a lei, conduziu-nos para a opção metodológica da Revisão Sistemática de Literatura (RSL), como um “método de investigação científica que segue um processo rigoroso e explícito para identificar, selecionar, coleccionar dados, analisar e descrever contribuições relevantes à pesquisa” (Ferenhof; Fernandes, 2016, p. 2). Os autores propõem quatro etapas para a RSL: Definição do protocolo de pesquisa; Pesquisa-Análise; Síntese; Escrita.

Inicialmente, foi definido o Protocolo de Pesquisa contendo a escolha da base de dados, estratégias de busca, consulta de base de dados, organização de portfólio. Para tanto, foi definido como base de dados o Portal de Periódicos da Capes, por reunir um dos maiores acervos de pesquisas e artigos científicos do Brasil. Foram utilizados os termos de busca: “Adolescentes” AND “Conflito com a Lei”, tendo como filtros os artigos revisados por pares, sem recorte temporal, pois desejávamos identificar quando a temática passou a ser objeto de atenção no campo da produção acadêmica. A pesquisa foi realizada entre outubro e dezembro de 2024, sendo conferidos novamente os artigos entre fevereiro e março de 2025.

A etapa da Pesquisa-Análise permitiu a identificação inicial de 410 artigos publicados, que foram baixados e lidos os resumos, sendo construída uma tabela em que todos os trabalhos foram classificados por ano, sendo citadas suas referências, áreas do conhecimento, objetivos, metodologias, sujeitos/lócus da pesquisa, tipo de medidas socioeducativas e localização dos

estudos (artigos brasileiros e de outros países). No caso dos artigos brasileiros, buscou-se identificar a região geográfica na qual o estudo foi desenvolvido.

Esse modo de organização dos artigos contribuiu para a seleção do corpus de análise, validado pela equipe de pesquisa, pois, ao visualizar os dados organizados e revisar resumos e objetivos, foi observada a existência de diversos artigos repetidos, outros que não permitiam o acesso ao texto completo, sendo estes desconsiderados. Assim, obteve-se 280 trabalhos¹¹ publicados entre os anos de 2002 e 2024, sendo construída uma nova tabela apenas com esses trabalhos, com a mesma classificação da tabela inicial. Os artigos foram lidos visando à elaboração da Síntese e Escrita dos resultados.

Esse corpus foi analisado em perspectivas diversas. Em análise temporal, destaca-se que os primeiros estudos aparecem a partir do ano de 2002, quando o ECA já contava com 12 anos de existência, revelando uma certa demora para apropriação desse termo no âmbito acadêmico, considerando a base de dados analisada.

Com relação ao recorte espacial, dos 280 trabalhos analisados, foram identificados 160 estudos realizados nas cinco regiões brasileiras (Norte, 5; Sul, 40; Centro-Oeste, 16; Nordeste, 18), sobressaindo os estados da região Sudeste com 81 estudos (50,6%), sendo que 31 estudos (37, 8%) foram realizados no estado de São Paulo. Esse é o estado que mais concentra estudos no Brasil, o que pode ser explicado por sua numerosa população – 45,97 milhões de habitantes (IBGE, 2024) e também por ser o estado com maior concentração de unidades de internação, conforme o Levantamento de Dados do Sinase, em 2023. Nos demais trabalhos, não foi possível identificar a região do Brasil onde foram realizados, e alguns se referem a estudos de outros países da América Latina (México, Argentina e Chile), alguns em países da Europa (Portugal, Espanha, Inglaterra, Estônia) e dois estudos em Moçambique, na África, bem como um nos Estados Unidos e um no Canadá.

Com relação às áreas do conhecimento, foram identificadas 15 áreas, conforme tabela de áreas do conhecimento da Capes: Psicologia (109), Direito (47), Educação (42), Sociologia (23), Saúde (13), Serviço Social (9), Letras (5) Comunicação (3), Arte (2), História (2), Antropologia (2), Ciências da Religião (1), Filosofia (1), Linguística (1), Terapia Ocupacional (1). Identificam-se, também, 19 trabalhos que adotam abordagens interdisciplinares, sendo

¹¹ Um estudo mais detalhado desses dados se encontra em um artigo submetido a um periódico A1, que se encontra em processo de avaliação. Em função disso e porque o conjunto de estudos não tinha como foco somente adolescentes em cumprimento de medida em meio aberto, optou-se por não colocar, nesta dissertação, todos esses estudos.

predominante a articulação entre Direito e Sociologia (4 estudos) seguido de Psicologia, Direito e Sociologia (3 estudos).

Quanto à metodologia adotada, contabilizaram-se 142 trabalhos de perspectiva teórica e 138 estudos de cunho empírico, sendo que em apenas 68 desses estudos foram ouvidos os próprios adolescentes e jovens, revelando que, em muitos trabalhos, outros falam pelas juventudes.

Nos estudos que citam medidas socioeducativas, há um número expressivo de trabalhos que se referem à internação/privação de liberdade (123). As medidas em meio aberto, liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade somam 34 trabalhos, e 6 se referem à medida de semiliberdade. Há ainda 45 artigos que versam sobre as medidas socioeducativas de forma geral; 70 trabalhos versam sobre jovens em conflito com a lei, sem categorizar nenhuma medida específica e 2 que tratam sobre jovens inseridos em medidas de proteção.

Com relação ao tema das medidas socioeducativas, foram identificados 25 trabalhos que abordam o sistema socioeducativo e o funcionamento das referidas medidas, sejam em meio aberto, restritivas ou privativas de liberdade. Há ainda 32 estudos que abordam as práticas dos profissionais que atuam com os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas; tanto agentes socioeducativos, quanto equipes técnicas compostas, em sua maioria, por assistentes sociais e psicólogos.

Por fim, cabe refletir que, do total dos 280 artigos pesquisados, 229 se referem especificamente à abordagem legal e normativa, bem como aqueles cujo foco é a implementação das medidas socioeducativas, sobretudo a internação, sobressaindo, portanto, a atenção sobre o “conflito com a lei”. A atenção às adolescências e suas vivências é objeto de apenas 53 estudos, evidenciando o descompasso na produção acadêmica entre aspectos legais e as singularidades dos sujeitos.

Observa-se que a temática é objeto de diversificadas e diferenciadas abordagens, sendo possível explicitar, a partir dos estudos, os tensionamentos, disputas e narrativas sobre adolescentes, aspectos legais, condição de autor ou vítima, vulnerabilidades, proteção, socioeducação.

Constata-se, ainda, que o principal marcador social que perpassa os estudos é o de classe, com destaque para as desigualdades sociais e pobreza nos contextos em que os adolescentes estão inseridos. Ressalta-se, que do total dos 280 estudos, apenas 12 se referem especificamente à situação de adolescentes do sexo feminino e dois sobre travestis ou transexuais, público que aparece em menor quantitativo em relação à prática de atos infracionais, demarcando a discussão em relação ao gênero.

Quanto ao marcador social de raça, apenas um trabalho trata especificamente sobre esse tema. Em geral, essa temática comparece nos estudos muito atrelada ao enfoque de classe, evidenciando a escassez de estudos que refletem especificamente sobre esse marcador, que estigmatiza ainda mais os/as adolescentes que estão em situação de conflito com a lei.

Com relação às medidas em meio aberto, que recebem atenção especial nesta pesquisa, dos 45 trabalhos pesquisados, a maioria relaciona-se à área da Psicologia (18), sendo que também comparecem estudos da Educação (7), Direito (5), Sociologia (2), Saúde (2), Serviço social (1), Letras (1) e Artes (1). Os temas abordados são variados, mas também observou-se a existência de quatro categorias principais que permeiam as discussões, conforme a seguir: a) história de vida e trajetórias dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto; b) atuação dos profissionais e metodologias de trabalho utilizadas durante as medidas socioeducativas; c) legislação e normas que tratam sobre o ECA e medidas socioeducativas em meio aberto; d) políticas públicas e atuação da rede de atendimento ao referido público.

Tendo em vista a discussão proposta por Charlot (2007) e a necessidade de darmos atenção às singularidades dos sujeitos, foram escolhidos para análise do artigo completo, os 12 estudos que versam sobre a história de vida e trajetória dos jovens que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto, que foram categorizados no Quadro 1 a seguir, seguindo a ordem cronológica em que foram publicados, sendo destacados: referência bibliográfica, área de pesquisa, objetivo do trabalho, percurso metodológico e medida socioeducativa (MSE) cumprida pelos adolescentes pesquisados (liberdade assistida - LA ou prestação de serviço à comunidade - PSC).

Quadro 1 – Artigos que tratam sobre a história de vida e trajetória dos adolescentes que cumprem medidas em meio aberto

Referências	Área	Objetivo	Percurso metodológico	MSE
JACOBINAL, Olga Maria Pimentel; COSTA, Liana Fortunato. “Para não ser bandido”: trabalho e adolescentes em conflito com a lei. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho , v. 10, n. 2, p. 95-110, 2007.	Psicologia	Conhecer a influência e o significado do trabalho para o adolescente e suas relações familiares	Observação participante, entrevista semi-estruturada e uma entrevista familiar.	LA

ZAINE, Isabela REIS; Maria de Jesus Dutra dos; PADOVANI, Ricardo da Costa. Comportamentos de bullying e conflito com a lei. Estudos de Psicologia , Campinas, v.27, n.3, p. 375-382, julho - setembro, 2010.	Psicologia	Investigar comportamentos de bullying dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.	Questionário	LA
SOUZA NETO, João Clemente de; CENTOLANZA; Carlos Antônio. Da prática do desvio ao protagonismo. Psico , Porto Alegre, PUCRS, v. 41, n. 1, p. 128-136, jan./mar. 2010.	Psicologia	Estudar o fenômeno do adolescente em conflito com a lei, inserido em programas de medidas socioeducativas.	Pesquisa de intervenção e estudo de casos de dois adolescentes	PSC e LA
SOUZA, Elza Maria de Souza; ABRÃO, Fernanda Pires da Silva; ALMEIDA, Janayana Oliveira. Desigualdade Social, Delinquência e Depressão: Um Estudo com Adolescentes em Conflito com a Lei. Rev. Salud Pública , v.13, n1, p. 13-26, 2011.	Saúde	Avaliar a autopercepção do estado de saúde de adolescentes em confronto com a lei.	Estudo qualiquantitativo incluindo um estudo transversal e uma observação de processo adolescentes em confronto com a lei.	LA
ALMEIDA, Rosemary de Oliveira e SOUSA, Luíza Eridan Elmiro Martins de. Sob o signo do medo: o significado da Liberdade Assistida na vida de adolescentes em conflito com a lei. PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP , São Paulo, v.18.2, p. 27-51, 2011.	Direito	Refletir acerca das percepções dos adolescentes quanto à medida socioeducativa de Liberdade Assistida	Observação de práticas dos adolescentes	LA
HEILLER, Jeison Giovani. O ECA, o adolescente e o sistema socioeducativo - um recorte jurídico . Rio de Janeiro, v.3, n.1, p. 124-142, 2011.	Direito e sociologia	Identificar o perfil do adolescente em conflito com a lei	Documental	PSC e LA
NARDI, Fernanda Lüdkei; DELL'AGLIO. Débora Dalbosco. Adolescentes em Conflito com a Lei: Percepções sobre a Família. Psicologia: Teoria e Pesquisa , v. 28 n. 2, p. 181-191, Abr-Jun 2012.	Psicologia	Compreender, através da percepção dos próprios adolescentes, características de suas famílias, que contribuem para o cenário da infração juvenil e para o seu enfrentamento	Estudo exploratório, entrevista semiestruturada genograma e Family System Test (FAST).	PSC e LA
BAZON, Marina Rezende; SILVA, Jorge Luiz da; FERRARI, Renata Martins. Trajetórias escolares de adolescentes em conflito com a lei. Educação em Revista . Belo Horizonte, v. 29, n. 02, p. 175-199, jun. 2013.	Psicologia	Descrever o percurso e caracterizar as trajetórias escolares de adolescentes em conflito com a lei no tocante às suas experiências educacionais.	Documental	LA

SEHN, Amanda Schöffel <i>et al.</i> Fatores de risco na vida de adolescentes portugueses em conflito com a lei. Estudos e Pesquisas em Psicologia , Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 568-589, 2016.	Psicologia	Investigar variáveis, as quais poderão constituir-se como fator de risco para adolescentes que cumprem medida tutelar educativa.	Questionário da Juventude Brasileira (Versão Fase II)	PSCE LA
MORAES, Silvia Piedade de; BRETAS, José Roberto da Silva. O ônus do prazer: o aprendizado da sexualidade de meninas em conflito com a lei. Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana , RBSH, v. 27, n.1, p. 37 - 48, 2016.	Psicologia	Discutir a construção da sexualidade feminina de adolescentes em conflito com a lei.	De abordagem qualitativa, a pesquisa foi realizada com o uso de entrevistas individuais.	LA
VISIOLI, Marina Mara Martins Rodrigues <i>et al.</i> Repertório de habilidades sociais e atraso escolar em adolescentes em conflito com a lei. Estudos Interdisciplinares em Psicologia , Londrina, v. 9, n. 2, p. 118-140, ago. 2018.	Psicologia	Caracterizar o repertório de habilidades sociais (HS) de adolescentes infratores.	Inventário de Habilidades Sociais	LA
FRANCO, Mariana Guedes de Oliveira; BAZON, Marina Rezende. Percurso e experiências escolares de adolescentes em conflito com a lei: trajetórias possíveis. Educação em Revista , Belo Horizonte, v. 35, p. e183939, 2019.	Educação	Descrever o percurso escolar de adolescentes em conflito com a Lei e compreender sua experiência escolar.	A investigação, de natureza qualitativa, baseada em uma abordagem biográfica, entrevistas e análise de conteúdo	LA

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria (2025).

Foi observado que a maioria dos trabalhos se referem a estudos da área da Psicologia, o que pode estar relacionado ao recorte da temática, que abrange questões mais subjetivas sobre a vida dos adolescentes pesquisados. Tal questão relaciona-se, também, à opção por metodologias qualitativas, com abordagem aos adolescentes durante o cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, seja por meio de entrevista, questionários, observação participante, dentre outros.

Verificou-se, ainda, que grande parte desses estudos foram realizados a partir de dados ou diretamente com adolescentes que cumpriam a medida de Liberdade Assistida (LA), provavelmente porque possibilita ao adolescente participar de oficinas, grupos reflexivos e/ou atendimentos técnicos conduzidos pelas equipes dos Creas, organizações não governamentais ou projetos de extensão universitários, facilitando a realização de pesquisas.

Os trabalhos escolhidos abordam as realidades dos referidos adolescentes e suas famílias, revelando trajetórias de vida marcadas por situações de vulnerabilidade social, pobreza, desemprego, fragilidades no contexto escolar e familiar, práticas parentais ineficazes, bullying, agravos à saúde, dentre outras.

Para João Clemente de Souza Neto e Carlos Antônio Centolanza (2010, p. 35), “todo adolescente em conflito com a lei tem uma família necessitada de ajuda”, e os trabalhos apontam que essas necessidades são tanto socioeconômicas, quanto subjetivas, como relatado a seguir:

Carência afetiva, sentimento de abandono e de rejeição, e violência doméstica decorrente de um relacionamento rígido e violento, enfim, o que observamos era um quadro de negligência, resultando num sentimento de solidão e de perda, em que a necessidade afetiva não fora devidamente suprida. Disso podemos inferir que, no momento em que um sujeito busca nas gangues o apoio e o referencial para suas práticas sociais ou antissociais, ele pode estar querendo suprir ou mostrar o estado de carência afetiva e de abandono em que se encontra (Souza Neto; Centolanza, 2010, p.134).

Em seu artigo, Elza Maria de Souza, Fernanda Pires da Silva Abrão e Janayana Oliveira Almeida (2011) estabelecem uma relação entre pobreza, depressão e delinquência, destacando que as condições socioeconômicas e a relação com a família provocam agravos à saúde dos adolescentes. Os autores ainda apontam que se trata de círculo vicioso, em que os fatores sociais e culturais podem influenciar muito os agravos à saúde dos adolescentes como também ser influenciados por esses agravos.

Rosemery de Oliveira Almeida e Luíza Eridan E. Martins de Souza (2011) apontam que também faz parte dos cotidianos desses adolescentes a violência simbólica, muitas vezes sutil e imperceptível, pois se reverbera de forma generalizada, como se fosse natural, mediante ações de discriminação e preconceitos de etnia, gênero, orientação sexual e religião, entre outros, o que pode levar à violência física, com lesões graves e mortes violentas.

Para Jeison Giovani Heiller (2011), que realizou um estudo sobre o perfil do adolescente que cumpre medidas em meio aberto, o cometimento do ato infracional não pode ser explicado pela presença isolada de um só fator ou de características individuais e culpabilizantes, mas por meio de uma cadeia de acontecimentos e eventos, que permeiam a trajetória do adolescente.

Heiller (2011) ainda aponta, que para viver diante dessa realidade, é preciso dotar os adolescentes de capacidades de resistência às adversidades geradoras de risco, promovendo resiliência. Almeida e Souza (2011) apontam, que até mesmo para cumprir as medidas socioeducativas em meio aberto, os adolescentes precisam construir táticas de sobrevivência, muitas vezes, driblando as regras, inclusive praticando atos infracionais. Os autores também salientam que estar em cumprimento de medida em meio aberto e vivenciar os encontros e confrontos cotidianos é como estar no “fio da navalha”, uma vez que os adolescentes constroem sentidos e provocam um jogo de posicionamentos e práticas entre seus interlocutores.

Dentre os artigos sobre medidas socioeducativas em meio aberto, foram localizados dois trabalhos que fazem menção ao território. Também foram identificados outros sete trabalhos, que se referem ao conjunto dos adolescentes em conflito com a lei, que fazem referência a território e/ou territorialidades em seus resumos ou títulos. Considerando os objetivos desta pesquisa, esses sete trabalhos também foram escolhidos para a leitura cuidadosa do artigo completo.

A tabela, a seguir, relaciona os nove trabalhos que abordam a temática do território e/ou territorialidades, analisados e categorizados conforme a área de conhecimento, sujeito/lócus da pesquisa e o tipo de abordagem territorial. A disposição dos artigos na tabela segue a ordem cronológica de publicação.

Quadro 2 – Artigos sobre adolescentes em conflito com a lei que citam território

Referência	Área do conhecimento	Sujeito/ Lócus da Pesquisa	Abordagem territorial
CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. O espaço como componente da vulnerabilidade dos adolescentes do sexo masculino em conflito com a lei para a conduta infracional. Revista Latino-americana de Geografia e Gênero . Ponta Grossa, v.3, n.1, p.41-53, jan./jul. 2009.	Geografia e Direito	Adolescentes em conflito com a lei.	Comparece a discussão sobre espaço como componente da vulnerabilidade (efeito lugar/ efeito/território)
CHIMIN JUNIOR, Alides; SILVA, Joseli Maria. Espaço, atos infracionais e a criação social dos adolescentes em conflito com a lei. Revista Latino-americana de Geografia e Gênero , Ponta Grossa, v. 1, n. 2, p. 295-308, ago. / dez. 2010	Geografia e Direito	Adolescentes em conflito com a lei.	Comparece a discussão sobre espaço como componente da vulnerabilidade (efeito lugar/ efeito/território)
MELLA, Lisiane Ligia; LIMBERGER, Jéssica; ANDRETTA, Ilana. Políticas públicas e adolescentes em conflito com a lei: revisão sistemática da literatura nacional. Revista Políticas Públicas & Cidades , v.3, n.2, p. 88 – 99, mai/ago, 2015.	Psicologia	Políticas Públicas	Território
PAIVA, Ilana Lemos; GOMES, Rayane Cristina Andrade; VALENÇA, Daniel Araújo. Sistema socioeducativo potiguar: um debate sobre violações de direitos de crianças e adolescentes no âmbito internacional. R. Dir. Gar. Fund. , Vitória, v. 17, n. 2, p. 327-352, jul./dez. 2016.	Direito	Sistema socioeducativo	O termo territorialidade aparece no resumo, mas não trata no texto.
BARBOSA, Janilson Pinheiro. Investigando o obscuro: a pesquisa acadêmica nos labirintos da violência juvenil - entre poder e reconhecimento. Revista Educação e Emancipação , São Luís, v. 9, n. 2, jul./dez. 2016.	Educação	Adolescentes em conflito com a lei	Território simbólico(entre-lugares)
SOARES R.H, OLIVEIRA, MA. Leite KC, NASCIMENTO, GCG. Medidas judiciais atinentes à atenção em saúde mental de adolescentes em conflito com a lei. Interface (Botucatu). v, 21, n. 60, p. 123-31, 2017.	Psicologia	Adolescentes em conflito com a lei	Territorialidade

VILAS BOAS, Cristina Campolina <i>et al.</i> Lugar é laço, palavra é laço: extensão como território de enlace do adolescente em conflito com a lei. Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas v. 5, n. 9, jan./jun. 2020.	Psicologia	Adolescentes em conflito com a lei	Território
VEDOVELLO, A. J. S. <i>et al.</i> Terapia ocupacional e socioeducação: uma trajetória institucional de acompanhamento de adolescentes e jovens durante quatro décadas. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional , 2023.	Terapia Ocupacional	Adolescentes em conflito com a lei	Território vivido
SILVA, Jéssica Beatriz; CRUZ, Maria do Carmo Meirelles Toledo. Intersetorialidade e medida socioeducativa: uma pesquisa bibliográfica na plataforma Scielo. Revista Foco , Curitiba (PR), v.16.n.4, p.01-14, 2023.	Educação	Adolescentes em conflito com a lei	Território-rede

Fonte: Elaboração própria.

Esse panorama evidencia que alguns trabalhos citam a palavra território e/ou territorialidades, mas não as utilizam como categorias teóricas. Autores do campo da Geografia Humana e Cultural argumentam sobre a importância de se assumir território como categoria de análise, posto que as relações humanas são socioespaciais e se produzem em relações de poder. Pertencimentos, identidades, culturas, práticas humanas, desigualdades sociais, dentre outros, se produzem e são produzidas nos usos humanos dos territórios (Haesbaert, 2014; Santos, 2006; 2020).

Alides B. Chimin Junior (2009) destaca a importância da compreensão espacial para conhecer de fato a realidade dos adolescentes em questão.

[...] a compreensão do espaço na composição da vulnerabilidade do adolescente para a conduta infracional pode trazer perspectivas diferentes daquelas que têm sido formuladas por alguns estudiosos que buscam fatores sociais generalizantes para definir as ações violentas cometidas por adolescentes infratores. Um ser vulnerável a cometer um ato infracional, significa que ele possui uma condição que o coloca em maior risco em relação aos outros que possuem condições menos propensas. E isso implica a consideração do espaço na construção dessa vulnerabilidade, que nada mais é do que compreender o estado socioespacial de quem se encontra vulnerável (Chimin Junior, 2009, p.45).

Janilson Pinheiro Barbosa (2016, p. 42 – aspas do original) também destaca que pesquisar nos “‘entre-lugares’, por onde os adolescentes em conflito com a lei transitam, é dispor-se a trafegar por cenários obscuros e, por vezes, perigosos”. Para o autor, essa realidade, muitas vezes, é invisível para a comunidade científica o que demanda

pesquisadores /as fazerem opções e adotarem posturas de abertura para compreenderem as histórias e trajetórias por trás dos atos infracionais e da violência juvenil.

Cristina Campolina Vilas Boas *et al.* (2020), ao mencionarem o território da extensão universitária, no qual adolescentes cumprem medidas socioeducativas em meio aberto, destacam que é necessário:

[...] ir na contramão de uma ordem que coloca o jovem em cumprimento de medida socioeducativa em um sistema nominativo inflexível que vulnerabiliza seus corpos no tecido social (...), e ofertar palavra e escuta, enquanto dispositivos que promovem um lugar onde o adolescente possa recontar a sua história e articular novas modalidades de laço social (Vilas Boas; Castro; Lemos, 2020, p. 450).

A preocupação com o território, nesse trabalho, também comparece no relato de uma oficina desenvolvida no projeto de extensão universitária que trata o Eixo Cultural/Territorial, visando trabalhar com as vivências culturais dos adolescentes em seus mais diversos segmentos e promovendo a visita a espaços públicos e privados para verificar as manifestações culturais de cada localidade.

A partir desse olhar, percebe-se quão importante são os estudos sobre território no contexto atual do sistema capitalista, que valoriza ou descarta os sujeitos, dependendo do lugar que ocupam na sociedade ou nos locais de moradia, que se convertem em territórios de exclusão e segregação (Santos, 2020; Haesbaert, 2014).

Também as reflexões sobre as vivências dos/as adolescentes em situação de conflito com a lei colocam em evidência a necessidade de um olhar atento sobre as práticas socioespaciais – os modos de praticar o lugar, ou território. E ainda apontam como a relação com o território influencia ativamente a vida dos jovens, seja delineando vulnerabilidades ou sendo instrumento, a partir do qual ele/a pode vivenciar outra cultura, vislumbrar outras formas de ser e estar. Nesse sentido, faz-se necessário compreender melhor a relação entre território e as territorialidades juvenis, o que veremos a seguir, por meio de autores da Geografia, Sociologia e Serviço Social e da área Interdisciplinar pelos estudos produzidos no GIT.

2.2 CAMINHADA EM MOVIMENTO – A RELAÇÃO ENTRE TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES JUVENIS

As discussões sobre território como espaço vivido e a sua articulação com as territorialidades ganharam um novo olhar a partir da chamada virada cultural, ocorrida no

século XX, em que estudiosos da Geografia junto a autores de diferentes áreas teóricas, “tentam explicar o desdobramento das mudanças contemporâneas em termos de suas diversas 'crises' e/ou 'reestruturações'(Haesbaert, 2014, p. 11, aspas do original). Nesse contexto, os estudos territoriais ganharam novo fôlego e ampliaram seu olhar para além da Geografia Física, passando a incorporar um olhar mais humanista, sendo campo fértil para as Ciências Humanas e Sociais.

Rogério Haesbaert é um dos geógrafos brasileiros que se preocupou em compreender como os territórios delineiam as territorialidades, sobretudo diante de situações de in-segurança e contenção, o que obriga tantas pessoas a, parafraseando o autor, viverem no limite. Para o autor, a discussão sobre o território na sociedade capitalista está intimamente imbricada às relações de poder, contudo, esclarece que não se trata apenas do poder que o Estado exerce, “diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação” (Haesbaert, 2014, p. 57). Dessa forma, ele explica que o território é um processo contínuo numa relação de dominação e é incorporado pelos diversos sujeitos nele envolvidos (indivíduos, instituições ou grupos sociais), por isso deve ser observado em sua pluralidade de manifestações, que compõem os processos de territorialização e multiterritorialização.

A territorialidade é entendida, nesse processo, como o modo como as pessoas utilizam o território, como “espaço vivido” (Haesbaert, 2014. p. 65), caracterizando a dimensão simbólica e cultural do território. No entanto, o referido autor esclarece que territorialidade não pode ser restrita a uma abordagem abstrata, pois ela carrega materialidades e imaterialidades construídas em relação a um território, seja ele físico ou simbólico.

O geógrafo Milton Santos também aponta o caráter simbólico do território, destacando que este “não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si” (Santos, 2006, p. 14, destaque do original). Assim, o território usado é o chão aliado à identidade, ao sentimento de pertencimento. Portanto, o território “é o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (Santos, 2006, p. 14).

Para Santos (2020), é no território que a cidadania se efetiva ou não. Dessa forma, compreende-se, a partir do autor, que a gestão do território implica atribuir a todos os habitantes os bens e serviços que necessitam para viver, independentemente do local em que estejam. Destaca, ainda, que a plena realização da pessoa humana resulta da combinação da economia e cultura; sem a articulação entre esses elementos, gera-se a não cidadania e o cidadão mutilado.

Autores/as do Serviço Social, como Diniz (2022) e Koga (2011), também apresentam contribuições importantes sobre o território e a constituição da cidadania. Diniz (2022, p. 2) argumenta que, “o lugar em que os sujeitos estão no mundo pode fazer com que ele valha mais ou menos no circuito das relações sociais”. Nessa mesma perspectiva, afirma que o território é o chão onde as mediações acontecem e forjam as formas de existência e de vida dos sujeitos.

Koga (2011, p. 33) aponta que o território é o “chão do exercício da cidadania”; é a partir dele que as desigualdades sociais ficam evidentes, por meio das diferenças entre os moradores de uma mesma cidade, sobretudo pela presença ou ausência de equipamentos e serviços públicos. Também aponta que o território engloba o lugar e o “não lugar” (Koga 2011, p. 38), que compreende as bases materiais e não materiais como as idealizações e representações sobre o espaço em que se vive. Nesse sentido, ao se apropriar do território, criando e recriando significados em torno dessa apropriação, os sujeitos constroem as territorialidades.

A referida autora ainda ressalta que “a territorialidade se faz pelos significados e ressignificações que os sujeitos vão construindo em torno de suas experiências de vida” (Koga, 2011, p. 39). Nesse sentido, revela complexidades que envolvem a vida pública dos sujeitos, enquanto cidadãos, mas também suas vidas privadas e como enfrentam as vulnerabilidades dos territórios em que vivem.

Nesse sentido, Koga (2011), aproximando-se das contribuições de Milton Santos, enfatiza que a vulnerabilidade social está relacionada não somente à pobreza, mas aos processos de exclusão, marginalização e periferização, configurando o cerceamento de bens da cidadania.

Segundo Marandola Junior e Hogan (2006, p.33), para analisarmos as vulnerabilidades, é necessário compreender “a capacidade de resposta” que os sujeitos têm para absorver os impactos do risco/perigo vivenciado. Essas vulnerabilidades têm relações causais mais imediatas e evidentes, variando conforme a escala (global ou local) e revelam estruturas sociais de produção e distribuição, mas também de enfrentamento do perigo. Para os autores, a vulnerabilidade dos territórios, muitas vezes resulta em “vulnerabilidade da própria cidadania” (Marandola Junior; Hogan, 2006, p. 35), o que expõe os sujeitos a diversas violências e misérias.

Uma contribuição importante para esse debate pode ser identificada tomando como referência o livro “A Miséria do Mundo” (Bourdieu *et al.*, 2008), no qual o autor apresenta o que ele chamou de “efeitos de lugar”, uma espécie de simbolização imposta ao lugar em função dos grupos e pessoas ali residentes. Para o autor, “não há espaço em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado, e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais” (Bourdieu *et al.*, 2008, p. 160).

Bourdieu *et al.* (2008) aponta que os seres humanos são simultaneamente indivíduos biológicos e agentes sociais, constituídos assim na e pela relação com o espaço social. Enquanto seres biológicos, seus corpos estão situados em um lugar e ocupam um local, mas enquanto agentes sociais, o lugar ocupado depende da posição social alcançada, ou seja, do espaço físico apropriado. Dessa forma, é nesse espaço apropriado que se afirma e se exerce poder, produzindo diversas violências, inclusive a simbólica.

Numa sociedade capitalista, em que a capacidade de dominar o espaço apropriado depende diretamente do capital possuído, questiona-se, qual a capacidade que os pobres têm para dominar seu espaço? Nesse ponto, Bourdieu *et al.* (2008) indicam a construção de guetos e o distanciamento entre os espaços entre ricos e pobres, distância física e também simbólica. Enquanto os mais abastados residem em bairros e condomínios localizados nos centros urbanos ou, quando em locais mais afastados, em territórios restritos aos seus próprios moradores e com excelente infraestrutura, às camadas populares são reservados espaços periféricos ou aglomerados urbanos próximos a regiões centrais, mas sem infraestrutura mínima para sobrevivência.

O autor evidencia que o “efeito gueto degrada simbolicamente seus habitantes [...], pois estão privados de trunfos necessários para participar dos diferentes jogos sociais” (Bourdieu *et al.*, 2008, p. 140). Nesse contexto, cita ainda o efeito da estigmatização, produzido a partir do ajuntamento, num mesmo lugar, de agentes sociais despossuídos de capacidade de possuir.

Nesse sentido, a partir do olhar para os efeitos do lugar, propomos a discussão sobre o efeito do território, compreendendo a relação entre os territórios e territorialidades juvenis. Parafraseando Bourdieu *et al.* (2008), pode-se compreender que jovens expostos às misérias do mundo, que vivenciam vulnerabilidades e violências em seus cotidianos, praticam também mais violências, reproduzindo-as.

Diante desse contexto, cabem aqui algumas indagações: será que todas as territorialidades construídas nesses contextos de miséria e vulnerabilidades estão relacionadas à reprodução da violência? Será possível construir táticas e aprendizagens em contextos extremos?

Bernard Charlot (2001, 2009, 2021, 2024), problematizando a teoria da reprodução social proposta por Bourdieu, desenvolve reflexões sobre a relação com o saber, destacando que além do capital cultural transmitido pelo meio social, sobretudo pelas famílias, cada sujeito tem sua história singular, que contribui para produzir efeitos diferentes, para além da mera reprodução do ambiente. Ele destaca o processo de evolução humana, enfatizando que, por meio da educação, o ser se humaniza, socializa e singulariza, ou seja, é possível assumir uma

postura ativa e não apenas passiva diante do ambiente em que se vive. Nesse contexto, o autor aponta que a aprendizagem não se restringe a saberes escolares, decorrentes da inserção em escolas, ou mesmo dentro de uma sala de aula, mas se dá por meio de relações que o ser humano estabelece com o mundo, com os outros e consigo mesmo, em uma tríplice dimensão: antropológica, sociológica e singular.

Charlot (2021) ainda destaca que, para ocorrer o processo de aprendizagem, é necessária a mobilização dos sujeitos e do desejo, no sentido socioantropológico, ou seja, é preciso ocorrer o engajamento para as aprendizagens que nos tornam pessoas humanas. Nesse sentido, é possível pensar em diversas aprendizagens, que podem se dar em quaisquer territórios em que os sujeitos se sintam mobilizados para aprender, como o autor nos provoca em seus textos mais recentes (Charlot, 2021, 2024).

Essa reflexão nos leva novamente às contribuições de Michel de Certeau (2014a, 2014b), que nos apontam que, para subverter a ordem que lhe é imposta, as classes subalternas constroem táticas em suas práticas cotidianas.

Na verdade, o autor e sua equipe de colaboradores/as em suas pesquisas sobre o cotidiano de consumidores, compreendem que o sujeito comum cria mil práticas para se reapropriar “do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural” (Certeau, 2014a, p. 41). Ele desenvolve essa discussão, como um contraponto à obra de Michel Foucault (Vigiar e Punir), que discute sobre os aparelhos e instituições que exercem o poder e que impõem uma disciplina e vigilância constante sobre os sujeitos. Para o autor, é nesse movimento que se estabelece a estratégia, ou seja,

[...] o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico (Certeau, 2014a, 45).

Nesse sentido, o autor aponta que a estratégia segue uma racionalização e procura em primeiro lugar distinguir “o lugar do poder e do querer próprios” (Certeau, 2014a, p. 93). Assim, enquanto a estratégia segue um esquema formal e historicamente determinado e “é organizada pelo postulado de um poder” (Certeau, 2014a, p. 95), a tática é o movimento possível construído pelo fraco, pelo sujeito ordinário, daquele que não detém poder, no sentido estratégico, e utiliza os recursos que dispõe em seu cotidiano. Dessa forma, a tática seria então uma antidisiplina, uma antítese à disciplina das instituições (Certeau, 2014a).

Para o autor,

tática é um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem lugar para o outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias (Certeau, 2014a, p. 45-46).

Assim, as táticas, como nos mostra Certeau, se comparam à bricolagem, construção artesanal, que não dispõem de base onde capitalizar os seus proveitos e jogam com os acontecimentos para se transformar em ocasiões e possibilidades de ganho. Elas se caracterizam por atitudes informais, não planejadas, modos de fazer; pequenos sucessos, dribles ou golpes em que o dominado consegue se sentir vencedor frente ao dominador.

Nesse sentido, os modelos de retórica desvelam os tipos de táticas, sendo apontado por Certeau (2014a) que a linguagem (escrita ou falada) é um importante elemento da arte de manipular e jogar com os acontecimentos. Desde a grande mídia e publicidade ou mesmo a conversa ordinária, cotidiana, a comunicação se apresenta como uma prática transformadora. Além dessas, as práticas do espaço, que são as maneiras de se frequentar o espaço, apresentam “mil modos de instaurar uma confiabilidade nas situações sofridas” (Certeau, 2014a, p. 49).

Trazendo essa discussão para o cotidiano dos/as jovens, compreendemos que na ausência de estratégias que garantam sua proteção, as juventudes constroem táticas diversas, em seus cotidianos, constituindo suas territorialidades.

Sobre as territorialidades juvenis, o geógrafo Nécio Turra Neto (2012) também traz contribuições, evidenciando a necessidade de localizá-las no quadro de relações socioespaciais, sobretudo nos bairros e cidades. Nesse contexto, o autor situa o surgimento das “subculturas juvenis” (Turra Neto, 2012, p. 141) na Inglaterra, no pós-guerra, a partir da reapropriação da rua pelos jovens, sobretudo no meio urbano. Destaca que, ao ocupar espaços na rua, a juventude teceu redes de sociabilidade distintas dos laços familiares, realizando incursões na cultura de massa e constituindo identidades juvenis. Isso foi possível por meio de profundas mudanças na concepção de família, na reconfiguração social do papel da mulher e das transformações e exigências do mercado de trabalho, que passou da esfera privada para a pública, diferenciando o ambiente doméstico do local de trabalho.

Com o processo de globalização e a chamada pós-modernidade, a ocupação dos espaços urbanos se expandiu para todo o globo terrestre, escancarando diferenças e desigualdades, mas também abrindo possibilidades para a construção de multiterritorialidades (Haesbaert, 2014) e

novas culturas e estilos de vida, inclusive as juvenis. Para Turra Neto (2012, p. 144), “culturas juvenis e estilos devem ser considerados como portadores e temporalidades e espacialidades próprias”, pois carregam modos de ser e viver próprios da juventude, independentemente do tempo e do espaço. Esse modo de ser e viver juvenis estão relacionados à sua sociabilidade, suas roupas, linguagens e maneiras como ocupam os espaços públicos e constroem suas identidades. Dessa forma, “aderir a um estilo, dentre aqueles disponíveis no lugar, é a forma encontrada por certos jovens e agrupamentos juvenis de experimentarem uma juventude possível” (Turra Neto, 2012, p. 145).

Além dessa perspectiva da cultura juvenil, estudos do GIT têm demonstrado outras interlocuções teóricas, ao colocar em diálogo juventudes e territorialidades, e apresentam contribuições importantes sobre as territorialidades juvenis, em uma abordagem interdisciplinar.

Andrea Cecília Moreno (2020, p. 31), em sua pesquisa com jovens bolsistas estudantes em uma escola particular, nos leva a refletir sobre as “diversas maneiras de apropriação que as juventudes fazem dos territórios de origem, dos territórios construídos simbolicamente, ou dos territórios nos quais transitam”. Nessa diversidade, a autora revela as sociabilidades construídas pelos jovens junto a suas famílias e amigos, nos lugares por onde transitam, como a casa e a escola, as relações que estabelecem nesses territórios e as disputas territoriais necessárias para se manter neles.

Ana Lúcia Dias (2016, p. 36), ao tratar das territorialidades de jovens que participam do Programa Fica Vivo!¹² em Governador Valadares, também afirma que as instituições, família e escola “podem ser chamadas de territórios, uma vez que envolvem relações sociais e culturais que definem as relações de poder. Nesses territórios, os jovens traçam lutas, conquistas, desafio”.

Girlene Lourenço (2020) apresenta reflexões importantes sobre as territorialidades juvenis, recorrendo ao trabalho realizado com jovens que estão em cumprimento de medidas socioeducativas de liberdade assistida no município de Governador Valadares, destacando que essas territorialidades “se relacionam tanto com as experiências dos envolvidos diretamente (agressores e vítimas), com os agentes públicos, com a sociedade e com o Estado” (Lourenço,

¹² Instituído no ano de 2003, por meio do Decreto Nº 43.334/2003, o Programa de Controle de Homicídios – Fica Vivo! atua na prevenção e na redução de homicídios dolosos de adolescentes e jovens de 12 a 24 anos, em áreas que registram maior concentração desse fenômeno. O programa Fica Vivo! articula dois eixos de atuação: Proteção Social e Intervenção Estratégica. Disponível em: <https://www.seguranca.mg.gov.br/index.php/prevencao/programas/fica-vivo>. Acesso em 23 ago. 2025.

2020, p. 38). Dessa forma, compreendemos que o território das medidas socioeducativas também possibilita a construção de territorialidades. Se ampliarmos esse campo de visão para a medida socioeducativa de prestação de serviço, em que os jovens transitam por diferentes instituições e espaços, poderemos encontrar, ainda, outras territorialidades juvenis.

Com relação ao recorte racial, Guilherme Rodrigues dos Santos (2025) traz reflexões e questionamentos atuais sobre a realidade do jovem negro e periférico, residente em Governador Valadares, território marcado por múltiplas vulnerabilidades. O pedagogo e mestre, além de situar em seu trabalho o bairro Turmalina como território vulnerável, também evidencia como a cor da pele de seus habitantes os expõe ainda mais a situações de risco e violências, demarcando a discussão sobre corpo-território.

A dissertação de mestrado (2017) e a tese de doutorado (2023) de Jorddana Rocha de Almeida, desenvolvidas no programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), apresentam também a realidade de jovens de Governador Valadares, com recorte para aqueles que cumpriam medidas socioeducativas de semiliberdade. Esses trabalhos buscam superar o olhar viciado de ver os jovens pelo que falta a eles ou como meros usuários de políticas públicas e compreender os sentidos que eles atribuíam às experiências da medida socioeducativa de semiliberdade e seus projetos de futuro.

Diante dessas reflexões e dos objetivos desses trabalhos, buscamos compreender quem são esses jovens, acessando dados do Creas, com atenção para o entrecruzamento entre territórios, vulnerabilidades, possíveis territorialidades e operamos com o “efeito de lugar”, traçando um quadro mais geral (Charlot, 2009) desse grupo. Além disso, fizemos a escuta de jovens em situação de conflito com a lei, que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto no Creas de Governador Valadares. Nessa caminhada, foi realizado um esforço de capturar suas singularidades, cotidianos, vivências, enfim, suas territorialidades e táticas construídas a partir da inserção em seus diversos territórios, como veremos nos próximos capítulos.

3 CAMINHOS POSSÍVEIS PARA A REALIZAÇÃO DE UMA PESQUISA

*“A caminhada, que sucessivamente persegue
e se faz perseguir, cria uma organicidade móvel ambiente,
uma sucessão de topoi fáticas”
(Certeau, 2014, p. 165).*

Seguindo ainda os passos de Certeau (2014a), a caminhada desta pesquisa continua perseguindo os objetivos propostos, construindo uma metodologia no movimento do cotidiano. Assim, buscamos, neste capítulo, evidenciar os caminhos possíveis para a realização desta pesquisa, desde a entrada no Creas, a recepção da equipe que atende os jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, o acesso aos documentos do local e os passos dados em direção aos referidos jovens, visando ouvir suas narrativas, tentando capturar suas histórias de vida e singularidades, como propõe Charlot (2001, 2007, 2009, 2021).

3.1 A ENTRADA NO CREAS

A entrada no território Creas, segue o movimento do caminhante, com suas idas e vindas, às vezes sucessos e/ou insucessos. Mas persisti e persequi os objetivos desse trabalho, possibilitando o desenvolvimento da pesquisa na perspectiva qualiquantitativa proposta, realizando uma pesquisa documental, levantamento de dados e a escuta de jovens que por lá transitavam.

Embora o Creas não fosse para mim um território completamente desconhecido, visto que como assistente social judicial tive a oportunidade de realizar reuniões, estudos de casos e inspeções no referido centro, a entrada como pesquisadora e mestranda ainda era uma novidade.

As primeiras caminhadas junto ao Creas como pesquisadora foram dadas ainda em 2024, quando participei do projeto de pesquisa “Projeto Relação com o Saber e a escola: um estudo com jovens em situação de conflito escolar”, realizado pelo Niesd, já citado no início deste trabalho. Nesse percurso, tive a oportunidade de aplicar o instrumento de pesquisa “balanço do saber” (Charlot, 2009), que foi adaptado para o estudo citado, e realizar algumas entrevistas com jovens que cumpriam medidas socioeducativas no Creas. Ainda no mesmo ano, recebi autorização da Secretária de Assistência Social para realizar esta pesquisa, prevista para iniciar em março de 2025. Contudo, devido a diversas situações como a demora na aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e mudanças na gestão na Secretaria Municipal de

Assistência Social (SMAS), esse trabalho foi iniciado no final de abril e se estendeu para o início de julho deste ano.

Nesse contexto, voltei ao Creas em 2025 com a proposta de encontrar e conversar com jovens que comparecessem ao referido centro para cumprir as medidas socioeducativas de liberdade assistida ou prestação de serviços à comunidade, visando atender aos objetivos específicos desse trabalho.

Cabe destacar que o Creas é um equipamento tipificado pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) para “o atendimento a famílias e indivíduos que se encontram com direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos” (Brasil, 2004. p. 31). Faz parte da proteção de média complexidade e tem como objetivos orientar e promover o convívio familiar e comunitário. Além de atender jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, o Creas também atende crianças e adolescentes com direitos violados ou em situação de trabalho infantil. Também oferece apoio e orientação a mulheres e idosos/as que se encontram em situação de violência doméstica ou risco social.

O Creas de Governador Valadares ocupa um prédio na região central do município, com funcionamento de 8h às 18 horas. Considerando a diversidade do público que atende, a equipe técnica composta por assistentes sociais, psicólogos e pedagogo, subdivide-se em serviços especializados para melhor atendimento às demandas.

Conforme o seu Regimento Interno, atualizado em 2025, o Serviço de Proteção ao Adolescente em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) tem por finalidade ofertar atendimento especializado aos jovens que cumprem tais medidas, por meio do acompanhamento socioassistencial previsto na Proteção Especial do Sistema Único de Assistência Social (Suas). (Prefeitura de Governador Valadares, 2025).

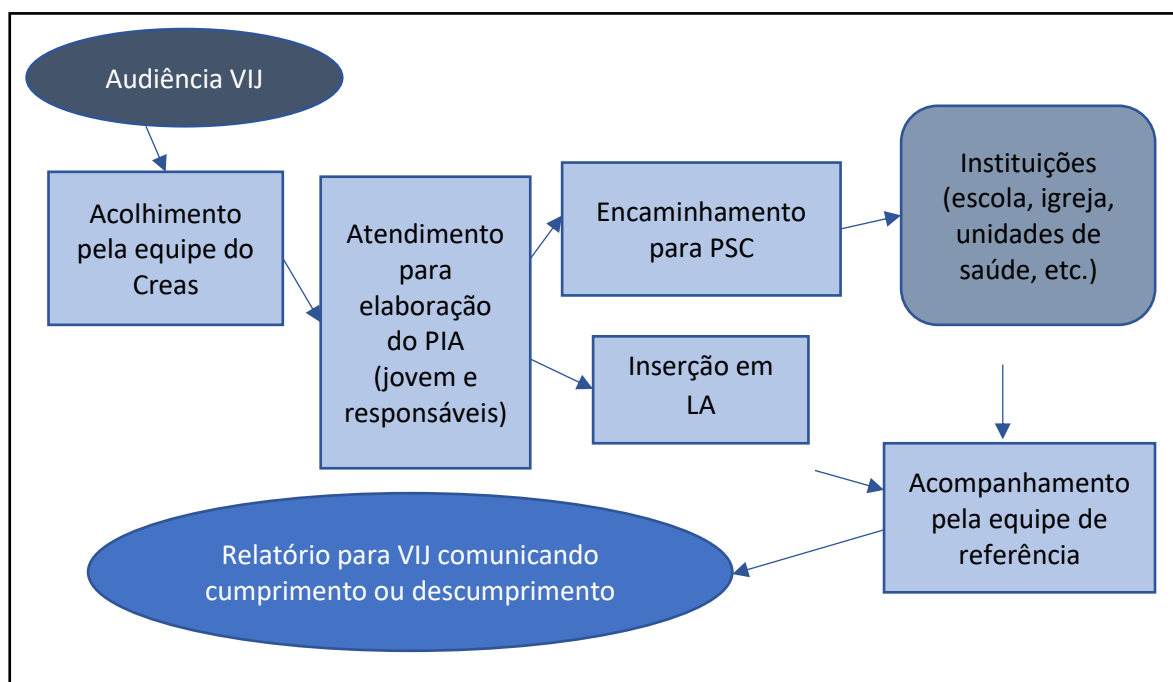
O público-alvo desse serviço compreende adolescentes entre 12 a 18 anos incompletos, e jovens de 18 a 21 anos, em cumprimento de medidas de LA e/ou PSC, encaminhados pela Vara da Infância e Juventude da Comarca de Governador Valadares. Segundo o documento, o atendimento se estende às famílias dos adolescentes e jovens “considerando sua corresponsabilidade no processo socioeducativo e o papel central da convivência familiar como fator de proteção e desenvolvimento” (Prefeitura de Governador Valadares, 2025, p. 07).

Ainda segundo o Regimento Interno, a equipe técnica desse serviço tem entre suas atribuições: receber os adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, orientá-los sobre a finalidade, organização e funcionamento do programa, construir junto ao referido público o Plano Individual de Atendimento (PIA) e remetê-lo à

autoridade judiciária. Também cabe aos técnicos, acompanhar os adolescentes e jovens durante o cumprimento das medidas de LA e PCS e elaborar relatórios de cumprimento ou descumprimento da determinação judicial e enviar à Vara da Infância e Juventude.

O fluxo de atendimento dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto inicia-se após a audiência na Vara da Infância e Juventude (VIJ), na qual os próprios técnicos do Creas também comparecem ao local e já realizam o primeiro acolhimento e esclarecimentos sobre as medidas impostas. Em seguida, acontece o atendimento do/a jovem e sua família, nas dependências do Creas, para elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA), quando é traçado um diagnóstico situacional, a partir dos seguintes eixos: trajetória do ato infracional, risco, saúde, educação, trabalho e profissionalização, atividades de esporte e lazer. Em seguida, os/as jovens são encaminhados para o cumprimento de medidas socioeducativas de PSC ou LA, conforme a determinação judicial. No caso de PSC, os/as jovens são acompanhados/as por instituições públicas ou comunitárias em seus territórios. O/a jovem inserido/a em LA é acompanhado/a diretamente pela equipe técnica do Creas. Concluída a medida, é encaminhado relatório à VIJ. Caso o/a jovem não dê continuidade à medida, cumprindo o tempo determinado, é encaminhado relatório de descumprimento da medida também à VIJ, explicando as tentativas realizadas e o tempo cumprido. Para melhor visualização desse fluxo, elaboramos o fluxograma abaixo (Figura 1).

Figura 1 – Fluxograma de atendimento do Creas



Fonte: Elaboração própria (2025).

3.2 CAMINHANDO POR ENTRE DOCUMENTOS DO CREAS

Para a realização desta pesquisa, foi solicitada à Secretária de Assistência Social autorização para acesso à documentação do Creas, aos PIAs preenchidos e ao banco de dados dos atendimentos realizados pela equipe do serviço de medidas socioeducativas. No percurso da pesquisa, houve uma mudança no sistema de dados, dificultando diretamente o acesso aos PIAs, contudo, a equipe do Creas criou uma planilha que foi compartilhada com esta pesquisadora e os professores do Niesd (Maria Celeste e Mauro Augusto), para facilitar o acesso aos dados e visando construir parcerias entre o Creas e o Niesd.

Por meio da planilha, o professor Mauro nos auxiliou a elaborar alguns gráficos e tabelas sobre os/as jovens que frequentam o Creas, utilizando-se dos seguintes dados: gênero, raça, idade, escolaridade, bairro, ato infracional e medida socioeducativa cumprida. Esses dados levaram em consideração os/as jovens que cumpriam medidas socioeducativas em meio aberto no Creas, durante os meses de junho e julho de 2025.

Para análise desses dados, foi proposto o movimento de "ler os dados", "ler entre os dados" e "ler para além dos dados", perspectiva adotada no campo da Educação Matemática, como parte do letramento estatístico (Gal, 2002; Lopes, 2004), o que significa colocar os dados em determinados contextos, refletir sobre eles e analisá-los. Foi feito esse exercício com o propósito de estabelecer relações por meio dos dados disponibilizados, refletindo sobre as vulnerabilidades e as territorialidades que podem ser inferidas desse conjunto de dados, ressaltando como os marcadores sociais de gênero, raça e classe, atravessam a condição e a situação juvenil.

Inicialmente, analisamos os dados tal como apresentados, destacando os quantitativos quanto aos itens constantes na planilha, citados acima. Na sequência, foram feitos cruzamentos entre alguns dados, desvendando a relação entre gênero e ato infracional, idade e escolaridade, idade e ato infracional, bairro e ato infracional, raça e ato infracional. Do cruzamento desses dados, pudemos fazer uma análise qualitativa da realidade dos/as jovens pesquisados/as, buscando construir um perfil. Essa análise permite, ainda, compreender a relação entre os marcadores sociais de classe, raça e gênero e os atos infracionais praticados por esses/as jovens, capturando as territorialidades juvenis em conflito com a lei. Essa caminhada será realizada ao longo do próximo capítulo.

3.3 O ENCONTRO COM OS/AS JOVENS NO CREAS

O encontro com os jovens no Creas foi possível, a partir do compartilhamento da agenda digital de atendimentos da equipe responsável pelo atendimento aos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de PSC e LA. Foi possível observar que a equipe faz um contato prévio com jovens e responsáveis, visando marcar o atendimento em horário diverso de outras atividades realizadas, como estudar ou trabalhar. O atendimento é confirmado através de contato ou mensagem telefônica, a fim de assegurar o comparecimento ao atendimento marcado. Ainda assim, acontecem imprevistos como não comparecimento de jovens ou responsáveis, ou não retorno ao contato telefônico. Como eu estava seguindo a agenda digital, por algumas vezes fui ao Creas e fiquei aguardando jovens, mas não houve comparecimento. Também em algumas circunstâncias, o atendimento foi adiantado ou remarcado, impossibilitando a realização da entrevista no horário previsto.

Apesar dos percalços da caminhada, entre diversas idas e vindas ao Creas, encontrei-me com jovens que compareceram ao equipamento para iniciar ou dar sequência ao cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto. A equipe do Creas recebeu os/as adolescentes e os/as informou sobre a possibilidade de participar da pesquisa, me apresentando e cedendo a sala onde poderiam ser realizadas as entrevistas.

Durante as entrevistas, procurei ter o cuidado de me identificar como mestrande e pesquisadora, não revelando minha atuação como assistente social judicial. Contudo, em algumas situações me deparei com jovens com os quais havia mantido contato na Vara da Infância, mas tentei manter a postura de pesquisadora, evitando interferências em suas narrativas ou orientações típicas da abordagem técnica do assistente social judicial.

Antes do início de cada entrevista, foram lidos e explicados os termos de consentimento, previamente aprovados pelo CEP¹³ da Univale, esclarecendo a necessidade de gravação de áudio e a preocupação com o sigilo das informações. Em três situações, os jovens não desejaram prosseguir a entrevista e não assinaram o termo. Dessa forma, não foi possível ouvir suas narrativas. Em uma única situação, um jovem, mesmo após a assinatura do termo por ele e seu responsável, preferiu que a entrevista não fosse gravada, e por essa razão, sua narrativa foi

¹³ A pesquisa “Efeito território e territorialidades juvenis: uma pesquisa com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, em Governador Valadares (MG)” – CAAE 85431624.1.0000.5157, foi aprovada pelo CEP, em 5 de maio de 2025 - número do parecer 7.544.524.

anotada em uma folha, à medida que foi se expressando.

As entrevistas seguiram a seguinte questão geradora da narrativa, conforme sugerido por Flick (2004) e que foi adaptada para este estudo:

Estou realizando uma pesquisa sobre as vivências de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas no CREAS e acredito que você pode me ajudar com a sua experiência. Gostaria que você contasse sua história de vida, relação familiar, com os colegas e com os vizinhos, acesso à escola, esporte ou unidade de saúde, as coisas que aconteceram na sua infância e adolescência, uma após a outra, até o dia de hoje. Você não precisa ter pressa, e também pode dar detalhes, porque tudo que for importante para você me interessa.

Por meio dessa pergunta geradora, a intenção era que os/as jovens narrassem suas histórias de vida, sem intervenção da pesquisadora; todavia, alguns se mostraram reticentes em suas falas, sendo necessário intervenções da pesquisadora, formulando perguntas diretas para favorecer a compreensão da história de vida, como por exemplo, como era a sua infância, como foi a inserção na escola, o que te trouxe ao Creas, dentre outras questões que foram se fazendo necessárias.

Embora não constasse na pergunta geradora, para sistematização dos dados empíricos, foi questionado aos jovens itens como idade, escolaridade e bairros em que residiam. Também foi solicitado que cada um/a apresentasse um nome pelo qual seria identificado/a na pesquisa, e a maioria deles indicou apelidos ou iniciais de seus próprios nomes.

Ao todo, foram realizadas dez entrevistas, sendo seis com jovens do sexo masculino e quatro jovens do sexo feminino, conforme tabela a seguir:

Quadro 3 – Perfil dos/as jovens e data de realização das entrevistas

Nº	Data	Nome	Gênero	Idade	Raça	Bairro	Escolaridade
01	25/4	PG	M	18	Parda	Novo Horizonte	9º ano
02	05/5	Do Gás	M	16	Não informado (NI)	Santa Terezinha	9º ano
03	05/5	Fa	M	18	Pardo	Turmalina	9º ano
04	18/6	Edu	M	17	Pardo	N. Sra. das Graças	3º série EM
05	24/6	Ti	M	17	Pardo	São Paulo	9º ano
06	26/6	Li	F	18	Negra	Acolhimento	1º série EM
07	26/6	Tata	F	13	Parda	Turmalina	8º ano
08	01/7	Lopes	F	18	Parda	Vila Rica	2º série EM
09	08/7	Neymar	M	14	Pardo	Turmalina	9ºano
10	11/7	Gigi	F	17	Indígena	Acolhimento	7º ano

Fonte: Elaboração própria. Dados da Pesquisa de Campo (2025).

Analisando a tabela, observa-se que, com relação à questão racial, sete entrevistados se autodeclararam pardos, um negro e um indígena. Em uma das entrevistas, essa questão não foi abordada, por lapso desta pesquisadora, sendo identificado por não informado - NI. A única jovem que se declarou preta, chegou a relatar que já teve vergonha de assim se declarar, mas aprendeu a ter orgulho de sua raça. Também interessante encontrar uma jovem que se autodeclarou indígena, assumindo as características físicas que traz e dizendo que se orgulha da história de seu povo.

A idade dos/as jovens transita entre 13 e 18 anos, sendo que quatro desses já alcançaram a maioridade e três estavam com 17 anos. Os/as jovens mais velhos/as conseguiram desenvolver melhor suas narrativas, fazendo reflexões mais sistematizadas sobre suas vivências, comparando-se aos/as jovens mais novos.

A escolaridade ficou entre os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio, havendo um número expressivo de cinco que se encontram no último ano do fundamental, ou seja, no 9º ano. Três jovens declararam cursar o ensino médio, o que indica uma distorção idade-série da grande maioria, se relacionada à idade de cada um deles. Dentre o total de jovens participantes do estudo, sete mencionaram que abandonaram a escola por motivos diversos, o que será melhor analisado mais adiante.

Quanto aos bairros, houve maior concentração de jovens residentes no bairro Turmalina (3) e Nossa Senhora das Graças/Carapina (2). Outros bairros foram identificados por apenas um/a jovem residente como: Novo Horizonte, Santa Terezinha, São Paulo, Vila Rica e Nossa Senhora de Lourdes. Mas os relatos citam diversos outros bairros, inclusive distritos e áreas rurais, por onde os/as jovens também transitam ou transitavam.

Do total, seis jovens foram apontados como sendo do sexo masculino e quatro do sexo feminino. Cabe destacar que não foi questionado por esta pesquisadora com qual gênero cada entrevistado/a se identificava, sendo documentado o gênero registrado pelo Creas.

Foi solicitado aos jovens que escolhessem um nome para que fossem citados, sem expor seus nomes reais. A maioria apontou apelidos usados em seus cotidianos ou abreviações do próprio nome, o que trouxe à entrevista a possibilidade de construção de um vínculo informal entre pesquisadora e entrevistado. Dentre os/as entrevistados/as, apenas dois não disseram como gostariam de ser identificados, insistindo no nome usual. Dessa forma, para não expor seus nomes reais, foram utilizadas as iniciais do primeiro nome, seguindo outros jovens que assim se apresentaram.

As entrevistas duraram em torno de dez a quinze minutos gravados, sendo que a entrevista que foi apenas transcrita não possibilitou a anotação do tempo gasto. Ao término,

todas as entrevistas gravadas foram transcritas com o apoio de um aplicativo, o que facilitou a transcrição, mas exigiu uma conferência rigorosa para correção de inconsistências e erros ortográficos. No total, foram transcritas 98 páginas de narrativas dos/as jovens em questão, que foram lidas pela pesquisadora e orientadora para a realização da análise.

O aplicativo para transcrição fez algumas correções automáticas nas falas dos/as jovens, corrigindo a concordância verbal. Dessa forma, para transcrição de falas neste trabalho recorreremos aos áudios gravados, o que permitiu maior fidelidade às expressões e linguagens juvenis e ao uso coloquial da linguagem (da pesquisadora e dos/as jovens).

As entrevistas foram lidas e analisadas em ressonância, como citado por Charlot (2009), uma vez que a cada leitura são guardadas pistas e memórias para a leitura da outra entrevista. Assim, para a análise e construção das táticas, as narrativas foram agrupadas conforme as pistas e a recorrência dos seus conteúdos.

Durante a análise, foi também realizado um esforço para constituir um circuito narrativo, conforme proposto na pesquisa coordenada por Maria Helena Menna Barreto Abrahão, Jorge Luiz da Cunha e Lúcia Villas Bôas (2018) que, inspirados em estudos de Paul Ricoeur, apontam o desafio ético/político enfrentado pelo/a pesquisador/a, enquanto sujeito em constante formação, para atuar em diálogo com os/as pesquisados/as, também em processo de formação, de forma atenta e sensível às suas narrativas, suscitando “a interlocução dos sujeitos em formação no âmbito de um circuito de fala e escuta” (Abrahão, Cunha e Villas Bôas, 2018, p. 26).

Nesse sentido, as autoras e o autor nos chamam a atenção para as narrativas em diálogo que trazem histórias de vida que nem sempre seguem uma linearidade, compreendendo espaço e tempo de modos cronologicamente organizados. Requer então do/a pesquisador/a um esforço para compreendê-las em sua totalidade e a reconstrução de uma história, desde seu início até os tempos atuais. Assim, “presente, passado e a expectativa do futuro operam em uma perspectiva tridimensional, humanizando a vida contada” (Abrahão, Cunha e Villas Bôas, 2018, p. 44).

Nessa perspectiva, as autoras e o autor ainda destacam que “o pesquisador, por sua vez, ao organizar elementos do vivido do sujeito da narração, também os arranja construindo uma trama que lhe faça sentido” (Abrahão, Cunha e Villas Bôas, 2018, p. 44). Contudo, o/a pesquisador não pode se descuidar da palavra dada pelo/a pesquisado/a e não deve se desligar do contexto em que foi pronunciada, respeitando sua identidade narrativa e reconhecendo os saberes próprios dos sujeitos.

Por fim, cabe destacar que, para capturar as táticas, como proposto nos objetivos deste trabalho, recorre-se inicialmente aos estudos de Certeau (2014a). Contudo, como o autor nos

ensina que as táticas são invenções do cotidiano, ou seja, não estão dadas nem construídas teoricamente, foi realizado um trabalho de análise, em consonância com toda a proposta teórica apresentada neste trabalho, levando em consideração, sobretudo, a Sociologia da Juventude, os estudos de Charlot (2001, 2007, 2009, 2021) sobre a singularidade dos sujeitos, processos de aprender e os estudos sobre territórios e territorialidades, já citados.

4 CONHECENDO O PERFIL E OS TERRITÓRIOS DOS/AS CAMINHANTES

“A figura atual de uma marginalidade não é mais a de pequenos grupos, mas uma marginalidade de massa; atividade cultural dos não produtores de cultura, uma atividade não assinada, não legível, mas simbolizada, e que a única possível a todos aqueles que não pagam, comprando-os, os produtos-espetáculos onde se soletra uma economia produtivista. Ela se universaliza. Essa marginalidade que se tornou maioria silenciosa” (Certeau, 2014, p.43).

No trecho acima, Certeau nos chama a atenção para o deslocamento da escala, do olhar para a marginalidade, passando de pequenos grupos às massas, realidade típica do processo de globalização e pós-modernidade em que vivemos. Todavia, o que queremos chamar a atenção aqui é como, independentemente da escala, alguns grupos continuam sendo vistos como marginais aos olhos viciados daqueles que supostamente produzem a cultura. Grupos que, para o autor, são produtores de uma contracultura, da antidisciplina, aqueles que teoricamente estão entregues à passividade e à disciplina, mas a desafiam, cotidianamente, nos seus modos de viver, de ocupar os territórios possíveis e, principalmente, por continuarem vivos, como muitos/as jovens (Dias, 2016; Santos, 2025), em territórios marcados pela vulnerabilidade e violência.

Neste trabalho, como já argumentado, trazemos a realidade dos jovens atendidos no Creas de Governador Valadares e vamos conhecer, por meio da análise de dados, o contexto em que vivem esses jovens, a partir de marcadores de gênero e raça, além da escolaridade, bairros, atos infracionais e medidas socioeducativas impostas. Parte-se do pressuposto de que esses marcadores sociais, bem como os territórios que esses jovens frequentam contribuem para a construção das especificidades e singularidades de suas territorialidades juvenis, uma vez que atravessam seus cotidianos. Esses jovens, postos à margem e à periferia das cidades, não são aqui considerados marginais pelo envolvimento em práticas ilícitas, mas estão em situação de marginalidade social, porque estão afastados geograficamente dos grandes centros de consumo e efetivamente de meios de consumo e políticas públicas que lhes garantam melhores condições de vida, como veremos a seguir.

Cabe lembrar que os dados analisados aqui foram obtidos a partir da planilha compartilhada pelo Creas, referente a atendimentos realizados com jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de PSC e/ou LA, durante o primeiro semestre de 2025. Essa planilha contava, até julho de 2025, com dados de 75 jovens, sendo esses dados organizados pelos

técnicos de referência que os atendem, de modo que não revelassem os seus nomes. Dessa maneira, a planilha traz as seguintes informações: gênero, raça, registro, data de entrada, data de desligamento (motivo), ato infracional, data de nascimento, idade, PSC, LA, PIA, bairro, primeira vez cumprindo a medida socioeducativa em meio aberto, escolaridade, se estuda, medida protetiva.

Desses dados, obtivemos inicialmente o perfil dos jovens quanto ao gênero, raça, idade, escolaridade, bairro, atos infracionais e medidas socioeducativas cumpridas, o que nos possibilitou o movimento de ler os dados. Posteriormente, realizamos os cruzamentos entre os dados como gênero e atos infracionais, o que permitiu ler entre os dados e, ao final, realizamos uma reflexão sobre esses dados, relacionando-os à conjuntura de Governador Valadares, com dados de outras pesquisas, de âmbito nacional, bem como outros estudos que remetem a essa realidade como os do GIT.

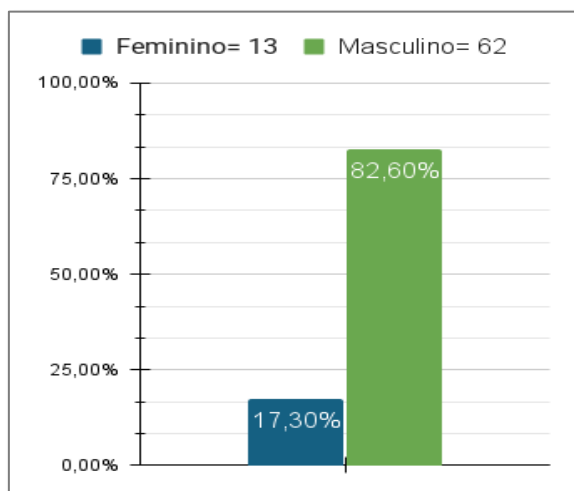
4.1 LENDO OS DADOS E CAMINHANDO ENTRE ELES

O movimento de olhar os dados e caminhar entre eles, diante dos marcadores sociais de raça e gênero e análise territorial de jovens envolvidos, é quase um só, uma vez que salta aos olhos a constatação de que esses atravessamentos marcam a vida dos sujeitos e, no caso específico daqueles que cumprem medidas socioeducativas, é acompanhado do estigma de “marginal”, “infrator” e de “potencial risco para a sociedade”. Desse modo, para manter a perspectiva de olhar para os sujeitos e suas singularidades, dividimos esse movimento em dois, separando o perfil dos/as jovens da análise dos atos infracionais praticados, muito embora, posteriormente, fazemos cruzamentos entre os dados, permitindo novas constatações.

4.1.1 Perfil dos/as jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de meio aberto

Com relação ao gênero, dos 75 jovens que frequentavam o Creas no período levantado, percebe-se uma predominância de jovens do sexo masculino (82,6%), o que confirma os dados do estudo realizado por Heiller (2011) com jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, citado no capítulo 2 deste trabalho, e também o Levantamento do Sinase (2025). Vejamos no Gráfico1 a seguir:

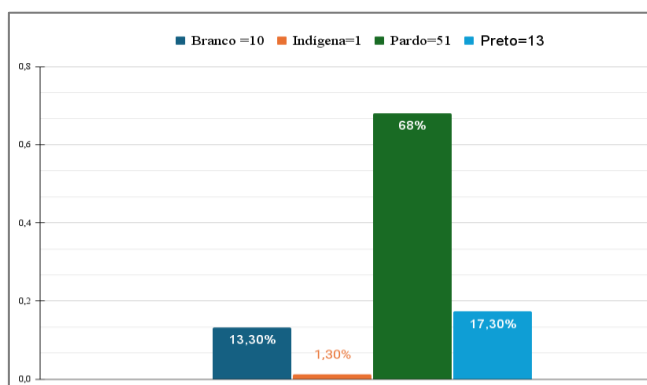
Gráfico 1 – Gênero dos/as jovens em cumprimento de MSE de meio aberto



Fonte: Elaboração própria. Dados da Pesquisa de Campo (2025).

Com relação à raça, destaca-se que 68% dos jovens pesquisados são pardos, sendo que 17,3% são pretos e apenas 13,3% são declarados como brancos. Cabe destacar que, segundo os técnicos do Creas, essas informações são obtidas por meio do documento de identidade dos jovens. (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Raça/cor dos/as jovens em cumprimento de MSE de meio aberto

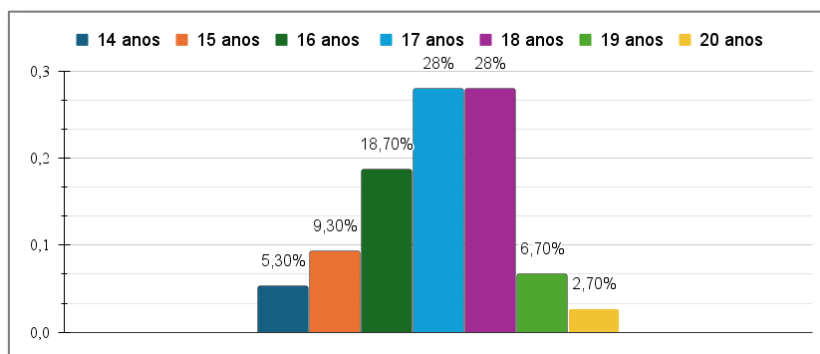


Fonte: Elaboração própria. Dados da Pesquisa de Campo (2025).

Com relação à idade, verifica-se que a maioria dos/as jovens tem entre 17 e 18 anos, ambas as idades alcançando um percentual de 28% cada e, portanto, perfazendo um total de 56% de todo o grupo etário. (Gráfico 3).

Salienta-se, ainda, que há jovens maiores de 18 anos em cumprimento de medidas socioeducativas, pois, conforme o ECA, as medidas socioeducativas podem ser cumpridas até o jovem completar 21 anos, desde que o ato infracional tenha sido praticado antes de completar a maioridade penal.

Gráfico 3 – Idade dos/as jovens em cumprimento de MSE de meio aberto

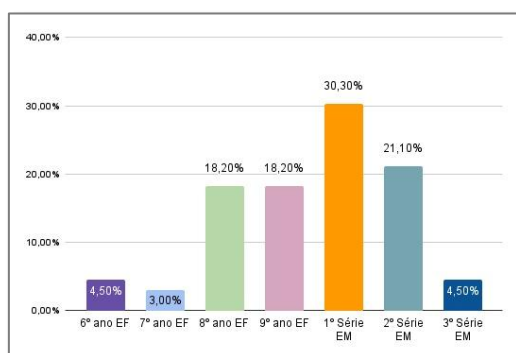


Fonte: Elaboração própria. Dados da Pesquisa de Campo (2025).

Os dados sobre a escolaridade desse grupo revelam que a maioria está estudando (56%), mas há um preocupante percentual de 37,3% de jovens que não estão na escola, sendo que em alguns casos essa questão não foi respondida. Compreende-se, portanto, que há um número grande de evasão escolar entre os/as jovens pesquisados.

Observando as idades e o ano escolar dos/as jovens, percebe-se que apenas 4,5% cursam ou cursaram a 3ª série do ensino médio e não há informações de jovens no ensino superior. A maior concentração de estudantes está na 1ª série do ensino médio (30%), seguido do percentual de 21,2% que está na 2ª série do ensino médio. Dos que estão no ensino fundamental, 18,2% cursam ou cursaram até o oitavo ano do ensino fundamental, e o mesmo índice (18,2%) se refere aos que apresentam escolaridade até o nono ano do ensino fundamental. (Gráfico 4).

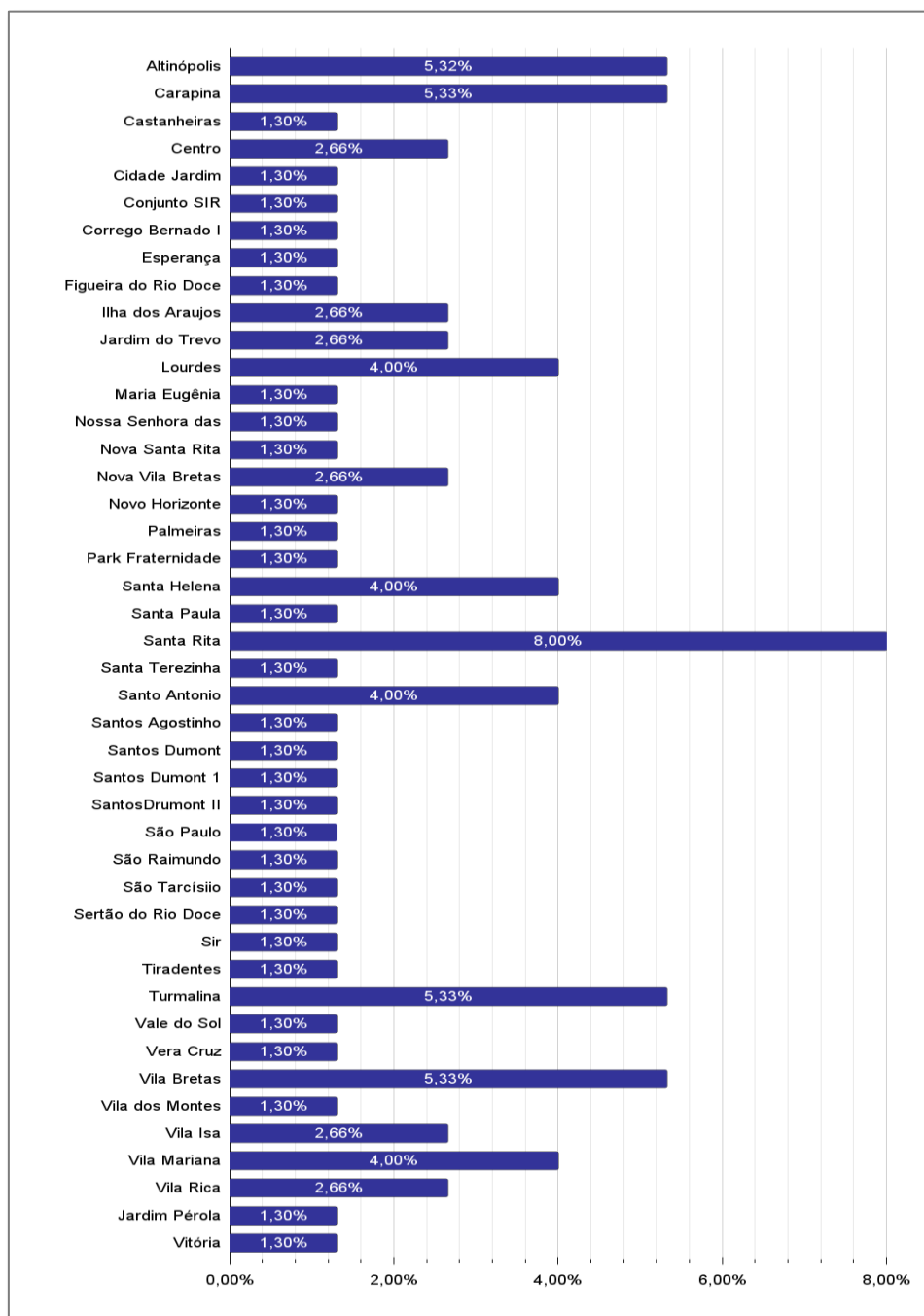
Gráfico 4 – Escolaridade dos/as jovens em cumprimento de MSE de meio aberto



Fonte: Elaboração própria. Dados da Pesquisa de Campo (2025).

Outro dado importante é o bairro em que os/as jovens residem, sendo apontados nesse grupo mais de 40 bairros de Governador Valadares, além de um distrito, localizado em área rural. Isso evidencia que esses jovens estão dispersos por toda a cidade, sendo que a grande maioria dos bairros em que residem são periféricos, caracterizados por sua distância da área central da cidade ou por sua precária infraestrutura física. Vejamos o Gráfico 5 a seguir:

Gráfico 5 – Bairros dos/as jovens em cumprimento de MSE de meio aberto



Fonte: Elaboração própria. Dados da Pesquisa de Campo (2025).

Os dados apontam mais de 40 bairros. O bairro que se sobressai dentre os demais é o Santa Rita, território de 8% dos jovens pesquisados, seguido dos bairros Altinópolis, Carapina¹⁴, Turmalina e Vila Bretas, onde em cada um deles residem 5,3% dos pesquisados. O

¹⁴ Segundo o Projeto “Conversando com a Cidade: cartografias na comunidade do Morro do Carapina, publicado pela editora Univale em 2024”, algumas pessoas afirmam que o Carapina é parte do bairro Nossa Senhora das

Santa Rita é um dos maiores bairros da cidade e é bem distante de área central de Governador Valadares. Apesar da distância, possui boa estrutura física com ruas calçadas; a maioria delas é plana. Contudo, fica localizado às margens do Rio Doce, por isso é um dos territórios que mais sofre com as cheias do referido rio.

Já os bairros Altinópolis, Carapina e Turmalina possuem infraestrutura mais precária, com ruas sem calçamento ou bastante acidentadas, com a presença de vielas e esgoto a céu aberto; apresentam casas construídas em encostas e barrancos que sofrem em períodos de chuva com risco de desabamento. Esses territórios são conhecidos na cidade pelo intenso movimento do tráfico de drogas e concentração de famílias em situação de vulnerabilidade social. O bairro Vila Bretas possui infraestrutura boa, ruas pavimentadas, imóveis com boa infraestrutura e fica mais próximo da área central, se comparado ao bairro Santa Rita.

A pesquisa realizada pelo egresso do GIT, Wagner Fabiano dos Santos, em 2012, já apresentava os bairros citados como os de maior incidência criminal, ao lado de outros como o próprio Centro, Nossa Senhora de Lourdes, Vila Isa, Jardim Pérola, Grã-Duquesa, que também aparecem nos dados apresentados pelo Creas.

Em estudo mais recente, datado de 2020, Carla Érica Cândida de Carvalho, também egressa do GIT, aponta o ranking dos dez bairros mais violentos na cidade de Governador Valadares e todos os citados acima aparecem nessa classificação, sendo que o Santa Rita ocupa a segunda colocação, só perdendo em números para o centro da cidade. O Santa Rita é o principal território abordado pela autora, observando as vulnerabilidades dos jovens que por lá viviam.

Outras dissertações do GIT já citadas, como a de Dias (2016) e Santos (2025), chamam atenção sobre a realidade dos jovens que residem no bairro Turmalina, destacando que os moradores desse bairro convivem com a violência e a morte de jovens em seus cotidianos. Essa situação preocupa as autoridades da cidade há anos, tanto que esse foi o primeiro território a receber o Fica Vivo! Além disso, há estudos do Niesd que apresentam cartografias dos bairros Turmalina e Carapina, dentre outros, que fazem parte do projeto “Conversando com a Cidade”, publicado entre os anos 2023 e 2024 pela Editora Univale. Todos esses trabalhos ressaltam as vulnerabilidades existentes nesses territórios e como elas precarizam a vida dos jovens que por lá residem (Souza *et al.*; 2023; Souza *et al.*, 2024a., 2024b).

Graças, mas considerando sua história e características próprias, vamos tratá-lo, neste trabalho, como um bairro, assim como proposto no referido projeto.

Uma das questões que se coloca nas cartografias são os territórios educativos disponíveis aos jovens e verifica-se que o Carapina e o Turmalina, por exemplo, possuem diversos territórios que podem ser considerados como educativos, por propiciarem espaços de socialização e convivência com a comunidade. O projeto realizado no bairro Carapina aponta que existe um esforço da escola “em se tornar um espaço protetivo nesse território e um espaço de convivência juvenil” (Souza *et al.*, 2024, p. 135). No que se refere ao Turmalina, os estudantes e moradores do bairro destacaram que “frequentam pouco as praças e que se sentem mais seguros dentro da escola” (Souza *et al.*, 2024, p. 140).

Analisando os dados até aqui, verifica-se que a maioria dos/as jovens que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto no Creas de Governador Valadares é negra, do sexo masculino, tem entre 17 e 18 anos e está cursando a 1ª ano do ensino médio ou ainda concluindo o ensino fundamental, havendo um expressivo índice desses jovens que está fora da escola. Residem em diversos bairros da cidade, havendo uma concentração em bairros periféricos, com precária infraestrutura e/ou distantes da área central da cidade e já reconhecidos por suas vulnerabilidades.

Esse perfil evidencia as vulnerabilidades vivenciadas por esses jovens, sobretudo em função dos marcadores de raça, gênero, classe, além da ocupação territorial. A análise de Rizzini, Sposati e Oliveira (2019) contribui para compreendermos essa situação:

a relação de trato entre jovens e adolescentes está fortemente relacionada com a desigualdade e, nela, a forte presença do racismo direcionado ao jovem negro. São na maioria adolescentes e jovens de favelas, periferias e subúrbios de nossas cidades. O lugar onde vive grande parte desses adolescentes e jovens são territórios marcados pela destituição, pela espoliação e contínuo crescimento de mortes de adolescentes negros.

Cabe ainda aqui resgatar as contribuições de Marandola Junior e Hogan (2006, p.33) e analisarmos qual a “capacidade de resposta” que esses jovens têm para enfrentar essas tantas vulnerabilidades, onde e em quem conseguem se apoiar, já que muitas das vulnerabilidades sofridas vêm dos territórios que deveriam garantir proteção, como a família e a escola. Também a comunidade e a sociedade, que deveriam promover-lhes inclusão e fomentar a cidadania, não veem os jovens como sujeitos sociais e singulares, mas como marginais, sendo alvos de preocupação geral apenas quando praticam atos infracionais. Nesse contexto, vulnerabiliza-se a cidadania, cerceando-a, como também apontado por Koga (2011).

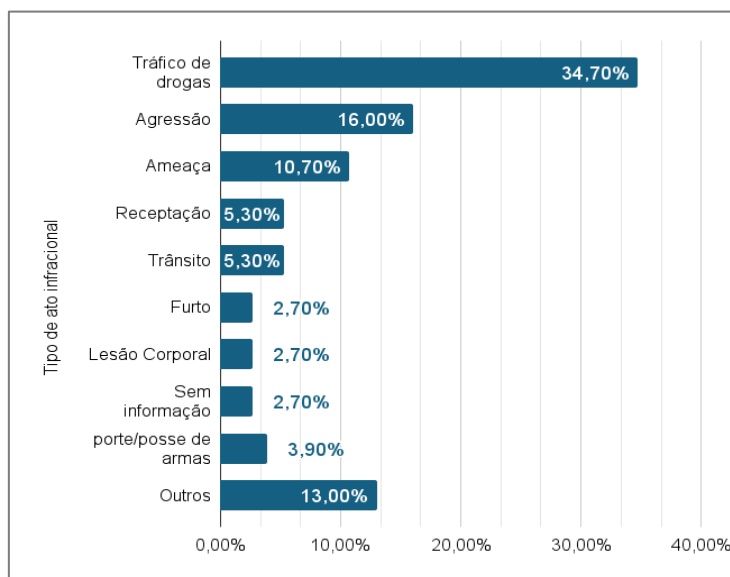
Considerando esse contexto, podemos nos questionar: quais suas perspectivas de futuro para jovens negros, periféricos, sem escolaridade adequada e sem acesso a espaços para

desenvolvimento cultural, esportivo e de lazer? Muitos desses jovens, que vivem em situação de marginalidade, são vistos e percebidos apenas por traficantes que se aproveitam da condição e situação juvenil para aliciá-los e inseri-los em atividades ilícitas, momento em que os jovens se envolvem em atos infracionais. Sobre essa situação, veremos, a seguir, quais os atos infracionais em que os jovens pesquisados estão envolvidos e as medidas socioeducativas e protetivas que lhes são determinadas.

4.1.2 Atos infracionais e as medidas socioeducativas

Dentre os/as jovens que cumpriam medidas socioeducativas no Creas, no primeiro semestre de 2025, 37,4% praticaram ato infracional relacionado ao envolvimento no tráfico de drogas¹⁵; 16% devido à agressão; 10,7% à ameaça; 5,3% por receptação de objeto e 5,3% se referem a infracionais relacionadas ao trânsito, como conduzir veículo sem habilitação. Os demais atos infracionais apresentam frequência de menos de 5%, sendo praticados por um ou dois jovens, no máximo. (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Frequência dos atos infracionais

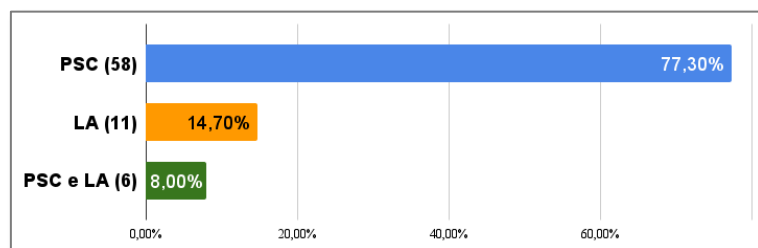


Fonte: Elaboração própria. Dados da Pesquisa de Campo (2025).

Com relação às medidas socioeducativas determinadas, 77,3% referem-se a PSC e 14,7% a LA, sendo que 8% do total acumulam a duas medidas: PSC e LA. (Gráfico 7).

¹⁵ A tipificação dos atos infracionais é análoga aos crimes previstos no Código Penal Brasileiro.

Gráfico 7 – Tipos de medidas socioeducativas determinadas



Fonte: Elaboração própria. Dados da Pesquisa de Campo (2025).

Ressalta-se que a medida de liberdade assistida deve ser realizada por meio de acompanhamento sistemático da vida do/a jovem e sua família, como prevê o ECA. Destaca-se, ainda, que esse trabalho precisa ser realizado por pessoa capacitada ou recomendada por entidade ou programa de atendimento, que deverá prestar orientações ao jovem e sua família, supervisionar a frequência escolar, promover ou encaminhar para atividades profissionalizantes e inserir no mercado de trabalho.

Em Governador Valadares, todo esse acompanhamento é realizado diretamente pelos técnicos do Creas, que desenvolvem as orientações necessárias. Nesse sentido, a LA comporta um potencial maior para a promoção da socioeducação e inserção social em relação à prestação de serviço à comunidade, em que o jovem apenas executa tarefas em entidades e programas comunitários ou públicos, o que é apontado nos estudos de Rizzini, Sposati e Oliveira (2019).

Nos dados compartilhados pelo Creas também comparece o encaminhamento para medidas de proteção, cumuladas com medidas socioeducativas para 64% dos/as jovens, sendo que estas se referem à frequência escolar obrigatória ou encaminhamento para o Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi), o que demonstra a preocupação da autoridade judiciária com a evasão escolar e saúde mental desse público. Nesses casos, também cabe aos profissionais do Creas orientar os/as jovens sobre a importância de frequentar a escola e o CAPSi, manter interlocução com esses órgãos para que os direitos dos jovens sejam garantidos e comunicar à Vara da Infância e Juventude os caso de descumprimento dessas medidas.

Realizando o cruzamento de dados, é possível desvendar a variação de gênero, conforme o tipo de ato infracional praticado (Tabela 1). Observa-se que nesse grupo de 75 jovens, sobressai como ato infracional o tráfico de trocas, mais comum entre os jovens do sexo masculino, do que feminino.

Cabe destacar ainda que, além do tráfico de drogas, as jovens do sexo feminino se envolveram em atos infracionais análogos aos crimes de ameaça, agressão e estelionato, o que

pode estar relacionado aos conflitos no âmbito doméstico, escolar ou institucional. Vejamos a tabela a seguir:

Tabela 1 – Atos infracionais por gênero

Tipo de ato infracional	Gênero		Total
	Feminino	Masculino	
Trânsito / Conduzir Veículo sem Habilitação	0	5	5
Tráfico de drogas	4	24	28
Sem informação	2	0	2
Roubo / Roubo qualificado	0	3	3
Receptação	0	4	4
Porte Ilegal de Arma de Fogo	0	3	3
Pendente	0	1	1
Lesão Corporal	0	2	2
Incêndio	0	1	1
Furto	0	2	2
Estelionato	1	0	1
Desacato	0	1	1
Dano	0	1	1
Assédio Sexual	0	1	1
Ameaça	3	5	8
Agressão	3	9	12
Total	13	62	75

Fonte: Elaboração própria. Dados da Pesquisa de Campo (2025).

Em seus estudos, Santos (2012) aponta a predominância de indivíduos do sexo masculino, no que diz respeito à autoria dos crimes violentos em Governador Valadares, mas também como vítimas. Desse modo, o autor conclui que “os jovens do sexo masculino estão mais expostos e propensos a se tornarem infratores e por adotarem comportamentos de risco ou viverem em situação de risco são tanto as maiores vítimas quanto os maiores algozes dessa grave ciranda criminal” (Santos, 2012, p. 81).

Essa dupla condição de jovens como autor e vítima é discutida nos resultados do estudo desenvolvido por Dias (2016), chamando a atenção para o recorte racial que vitimiza prioritariamente jovens negros e que coloca as jovens também como vítimas, mais do que como agentes (Dias; Souza, 2019). Esses dois entrecruzamentos de raça e gênero se sustentam pelo racismo estrutural e pelos modos patriarcais que continuam a objetificar a mulher.

Com relação à situação das jovens do sexo feminino, Joana das Flores Duarte (2018), mestre e doutora em Serviço Social, em seus estudos sobre “Meninas e Território” aponta que a incidência de violência envolvendo meninas “ainda se faz predominantemente no corpo” (Duarte, 2018, p. 77). A autora chama a atenção que numa sociabilidade pautada pela violência, em que as jovens percorrem um itinerário violento desde a infância, passando por situações de

violência doméstica das mais variadas como abuso/exploração sexual, agressão física e psicológica, seus corpos sociais são “supliciados” e “expropriados pelo sistema” (Duarte, 2018, p. 78), sendo poucas as possibilidades de se construir uma sociabilidade que não seja violenta.

Quanto à questão racial, os números absolutos já revelam que a grande maioria dos jovens atendidos no Creas é negra (pardos ou pretos), então a maioria dos atos infracionais praticados são realizados por esse público. Todavia, quando se observa o cruzamento dos dados entre atos infracionais e raça, constata-se que os pardos e pretos são responsáveis por quase 90% dos atos análogos ao crime de tráfico de drogas, enquanto os jovens brancos se sobressaem mais (quase 50%) em atos referentes a infrações de trânsito. Pode-se inferir que esses jovens brancos têm o suporte de uma rede estruturada que os possibilita ter acesso a bens de consumo, como veículos, que os jovens pardos e pretos não detêm. Por outro lado, o tráfico de drogas pode ser considerado uma forma para jovens pretos e pardos auferirem renda e terem acesso aos bens de consumo.

Outra constatação é quanto ao cruzamento entre raça e bairro. Como a maioria dos jovens é do bairro Santa Rita, também aparece o maior percentual de negros residentes nesse bairro (23%), seguido de moradores dos bairros Altinópolis e Turmalina com 7,8 % cada, São Tarcísio, Sertão do Rio Doce e Tiradentes, todos com 7,7%, além de Carapina e Lourdes com 5,9% cada. Cabe destacar que todos esses bairros são considerados periféricos, considerando a distância da área central, exceto São Tarcísio e Lourdes que embora sejam localizados próximos ao centro comercial da cidade, são predominantemente residenciais, possuem moradias simples e territórios com vielas e becos que aglomeram diversos moradores.

Nesse contexto, evidencia-se que jovens, negros, periféricos são os mais envolvidos em atos infracionais análogos ao crime de tráfico de drogas. Esses corpos-territórios estão à margem da sociedade e acabam reproduzindo as violências sofridas em seus cotidianos, conformando o efeito território já citado neste estudo.

Os estudos de egressos do GIT como o de Érika Benigna do Nascimento (2022) e o já citado Guilherme Rodrigues dos Santos (2025) evidenciam a realidade de jovens negros e negras, residentes em bairros periféricos da cidade de Governador Valadares e como o racismo marca os seus corpos-territórios. A partir do diálogo com autores negros e negras, além da escuta de jovens negros e negras, eles/elas apresentam como o racismo estrutural se faz presente no cotidiano das juventudes.

No estudo realizado por Nascimento (2022), a autora ressalta as intersecções de raça e gênero, destacando como essas intersecções se tecem nas narrativas de jovens do sexo feminino, estudantes de uma escola pública de um bairro periférico de Governador Valadares, onde 95%

dos estudantes são pardos ou pretos. Sobre a interseccionalidade, a autora destaca que essa “é uma ferramenta teórico-metodológica e analítica para entendermos as múltiplas opressões de raça, gênero, classe social, orientação sexual, entre outras” (Nascimento, 2022, p. 36).

No contato com as jovens negras numa escola pública e periférica, a autora percebe que a intersecção entre gênero e raça é tão impactante em seus cotidianos que chega a provocar ausência nas aulas, devido a “mudanças no cabelo; brigas ou confrontações quando se sentiram injustiçadas” (Nascimento, 2022, p. 49). Diante das narrativas, a autora conclui que:

As narrativas dessas adolescentes mostram que elas vivenciam a territorialidade de seus corpos no território escolar e em outros territórios que se conectam com suas vivências escolares. Nessas dinâmicas territoriais, os territórios tentam regular e dominar esses corpos e estes corpos se movimentam ora em sentido de aceitação, ora no sentido de resistência, colocando em jogo territorialidades adolescentes frente ao racismo estrutural e institucional. Esses territórios (escola, supermercados, lojas, redes sociais, igrejas...) se interseccionam e neles se entrecruzam as dinâmicas do racismo (Nascimento, 2022, p. 69).

Nas oficinas realizadas pela autora com as jovens negras, elas apresentam denúncias de diversas violências físicas e simbólicas vividas, inclusive dentro da própria escola. Nesse ponto, Nascimento (2022, p.79) salienta que “valores, ideologias, vivências e preconceitos convivem de maneira tensionada na escola” e conclui que a naturalização das opressões, o racismo recreativo e os silenciamentos são práticas que contribuem para a disseminação do racismo estrutural.

Nesse ponto, cabe ressaltar que o papel protetivo da escola, conforme proposto no ECA, não vem sendo cumprido, e a escola acaba reproduzindo os contextos de opressão e violência sofridos pelas juventudes em outros territórios. Essa questão pode também contribuir para compreendermos o alto índice de evasão escolar dos/as jovens pesquisados/as.

Em seus estudos com jovens negros residentes no bairro Turmalina, Santos (2025) aponta que:

[...] teoricamente, a escola é território acessível a todos. Porém, não pertence a todos os que se distanciam do ideal de alunos, considerando os marcadores sociais (gênero, raça, sexualidades, territoriais) e que se defrontam com práticas escolares discriminatórias, lógicas de conhecimento e práticas culturais operadas na escola; portanto, ficam à margem (Santos, 2025, p. 49).

O autor ainda salienta que “a literatura na área mostra vulnerabilidades e violências que perpassam os corpos-territórios dos jovens negros – da infância à juventude, tornando visíveis

a negação das existências e do direito à vida” (Santos, 2025, p. 32). Destaca, portanto, que a negação de direitos a esse público vai muito além do direito à educação, passando pelo não direito à vida, o que também confronta toda a perspectiva protetiva defendida pelo ECA já exposta neste trabalho.

Por meio das narrativas dos próprios jovens negros, Santos (2025) percebe, também, como eles próprios normalizam as situações sofridas, evidenciando que “o mecanismo do mito da democracia racial segue culpabilizando os corpos-territórios negros de sua própria morte e das violências que enfrentam” (Santos, 2025, p.75). Dessas entrevistas, também se tornou evidente a presença do racismo recreativo, por meio de supostas brincadeiras que demarcam a cor e a raça dos jovens, desde a infância.

Nesse aspecto, evidencia-se a que violência produzida pelo racismo marca os corpos-territórios desses jovens desde a infância e, nesse contexto, também se questiona o papel protetivo da família, que não foi capaz de acionar mecanismos para combate e superação dessa situação em tenra idade e como isso vai marcando as territorialidades desses jovens.

No caso da pesquisa realizada por Santos (2025), outra questão que se coloca forte é a intersecção do racismo com o território em que os jovens vivem, uma vez que é marcado pela precária infraestrutura e existência de uma área de transbordo de lixo, acessada também pelos moradores, conhecida como “lixão”. Nesse sentido, o autor também aborda a existência do racismo ambiental que “está imbricado nas desigualdades habitacionais, bem como na negação do direito à cidadania” (Santos, 2025, p. 75).

Diante do quadro até aqui apresentado, observa-se que as intersecções entre raça, gênero e território marcam a vida de jovens negros/as, pobres e periféricos e são tramas que nos ajudam a compreender seus perfis e as territorialidades dos/as jovens que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto no Creas de Governador Valadares. Vejamos a seguir, caminhando para além dos dados, como essas tramas são sentidas numa escala ainda maior.

4.2 CAMINHANDO PARA ALÉM DOS DADOS

Ampliando nossa caminhada para além dos dados apresentados, vamos observar a realidade juvenil em uma escala maior, abrangendo todo município de Governador Valadares, o que nos permite compreender que as vulnerabilidades vivenciadas pelas juventudes desse território existem há anos e extrapolam os bairros já citados.

Governador Valadares é um município do leste mineiro, localizado a mais de 300 km da capital, com população de 257.172 habitantes (IBGE, 2022) e é polo na área de comércio e de serviços, sobretudo saúde e educação, na região imediata do Vale do Rio Doce.

Sua história é marcada pela exploração de madeira, pedras preciosas e agropecuária, o que contribuiu para o seu desenvolvimento entre as décadas de 1940 e 1960. Contudo, o esgotamento dos recursos naturais resultou no declínio de seu desenvolvimento, a partir da década de 1970, impulsionando o processo migratório de valadarenses para outros estados e países, nos anos subsequentes (Espíndola, 1998).

Nesse contexto de declínio, o município iniciou o século XXI com importantes problemas sociais, culminando no aumento da violência e criminalidade nas primeiras décadas, conforme dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2009), Atlas da Violência (IPEA, 2019, 2024) e o índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC, 2023).

Em 2009, o município figurou na mídia nacional como uma das cidades brasileiras com mais de 100 mil habitantes, com maior índice de vulnerabilidade juvenil, segundo pesquisas sobre o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ – V), divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pelo Ministério da Justiça, em 2009.

O Índice de Violência Juvenil do referido fórum foi verificado segundo uma combinação de variáveis que contemplam os níveis de exposição à violência urbana, a permanência na escola, a forma de inserção no mercado de trabalho e o contexto socioeconômico dos municípios de residência dos jovens e adolescentes pesquisados (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2009).

Uma década depois, o Atlas da Violência – Municípios (IPEA, 2019) apontou Governador Valadares como o segundo município mais violento do estado, considerando as taxas de homicídio. Esse documento mostra, em um cruzamento com dados censitários, que nesse município há maior vulnerabilidade entre jovens de 15 a 24 anos (IPEA, 2019).

Por sua vez, o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – IDSC, em 2023, revelou que o município tem alta taxa de mortalidade juvenil e crimes violentos. Além disso, apresentou percentual insatisfatório quanto ao acesso de crianças e adolescentes à educação e cultura, além de baixa inserção de jovens em cursos profissionalizantes e primeiro emprego (IDSC, 2023).

No estudo mais recente, publicado em 2024, dentre as cidades mineiras com mais de 100 mil habitantes, Governador Valadares é a que apresentou maior índice de homicídios (34,6%). O estudo destaca, ainda, que a região recentemente foi alvo de operação policial contra

organização criminosa ligada ao tráfico de drogas, sendo este apontado como o responsável por diversos homicídios (IPEA, 2024).

Tais dados indicam as diversas vulnerabilidades vivenciadas pelas juventudes em Governador Valadares, que vão desde o baixo acesso a atividades culturais, escolares, cursos profissionalizantes e trabalho, ao envolvimento em práticas ilícitas, sobretudo o tráfico de drogas, como mostram, também, os dados disponibilizados pelo Creas. Como já apontado no início deste capítulo, são jovens em situação de marginalização, porque vivem distantes dos grandes centros, não têm acesso aos meios de consumo produzidos em grande escala pela sociedade globalizada e pós-moderna, e vivem, como Almeida (2017, p. 164) nos lembra, “no fio da navalha” e “se fazem humanos em meio a processos duros que insistem em desumanizá-los”.

A referida autora, em sua tese de doutorado, ainda aponta que a “precariedade, descontinuidade e, muitas vezes, a ausência de políticas específicas de juventude articuladas com ações de intervenção social no campo da educação, cultura, esporte, lazer, profissionalização e trabalho” (Almeida, 2023, p. 122) são traços marcantes no município e podem explicar o cenário apresentado.

O estudo já citado, realizado por Santos, em 2012, apresenta um resgate histórico da formação sócio-histórica do município de Governador Valadares e aponta “a violência como componente constante em uma ‘terra de aventureiros’, desprovidos de qualquer sentimento de pertencimento ao território” (Santos, 2012, p. 42, aspas do original). O autor conclui que a criminalidade é um traço marcante desse território e o imaginário coletivo é permeado pela violência e exploração, uma vez que as identidades dos sujeitos que nele habitam é fruto da interação com “um ambiente marcado pela violência desde a sua origem até os dias” (Santos, 2012, p. 42).

Nesse sentido, pode-se inferir que o município é perpassado por uma cultura de violência, sendo essa caracterizada inicialmente por enfrentamentos e lutas pela ocupação da terra e exploração de suas riquezas naturais e, atualmente, pela disputa de território para o tráfico de drogas. Nesse contexto, além de Governador Valadares se caracterizar como um “território do crime”, parafraseando Santos (2012), percebe-se que os índices de vulnerabilidade juvenil são cada vez mais alarmantes e têm afetado jovens negros e periféricos há alguns anos.

Evocando Bourdieu *et al.* (2008) e a discussão sobre efeito lugar, pode-se também inferir que essa cultura de violência e as vulnerabilidades vivenciadas pelos jovens, que já ultrapassa gerações, produz efeitos nefastos na construção das territorialidades juvenis.

Retomando aqui o argumento de que se trata de um efeito território, podemos concluir que o território de Governador Valadares, por sua formação sócio-histórica marcada pela disputa violenta pelo território, seja pela exploração de suas riquezas naturais ou pela exploração da mão de obra para o tráfico de drogas, produz efeitos também nefastos na vida de seus moradores, expondo-os a situações de vulnerabilidades e violações de direitos desde a infância, sendo os jovens pobres, negros e periféricos o principal alvo de situações de violência, assumindo a condição de vítimas, mas também de agressores.

Contudo, fazendo novamente o contraponto com Charlot (2001, 2007, 2009, 2021, 2024) e seus estudos sobre o sujeito como ao mesmo tempo social e singular, e Certeau (2014a) que nos ensina que as classes subalternas, mesmo diante das mais diversas privações, constroem táticas para subverter a ordem dominante, assumimos o argumento de que os/as jovens de Governador Valadares, sobretudo os/as entrevistados/as no Creas da cidade, constroem táticas em meio a tantas violências sofridas. Analisando as narrativas dos/as jovens entrevistados/as, capturamos as táticas de: sobrevivência, aprendizagem, contornamento e pertencimento, como veremos no próximo capítulo.

5 CAMINHANTES E TÁTICAS: ENTRE NARRATIVAS

“Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É a astúcia. Em suma, a tática é a arte do fraco.” (Certeau, 2014a, p.95)

Como citado no trecho acima, Certeau (2014a) nos orienta que as táticas são pequenas vitórias do fraco em cima do forte, uma forma astuciosa de subverter a ordem dominante, que busca disciplinar e impor todo o seu poder, por meio da estratégia.

Nesse sentido, para capturar as táticas utilizadas pelos/as jovens entrevistados/as em seus cotidianos, conheceremos um pouco de suas histórias e seus territórios. Compreende-se que esses/as jovens, destituídos de poder, constroem suas territorialidades com os recursos que dispõem, às vezes silenciando, às vezes enfrentando, outras vezes contornando os obstáculos.

Como Certeau (2014a) nos ensina que as táticas são construídas a partir das estratégias, realizaremos a análise das táticas utilizadas pelos/as jovens em questão, tomando como referência as estratégias construídas para proteger o público infantojuvenil, por meio do ECA.

Dessa forma, este capítulo apresenta as narrativas dos/as jovens pesquisados/as, trazendo suas histórias e um pouco de seus cotidianos, recontados pela entrevistadora, como nos inspira Certeau (2014b) e sua equipe de colaboradores/as nas narrativas que produzem sobre as pessoas em seus cotidianos nos bairros de moradia, o que será apresentado na primeira sessão. Na segunda sessão, apresentaremos as táticas que ecoam das narrativas em confrontação com as estratégias propostas pelo ECA.

Cabe destacar, que a análise das narrativas dos/as jovens será realizada tomando como referência os objetivos específicos deste trabalho, quais sejam: identificar os conflitos territoriais vivenciados por eles; analisar as táticas construídas em relação aos conflitos dos territórios onde residem; e analisar as suas trajetórias de vida em relação ao acesso às políticas públicas em Governador Valadares.

5.1 NARRATIVAS DE CAMINHANTES – PESQUISADORA E JOVENS

Como citado no capítulo 3, ao ouvir as narrativas, foi realizado um diálogo entre pesquisadora e pesquisados/as, criando um circuito narrativo e possibilitando manter o movimento do caminhante, com idas e vindas, às vezes ziguezagueantes, como citado por Certeau (2014a). Contudo, para facilitar a compreensão das histórias de vida, dando-lhes

sentido, as narrativas foram organizadas pela pesquisadora, o que será apresentado nesta sessão. Ressalta-se que os nomes citados foram, em sua maioria, escolhidos pelos/as próprios/as jovens e as histórias de vida seguem aqui elencadas, conforme a cronologia em que foram ouvidas, respeitando o cotidiano da pesquisa.

5.1.1 PG - 5 de abril

A história de vida de PG, nome escolhido por ele, é marcada por conflitos familiares. Ele cita a ausência da figura paterna e desentendimentos com a mãe desde os 4 anos de idade, por isso, foi criado pela avó e tias maternas. Durante a adolescência, evadiu da escola, tornou-se usuário de maconha e atuou no tráfico de drogas, mas asseverou que se afastou de práticas ilícitas recentemente, após conhecer uma menina que teria mudado sua vida. Contudo, a família dela não aceitou o namoro e eles estão separados. Disse sentir a falta dela e mostrou-se triste com o afastamento. O jovem cita vários territórios onde se inseriu: inicialmente, morou com a mãe em área rural, depois morou com a avó, sozinho, e atualmente reside com a avó novamente, no bairro Novo Horizonte. Apesar dos conflitos, afirma que deseja viver em paz, na sua “vibe”. Durante a entrevista, em alguns momentos, ele cita um cantor de funk, “Orochi”, que traz músicas com as quais se identifica.

5.1.2 Do Gás -5 de maio

O jovem Do Gás, 16 anos, escolheu esse nome como referência a brincadeiras com os colegas do bairro Santa Terezinha, onde reside com a avó materna. A genitora também morava no local, porém há alguns meses ela foi contemplada com um apartamento, através de um programa habitacional e mudou-se para o Conjunto Sir. O filho não acompanhou a mãe porque não gostaria de deixar o território em que reside, onde possui várias amizades. Todavia, destacou que nesse mesmo território se encontra ameaçado de morte, devido ao envolvimento no tráfico de drogas. O jovem afirmou que, diante das ameaças sofridas, não pode estudar ou circular livremente pela cidade, permanece restrito à residência ou fica em companhia de colegas, perto de sua casa. Disse que a maior parte de sua vida estudou na mesma escola, Escola Estadual Darcy Ribeiro, onde gostava de jogar futebol e tinha bom relacionamento com professores e colegas, destacando que sente saudades, mas prefere ficar fora da escola para evitar novos conflitos no território em que vive. Sobre o pai, citou que ele reside nos Estados Unidos há alguns anos e mantém pouco contato com ele.

Cabe destacar que, dias após essa entrevista, tive a oportunidade de realizar visita à residência do referido jovem, devido a uma determinação judicial, para realização de estudo social. Deparei-me com o jovem na rua, próximo à sua residência, brincando com outros jovens, que o chamaram de Do Gás, conforme ele citou. O jovem me reconheceu e apresentou satisfação em me ver, mas para evitar maiores constrangimentos, pedi à estagiária que me acompanhava para realizar a abordagem técnica com ele e a avó. Fiquei observando o território em que reside, uma rua próxima a um córrego, na verdade um esgoto aberto, onde o odor era forte. Embora o bairro seja próximo ao centro, a residência do jovem fica no final de uma rua sem saída, e não há muito trânsito de pessoas, possibilitando aos jovens brincarem de sinuca, na calçada da rua. O imóvel que o jovem reside é pequeno, com precárias condições de habitabilidade, sendo um barracão mal iluminado e sem ventilação. Era final da tarde e havia muitos pernilongos, assim como diversos gatos e cachorros no pequeno espaço que havia entre a calçada da rua e a porta da casa. Lembrei-me de Certeau (2014a) e a arte do caminhar, em que o autor destaca que, o que se apreende ao observar os lugares completa as narrativas e lhes dão significado.

5.1.3 Fa, 05 de maio

O jovem Fa, 18 anos, pardo, não escolheu um nome para identificá-lo, por isso, vamos tratá-lo pelas iniciais de seu nome. É residente do bairro Turmalina, onde estudava, andava de bicicleta e fazia futebol no Fica Vivo!, que faz parte do programa de prevenção à criminalidade do governo estadual. Contudo, na adolescência abandonou a escola devido a conflitos com outros estudantes, destacando que sofreu ameaças e reagiu. Disse que a direção da escola tentou intervir, mas eles também foram agredidos. Ainda se envolveu em conflitos fora da escola, devido ao envolvimento com o tráfico de drogas desde os 15 anos e, atualmente, fica restrito à residência porque tem medo de represálias. A família só tomou conhecimento dessa situação quando ele estava muito envolvido nesse contexto. Afirmou que mora com a mãe e mantém importante laço com a avó que mora por perto. O pai foi assassinado por envolvimento com a criminalidade e relatou que dois tios se encontram presos atualmente, um por tráfico e outro por roubo. Sua vida hoje se reduz ao trabalho como ajudante de pedreiro, o que realiza fora do território em que reside. Para ele, a única forma de mudar essa situação é mudar do território. Todavia, não tem planos efetivos para que isso aconteça.

Os dois jovens atendidos no dia 05/05 apresentam perfis semelhantes quanto ao envolvimento com a dinâmica criminal, realidades muito semelhantes às que ouço diariamente

no Fórum. São jovens que reconhecem o envolvimento nessa realidade, estão sofrendo as consequências, como não poder transitar pelo bairro, mas ainda não encontraram meios para efetivar a mudança de local.

5.1.4 Edu, 18 de junho

O jovem Edu, 17 anos, morador do bairro Nossa Senhora das Graças, apresentou-se como um jovem alegre e feliz, destacando que na sua família todos são assim. O jovem reside com a tia e a avó, uma vez que não conheceu o pai, e a mãe reside em outro município devido ao trabalho. Mencionou que possui irmãos que residem nos Estados Unidos, mas não mantém contato com eles. Destacou que teve uma infância feliz, tinha muitos amigos e brincava na rua com eles; hoje sentam para conversar ou andar de bicicleta. Mencionou ainda que possui uma namorada, também jovem. Está cursando o ensino médio em escola pública, localizada no centro da cidade, no horário matutino, salientando que mantém bom relacionamento com professores e estudantes na escola. Já está inserido no mercado de trabalho, no período vespertino, onde trabalha em um areal há quase seis meses e recebe um salário mínimo que gasta com coisas para si, sem a necessidade de sustentar-se ou a família. Faz planos de fazer o concurso da polícia e seguir a carreira militar, como fizeram seus tios. O relato desse jovem se difere dos anteriores, uma vez que o referido adolescente não possui envolvimento em conflitos no bairro, pode transitar livremente e desenvolver suas potencialidades na escola e no mercado de trabalho. O ato infracional praticado foi pegar uma moto e pilotar sem habilitação, sendo essa sua única passagem pela polícia.

5.1.5 Ti, 24 de junho

Ti tem 17 anos, reside no bairro São Paulo atualmente, mas relatou o trânsito por diversos territórios ao longo de sua infância, residindo em outro município e distritos, sempre em área rural. Destacou que a infância era muito boa, apesar de relatar que os pais se separaram quando tinha dois anos e a mãe se inseriu em outros relacionamentos, fazia uso de bebidas alcoólicas e sofria violência doméstica. Destacou que possui nove irmãos, sendo ele o filho do meio e que ele e os irmãos também sofreram violências praticadas pelo padrasto. Mencionou que, ao mudar para o atual bairro, envolveu-se em conflitos com estudantes na escola, chegando a sofrer agressões, o que o motivou a abandonar os estudos há cerca de dois anos. Citou que gostava da escola, mas depois da agressão perdeu a vontade de estudar e passou a trabalhar

como ajudante de pedreiro. Negou que ainda tenha conflitos com outros jovens do bairro, mas disse que já foi envolvido com o tráfico de drogas, evitando realizar essa atividade no território que reside para não criar problemas com outros jovens que realizam essa atividade por lá. Destacou que já foi avisado para deixar o território, mas não vê possibilidades de mudança, no momento, por não ter para onde ir. Disse que atualmente a violência o amedronta e já viu muitos jovens matarem outros jovens. Atualmente a namorada de 16 anos reside em sua casa, inclusive estava grávida, mas perdeu o filho há poucos dias.

5.1.6 Li, 26 de junho

Li, 18 anos, reside atualmente sozinha, em Governador Valadares, mas nasceu em São Paulo, onde viveu a infância, residindo inicialmente com a mãe e três irmãos. Destacou que a mãe tinha Transtorno Bipolar e era muito agressiva com os filhos e, embora tenha sido ofertado apoio médico e psicológico, ela não quis tratar, o que motivou uma série de conflitos no ambiente doméstico e ela e os irmãos mais novos foram acolhidos institucionalmente, no município de Araras. Declarou que não teve contato com o pai e não encontraram outros familiares que pudessem recebê-los; assim, ficaram no acolhimento por certo período, até serem adotados por um casal de Governador Valadares. Li destaca a dificuldade da mudança de vida, mudança de cidade, de família e que teve problemas para se adaptar à nova realidade. Ela lembra que quando começou a entender o que estava acontecendo, revoltou-se com a vida e com o casal adotivo, adotando condutas que hoje entende serem erradas, como usar maconha, manter relações sexuais com o namorado e brigar com os irmãos, chegando a ameaçar um deles. Tal situação motivou seus pais adotivos a procurar a polícia e o Conselho Tutelar e ela foi acolhida novamente, mas em Governador Valadares. Afirmou que se arrepende de suas atitudes, sobretudo por ter se afastado dos irmãos, destacando que sente falta deles, mas compreende o distanciamento deles, porque se assustaram com as atitudes dela. Destacou que ficou chateada por seus pais acionarem a polícia, gerando seu primeiro processo de ato infracional. Posteriormente, já no acolhimento, envolveu-se em dois conflitos com as educadoras e novamente foi denunciada à polícia, dessa vez, por agressão. Salientou que compareceu ao Fórum novamente uma semana antes de completar seus 18 anos, o que a marcou muito, sendo então encaminhada ao Creas para cumprir a medida socioeducativa de liberdade assistida. Ela destacou que já está em cumprimento da medida e disse que tem sido um apoio para a nova etapa da sua vida, uma vez que, após completar a maioridade, deixou o acolhimento e vive sozinha, com a ajuda financeira de seus pais biológicos. A jovem disse que aprendeu

muita coisa errada na escola com colegas que a influenciaram a adotar certos comportamentos como se cortar, fugir de casa, mentir. Questionada sobre aprendizagens positivas, destacou que só aprendeu coisas erradas com colegas e namorados. Queixou-se, por exemplo, da falta de uma orientação sexual adequada, destacando que tudo que aprendeu foi com colegas, o que lhe trouxe constrangimentos. A jovem apresentou lembranças positivas dos acolhimentos por onde passou, destacando que nunca lhe faltou nada: recebeu apoio escolar, orientação psicológica, citando com carinho nomes de profissionais que lhe deram apoio e atenção necessária. Disse que após sair do acolhimento, sente-se perdida, sente falta de uma família para apoiá-la, sente falta dos irmãos. Mostrou-se sofredora, triste, voz embargada ao falar do momento atual. Mas está tentando seguir em frente, está procurando trabalho e destacou que a equipe do Creas está ajudando-a nesse momento.

5.1.7 Tá, 26 de junho

Tá, 13 anos, parda, inicialmente, disse que não se lembra nada da infância, dizendo que não teve pai, nem mãe e residia com os avós. Mencionou que o pai mora nos Estados Unidos e a mãe está foragida, após agredir um homem. Citou que foi criada pela avó em um distrito rural de Governador Valadares, Córrego dos Bernardos, onde residiu até o início deste ano. Destacou que a escola era ruim, não tinha amigos e por isso, no ano de 2024, afastou-se da escola. Destacou que foi se afastando da escola aos poucos, até parar de ir; não gostava dos professores, dos colegas. Foi encaminhada ao Conselho Tutelar, devido à evasão escolar. Então, uma tia trouxe-a para residir com ela, no bairro Turmalina, onde se inseriu em nova escola, destacando atualmente que é frequente e gosta da escola. Mencionou que se envolveu em conflitos com jovens no atual território, mas já superou os conflitos e hoje mantém boas amizades. Salientou que prefere morar na cidade do que na roça. Foi encaminhada para medidas socioeducativas por postar um vídeo gravado dentro da escola, onde expôs a imagem de uma professora.

5.1.8 Lopes, 1 de julho

Lopes, 18 anos, parda, destacou que atualmente reside sozinha. Disse que durante a infância residia na zona rural de Alvarenga, junto aos pais e lembrou, com satisfação, de brincar de queimada na rua com colegas. Na adolescência, mudou-se para a casa da avó, na área urbana e depois percorreu diversos territórios, residindo com tia, primas, amigas, até mudar-se para Governador Valadares, quando alcançou a maioridade. Destacou que a vivência familiar era

boa, entrou na creche muito nova e frequentou a escola até iniciar o ensino médio. Aos 17 anos parou de estudar porque quis vir para Governador Valadares buscar uma vida melhor, destacando que na cidade pequena não tem muitas oportunidades. Hoje trabalha como atendente em um bar; com esse trabalho mantém suas despesas e se prepara para fazer um curso de designer de sobancelhas. Está namorando um rapaz de 20 anos, que também trabalha. Destacou que se envolveu no ato infracional que motivou o seu encaminhamento ao Creas, em 2023, em Alvarenga, iniciando a medida no referido município, mas não deu continuidade, por isso ainda está em cumprimento. Questionada sobre o ato infracional, a jovem não quis falar sobre o assunto, limitando-se a assumir que foi um erro e que não se repetiu.

5.1.9 Neymar, 08 de julho

Neymar, 14 anos, pardo, mora no bairro Jardim do Trevo. Disse que durante a infância morava com pai e mãe, andava de bicicleta, brincava na pracinha, de bola, com colegas. Entrou na escola com 6/7 anos, na Escola Municipal Hamilton Teodoro. Lembra-se de ter se envolvido em conflitos com outros estudantes, motivando sua mãe a trocá-lo de escola. Em nova escola não ocorreram esses problemas, mas deparou-se com uma realidade diferente, onde encontrou jovens envolvidos com drogas e tentou não se envolver com eles, procurando seguir os conselhos da mãe. Disse que tem dificuldades de aprendizagem, que foi levado pela mãe para fazer reforço escolar, mas não deu continuidade. Posteriormente, envolveu-se em conflitos com a irmã mais velha, chegando a ameaçá-la com uma faca. Tal situação motivou sua mãe a levá-lo ao psicólogo, todavia, não soube dizer se tem algum diagnóstico. Disse que brigou com a irmã porque estava revoltado, mas não soube explicar o motivo. Embora relate essa briga com a irmã, atribuiu a responsabilidade da situação ao comportamento da mãe, dizendo que ela é muito nervosa, faz uso de bebida alcoólica imoderadamente e se envolve em conflitos por motivos banais. E foi um conflito com a genitora que o levou ao cumprimento de medidas socioeducativas no Creas, dizendo que a mãe o denunciou por agressão. O pai mora nos Estados Unidos, mas mantém contato e lhe presta apoio financeiro.

5.1.10 Gigi, 11 de julho

Gigi, 17 anos, iniciou sua fala dizendo que nasceu num domingo de Páscoa, dia muito quente. Destacou que residia com a mãe e o pai, que mantinham um relacionamento muito conturbado, por isso se separaram. Posteriormente, a mãe se envolveu em outros

relacionamentos que não deram certo, até finalmente encontrar um homem muito bom que cuida dela. Destacou que foi mãe aos 13 anos, mencionando que o pai do filho abandonou ela e a criança, mas a mãe e o padrasto a ajudam com a criação dele. Disse que o filho, hoje com 2 anos, é autista, nível 3 de suporte, mas é uma criança maravilhosa. Narrou que sua história é muito conturbada, devido ao seu próprio comportamento, descrevendo-se como agressiva, bipolar e ansiosa. Destacou que passou por muitas dificuldades na vida devido às suas atitudes erradas. Na infância, morava no bairro Carapina e tem boas lembranças, destacando que a mãe era simplesmente espetacular e que tinha muitos brinquedos. Contudo, mencionou que após os 12 anos, começou a enxergar a vida de outra maneira e se transformou em outra pessoa, destacando que conheceu as drogas por intermédio de um amigo do território, que já era maior, experimentando maconha e cocaína. Estudou na Escola Municipal Valdete Nominato, depois na Escola Estadual Prof. Nelson de Senna, de onde foi expulsa e depois foi para o Centro Estadual de Educação Continuada (Cesec), onde cursava o 7º ano do ensino fundamental, mas não deu continuidade, devido ao envolvimento com as drogas. Com relação ao pai, disse que ele a abandonou, destacando que ele preferiu um carro a ela. Destacou que se tornou rebelde por refletir as atitudes da mãe. Disse que alguns familiares tentaram ajudá-la, uma tia a acolheu, mas abandonou a casa da tia para voltar a viver com a mãe. Entre lágrimas, a jovem falou que a mãe é uma pessoa boa, que ela mudou, não é mais a pessoa de antes. Disse que começou a namorar muito cedo, queria ter um filho e, após engravidar, o namorado a abandonou. Foi expulsa de casa pela mãe há cerca de três meses, após se embriagar e passar dias fora de casa. Destacou que procurou o Conselho Tutelar por iniciativa própria e foi levada ao acolhimento, onde permanece. Está em acompanhamento médico, faz uso de medicação, quer voltar a fazer o esporte (jiu-jitsu), mas sente que ainda não está bem. Mostrou-se muito triste com a separação da mãe e do filho. Declarou-se indígena, mas não conhece a origem do seu parentesco, uma vez que a mãe foi adotada. Conhece um pouco sobre a cultura indígena e se orgulha dela. Ao final, a própria jovem quis deixar um recado a outros jovens, destacando a importância de seguir os conselhos dos pais e se manterem afastados das drogas. Está cumprindo medida socioeducativa devido a uma agressão praticada contra uma jovem acolhida, que a agrediu também. Disse que está em situação de ameaça de morte, por ter realizado uma denúncia contra algumas pessoas que a violentaram sexualmente. Gostaria de mudar de vida, mas verbalizou que falta força de vontade.

A história de Gigi encontra ressonância na narrativa de Li, que também trouxe uma infância conturbada ao lado da mãe, que também tinha problemas de saúde mental. As duas jovens parecem compreender bem a situação vivida pelas mães e, embora citem ter sofrido

diversos tipos de violência doméstica na companhia delas, não demonstram guardar raiva ou rancor de suas atitudes. Ao contrário, ambas se identificam com as histórias sofridas das mães e guardam sentimentos positivos em relação a elas, apesar de mencionarem que foram abandonadas. No caso de Li, que foi adotada, o sentimento de abandono é dobrado, pois foi abandonada duas vezes, sendo que as atitudes das mães, biológica e adotiva, motivaram os acolhimentos.

Outra semelhança na história de vida de ambas é que se reconhecem agressivas e que seus comportamentos fizeram mal a terceiros e a si mesmas e compreendem que precisam de ajuda. Uma consequência de suas atitudes é o distanciamento de pessoas que querem bem, como o filho, no caso de Gigi, e os irmãos, no caso de Lili.

Ainda chama a atenção que as duas jovens estão cumprindo medidas socioeducativas devido a agressões praticadas dentro do acolhimento, ou seja, uma medida socioeducativa originada a partir de uma medida de proteção. Tal situação demonstra que mesmo dentro de uma medida dita protetiva, onde as jovens já estão tuteladas pelo Estado, ainda se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Como Gigi tem 17 anos e o acolhimento deve ser encerrado ao completar 18 anos, pode acontecer com ela o mesmo que aconteceu com Li, que precisou morar sozinha, contando com o suporte financeiro da família e da rede de atendimento, havendo grande possibilidade de perpetuação da situação de vulnerabilidade e desproteção social.

Com relação às narrativas dos/as jovens de forma geral, foi possível perceber que a grande maioria guarda memórias positivas e alegres de suas infâncias, a convivência familiar, inserção escolar, brincadeiras nas ruas com colegas. Mesmo que narrem situações de conflito e violências durante a infância, parecem não tomar consciência das situações de vulnerabilidade e risco a que foram expostos dentro de casa ou da escola. Porém, percebe-se um salto, um corte grande e trágico, ao relatarem a entrada na adolescência, mesmo sem perceber ou nominar de fato a mudança de fase.

Algumas narrativas ressoam em outras e as histórias de vida apresentam semelhanças. Sete jovens relataram evasão escolar, alguns devido a conflitos vivenciados na própria escola, em que não contaram com apoio de professores/as ou direção.

Também os relatos sobre os conflitos no ambiente familiar são diversos e, na maioria dos casos, o pai é ausente, alguns residentes nos Estados Unidos, em função da emigração, da especificidade da região de Governador Valadares, e a figura materna comparece como uma grande promotora de violência doméstica, devido ao alcoolismo ou algum transtorno mental. A família extensa, avós e tios, aparece como opção de apoio, mas nem sempre consegue se

configurar como tal, e os/as jovens acabam totalmente expostos às vulnerabilidades dos territórios onde residem, como a influência de colegas já envolvidos com drogas ou outros atos infracionais. Nesse sentido, também se inserem no contexto infracional.

Alguns apontam os territórios do bairro como produtores de uma sociabilidade como andar de bicicleta, jogar bola, brincar de queimada... Outros mencionam a oportunidade de fazer uma atividade acompanhada por profissionais, como no Fica Vivo! ou através da inserção no serviço de acolhimento. Como são poucas as oportunidades de inserção em cultura, esporte e lazer ofertadas a esse público, como citado nos trabalhos de Dias (2016), Almeida (2017 e 2023) e Santos (2025), os jovens inventam suas próprias brincadeiras, na maioria das vezes, com o recurso de uma bola e a rua.

São citados encaminhamentos ao Conselho Tutelar e polícia, na maioria das vezes acionados pela própria família ou escola. Nesse caso, essas estratégias parecem mais preocupadas com a proteção das instituições (família e escola) do que com os direitos dos jovens, o que analisaremos a seguir.

A grande maioria dos jovens fala sobre mudança de territórios como família, escola, bairro e até cidade ou mudança de vida, mas esse último parece mais um sonho do que uma possibilidade, uma utopia, como também veremos adiante.

As narrativas capturaram sentimentos, ressentimentos, alegrias, tristezas, frustrações. Alguns jovens, sobretudo as jovens do sexo feminino, se emocionaram ou tentaram conter as lágrimas. Como entrevistadora, respeitei o momento das lágrimas, os silêncios, tentando acolher as dores de cada entrevistada. Como assistente social judicial, senti a necessidade de fazer intervenções, promover reflexões e realizar orientações e encaminhamentos, mas tentei conter ao máximo esse tipo de ação, por compreender que meu papel ali era outro e que as intervenções profissionais caberiam à equipe técnica do Creas. Mas, não restam dúvidas de que, muito além de medidas socioeducativas esses/as jovens precisam ainda de muito apoio para superarem seus traumas, elaborarem os sofrimentos e construir novas sociabilidades que contribuam para o desenvolvimento de todas as suas potencialidades e habilidades.

Um impasse que se coloca é que, para aqueles/as que já completaram 18 anos, não cabem mais medidas protetivas, dentre as previstas pelo ECA. As políticas públicas para aos jovens a partir dessa faixa etária são ainda mais precarizadas, como apontam os estudos realizados com jovens em situação de vulnerabilidade e violência na cidade de Governador Valadares, tais como o de Dias (2016), Almeida (2017; 2023) e Santos (2025).

5.2 CAPTURANDO AS TÁTICAS CONSTRUÍDAS PELOS/AS JOVENS NOS COTIDIANOS

Nesta sessão, faremos o movimento de capturar as táticas construídas pelos jovens entrevistados, a partir das histórias de vida apresentadas. Buscamos trazer as narrativas dos/as próprios/as jovens, com seus modos próprios de narrar, seus vocabulários e argumentações, enfim, preservando suas singularidades.

Nesse processo, empreendeu-se um esforço de compreender as narrativas em ressonância, como nos ensina Charlot (2009, p. 23): “cada entrevista é lida e estudada guardando a memória (ou seja, também uma pista escrita) das perguntas e dos elementos de resposta oriundos da leitura das entrevistas precedentes.” Nesse sentido, as pistas de uma história ressoam em outras, permitindo construir inferências sobre as táticas utilizadas em seus cotidianos.

Em uma análise geral, observa-se que os territórios que esses/as jovens transitam são marcados por situações de vulnerabilidades e violências diversas. Constata-se, também, o movimento de trânsito entre diversos territórios, sendo que esse movimento é realizado inicialmente pela própria família dos/as jovens, mas eles/as também fazem seus próprios movimentos. Destaca-se que os/as jovens transitam principalmente entre os territórios: família, escola, bairro/rua e sistema de justiça.

Como vimos no capítulo 2 deste trabalho, no Brasil, o ECA é o principal marco legal para garantir a proteção de crianças e adolescentes, cabendo à família, comunidade, sociedade e Estado o dever de assegurar seus direitos. Nesse sentido, essas instituições possuem um papel tutelador e controlador frente ao público infantojuvenil e, por isso, podemos dizer que exercem um poder sobre ele. Essa lei também define diversas medidas protetivas a serem aplicadas em caso de ameaça ou violação de direitos, além das medidas socioeducativas, determinadas aos adolescentes mediante a prática de atos infracionais, ou seja, perfaz um campo ordenador e planejado de ações para exercer esse controle.

Assim, tomando como referência a discussão de estratégia e tática construída por Certeau, sobretudo quando ele aponta que a “estratégia é organizada pelo postulado de um poder” (Certeau 2014a, p. 95) neste trabalho, assume-se o ECA como principal estratégia utilizada pelas instituições sociais para exercer o controle e poder sobre o público infantojuvenil.

Contudo, como também já foi argumentado, o ECA não consegue alcançar de fato o objetivo a que se propõe, quando vemos a existência de tantos jovens expostos às

vulnerabilidades e violências dos territórios em que vivem e que acabam se envolvendo em situações de conflito com a lei. Além disso, mesmo após 35 anos de publicação, a referida lei não conseguiu superar as antigas práticas punitivistas que marcaram a política menorista, sendo que as medidas socioeducativas, sobretudo as de privação de liberdade, acabam por reproduzir um contexto de punibilidade e não efetivam a proposta de socioeducação prevista em lei.

O resgate de toda essa análise já posta se faz necessário aqui para analisarmos os cotidianos dos/as jovens pesquisados/as e capturarmos suas táticas. Considerando que a “tática é determinada pela ausência de poder” (Certeau 2014a, p. 95), compreende-se, portanto, que diante das falhas do sistema de proteção, os/as jovens ouvidos criam táticas, ou seja, criam em seus cotidianos, maneiras de viver próprias para compensar as faltas sentidas e subverter a ordem dominante.

Nesse sentido, a partir das narrativas dos/as jovens em questão, compreendemos que em seus territórios marcados por tantas vulnerabilidades e violências eles e elas constroem táticas de: sobrevivência, aprendizagem, contornamento e pertencimento, o que será analisado de forma mais detalhada a seguir.

5.2.1 Tática de sobrevivência

Pode-se compreender que essas táticas se relacionam tanto à condição biológica, reações físicas comuns a qualquer ser humano em situação de perigo (parar ou correr) quanto à sua condição social, como jovem que busca encontrar seu lugar no mundo, se expressar e manifestar suas insatisfações, dores e necessidades. Nesse sentido, dividimos as táticas de sobrevivência em duas: táticas de silenciamento e táticas de resistência.

A tática de silenciamento foi observada durante a narrativa de diversos jovens, ao buscarem se conformar e aceitar as situações de vulnerabilidades a que estiveram expostos em suas famílias, escolas, bairros ou instituições públicas. Ao que parece, diante de uma situação de extremo desafio, os jovens optam por se calar, silenciar, às vezes até se tornar invisíveis e não serem vistos em seus próprios territórios. Isso não quer dizer que não sintam ou sofram, mas preferem deixar a situação como está e continuar vivendo suas vidas, como se nada os estivesse atingindo, como veremos a seguir.

Para o jovem PG, diante do intenso sofrimento e descrédito na vida, ele prefere viver numa “vibe”, deixando os problemas de lado, como se pode comprovar em seu relato:

“Até então aconteceu uns vários bagulho¹⁶ comigo, umas parada que não gosto nem de relatar porque é muito forte falar... Até chegar dia 21/3, foi o dia do meu aniversário, fui preso. 18 anos. Dali minha vida mudou cara, eu descobri o que é o certo o que é errado. Descobri a vida do crime, eu consegui enxergar a maldade dos outro. Desde então, nada pra mim interessa mais. Depois que eu fiz meus 18, fui preso pela segunda vez. Tanto pra mim, num interessa mais pra mim a vida...O que que adianta você fazer as coisas sendo que lá na frente você vai perder tudo. Que adianta você ganhar as coisas, que lá na frente você vai morrer, você não pode levar. Por isso então eu vivo a vida da melhor forma, cara. Tudo da melhor forma, como diz Orochi, cantor... Vivendo a melhor vibe. O que você pode conquistar hoje, amanhã você não pode ter. É sobre isso”.

Também PG, ao relatar os conflitos no território em que reside, inclusive o medo de morrer em decorrência desses conflitos, destaca que prefere ficar restrito à sua residência, não podendo sequer frequentar a escola ou treinar futebol no território: *“Eu nem saio de casa direito, só fico lá na porta...”* e ainda acrescenta *“Fico de boa em casa”*.

A mesma tática se observa na narrativa de Fa, quando se envolveu em conflitos na escola, destacando que: *“então eu cansei, falei vou fica brigando aqui, não for para estudar, vou nem brigar, nem estudar, eu vou embora... e parei de estudar.”* Da mesma forma que PG, diante de conflitos no território que reside, Fa também escolhe silenciar e ficar restrito à residência: *“cada um na sua casa é melhor, cada um na sua casa. Gosto mais de ficar sozinho”*.

Nessa tática, os jovens preferem o silenciamento para se autoprotegerem ou autopreservarem, uma vez que não se sentem protegidos pela sociedade. Observa-se que ao mesmo tempo que os jovens restringem suas experiências de sociabilidade, eles recriam outras maneiras de viver essa dimensão estruturante e constituinte da experiência juvenil.

Contudo, como Li, Gigi e Neymar, que foram expostos/as a diversos tipos de violência no âmbito da própria família, adotaram um comportamento diferente, manifestaram sua revolta, indignação e reagiram também agressivamente. Em nossa análise, consideramos que essas atitudes também se conformam como táticas de sobrevivência, contudo, a atitude não é fugir ou se esconder para se preservar, mas enfrentar, ir para o embate, o que consideramos como

¹⁶ Procurou-se manter a oralidade nas transcrições. Foram feitas correções apenas na pontuação para favorecer a leitura.

uma tática de resistência. Nesse sentido, destacamos que “os mecanismos de resistência são os mesmos, de uma época a outra, de uma ordem para outra, pois continua vigorando a mesma distribuição desigual de forças e os mesmos processos de desvio servem ao fraco como último recurso” (Certeau, 2014a, p. 18).

A jovem Li afirma que, após ser abandonada por duas famílias, decidiu não se calar, como citado a seguir: *“minha ficha caiu depois de um tempo que eu comecei a entender muita coisa assim que aconteceu, que estava acontecendo também. Aí eu meio que me revoltei com a vida, com todo mundo e tomei muitas atitudes erradas”*.

No mesmo sentido, Gigi também narra que afastou da escola e envolveu-se com drogas por “rebeldia”, admitindo que era “necessariamente rebelde” e acrescentou que reagiu de forma agressiva à coação e ameaças feitas por uma colega do acolhimento: *“na hora que ela falou que ia me matar, eu falei, então você vai me matar e pow na cara dela”*.

O jovem Neymar também cita que diante de diversos conflitos vivenciados no ambiente familiar, adotou uma postura de revolta e agressividade. Interessante que embora ele cite o conflito com a mãe como principal causador de sua rebeldia, inicialmente, sua agressividade foi expressada contra a irmã, como ele nos conta: *“Eu estava revoltado aí briguei com minha irmã, peguei a faca pra ela.”* Posteriormente, o jovem também reagiu de forma violenta contra a própria mãe, o que o levou ao cumprimento da medida socioeducativa: *“Eu e a minha mãe discuti. Ela disse que eu agredi ela.”*

A tática de resistência adotada pelas jovens pode estar relacionada às suas condições de saúde mental não tratada corretamente, pois esses jovens relatam sofrer de transtornos, o que pode impactar a impulsividade e agressividade. Contudo, o que nos chama atenção, nesta pesquisa, é que elas diferem do posicionamento passivo dos jovens anteriormente citados, porque se posicionam, manifestam suas indignações e buscam alternativas para resistir às condições adversas a que foram submetidas.

Ressalta-se, todavia, que a tática de resistência adotada pelas jovens em questão, por mais violenta que seja, ainda não é proporcional à violência sofrida, sobretudo pelo tempo prolongado em que foram expostas às situações e que não se encerraram em um episódio.

Nesse sentido, essa tática também se relaciona à condição e situação juvenil, pois os jovens estão em busca de seus lugares no mundo, querem construir uma identidade, seus modos de viver, como já apontado por Abramo (2011). Contudo, como se encontram marcados por situações extremas, reproduzem a violência sofrida. As suas territorialidades são, portanto, marcadas pela violência e desproteção social.

5.2.2 Táticas de aprendizagem

Para melhor capturarmos essa tática, retomemos aqui os estudos de Charlot (2001, 2007, 2009, 2021) sobre jovens e a relação com o saber, ou aprender, como ele argumenta (Charlot, 2021). Para o autor, aprender é um processo de ordem antropológica, pois o que se busca na verdade por meio da aprendizagem é “hominizar-se, socializar-se, construir-se como sujeito singular” (Charlot, 2001). Nesse sentido, o que os/as jovens buscam é ingressar no mundo humano, construindo suas relações com os outros e consigo mesmos, reconhecendo-se também como humanos.

Dessa forma, as aprendizagens não se limitam aos processos escolares, pois como nos ensina Charlot (2001, p. 149), “os jovens aprenderam muitas coisas antes de entrar na escola e continuam a aprender, fora da escola, ainda que frequentem a escola – coisas essenciais para eles”. Os/as jovens estabelecem relação com o aprender, com aquilo que faz sentido para eles e com aqueles que lhes ensinam as coisas da vida.

Observando as histórias de vida dos/as jovens entrevistados/as, suas interações e cotidianos, podemos inferir que, mesmo diante de tantos desafios vivenciados em territórios como família, bairro e no sistema de justiça, os/as jovens também constroem aprendizagens.

Tomemos como exemplos os relatos das jovens Li e Gigi, conforme mencionados no último item. As referidas jovens constroem táticas de resistência a partir de um aprendizado adquirido ao acessar o sistema de justiça, uma vez que ambas citam com tranquilidade que acessaram o Conselho Tutelar e a Delegacia de Polícia. Como elas, desde a infância, sofreram diversos tipos de violência e frequentaram tais territórios, essa aprendizagem foi usada em favor delas, quando se viram em nova situação de perigo.

Para além dessas táticas, Li também cita que frequentou duas unidades de acolhimento e, com isso, acumulou muito aprendizado sobre esse território, como vemos no seu relato:

“Em 2024, na semana do meu aniversário, eu fui pra casa de acolhimento. E foi muito difícil para mim, porque eu não esperava, foi algo que magoou muito e nesse e eu fiquei lá mais ou menos um ano, até eu fazer meus 18 anos, esse ano, em fevereiro e, é, teve momentos bons e muito difícil lá dentro, porque como as pessoas que trabalham lá falam, não é um lugar fácil, mas lá é um lugar que você aprende coisas, bastante coisa”.

Depois de passar por duas unidades de acolhimento e uma adoção malsucedida, quando Li se vê em situação de ato infracional, ela usa esse aprendizado e transita com naturalidade no sistema de justiça, relacionando-se com a Juíza da Vara da Infância, Ministério Público e profissionais do Creas. Vejamos a narrativa de Li sobre esse percurso:

“Em menos de 1 mês, compareci à delegacia, dei o meu depoimento e depois eu tive uma audiência no Fórum. Na primeira audiência, o Ministério público me perdoou porque foi a primeira vez que eu cometi ato infracional. Então é costuma ser assim, eles perdoa esse ato. Aí na segunda vez que eu tive foi uma confusão, assim que a cuidadora lá da casa, ela falou que eu ameacei de matar ela, mas na verdade quem me ameaçou foi ela, né, que ela falou que ia quebrar minhas 2 mãos e ela era muito mais forte, sendo que ela já trabalhou numa penitenciária. E aí ela falou que ia quebrar minhas mãos, que ia me bater. Só que eu falei com as pessoas lá, ninguém acreditou em mim, ninguém quis ir comigo fazer boletim de ocorrência. Então ela aproveitou, ela tinha essa oportunidade, foi fez contra mim. Eu lembro que teve um dia que eu fugi da casa pra ir lá na delegacia e tentar fazer também, mas aí já era tarde. Aí eu compareci assim no Fórum na semana do meu aniversário, quando eu estava prestes a fazer 18. E conversando ali com a Juíza ela super me atendeu, né? minha situação assim e ela me deu uma medida de Liberdade Assistida e aí eu sou acompanhada pelo Creas. Todo mês eu tenho que ir no Creas conversar com a Cíntia, contar como eu tô aí, caso algo não esteja certo assim, a Cíntia vem e ajuda e é isso aí. Eu saí da casa foi esse ano, quando eu completei 18 anos de idade e tô cumprindo medida até hoje. Até que está sendo bom a medida assim, porque como ela mesmo fala, acaba que é um apoio, né? Eu vejo... eu não vejo essa medida como algo ruim. Eu vejo que tem sido um apoio muito grande pra mim, porque eu, às vezes eu olho, eu tô tão perdida assim na vida. Eu falo que aliás, é bom ter gente assim pra orientar, não é? É isso”.

De sua narrativa, apreende-se que Li compreendeu o papel de cada um desses órgãos e estabeleceu com eles uma boa relação, o que seria impensável para jovens com outras trajetórias de vida. Também é possível inferir que a jovem aprendeu que pode ser ouvida e perdoada pelo Ministério Público; que a medida socioeducativa pode ser uma oportunidade de receber apoio; que pode procurar a polícia e a justiça quando se sentir ameaçada ou em risco.

Li também aprendeu que suas atitudes têm consequências e que ela pode ser a pessoa mais afetada nesse processo, como constatamos em seu relato sobre o conflito vivido entre os irmãos.

“A primeira queixa que eu tive assim foi a briga que eu tive com o Zacque, que foi por essa briga que eu tava já aprontando algumas coisas, né, usando droga, e tendo relação sexual com menino. Era tudo novidade para mim, então eu quis mermo assim e falo que não me arrependo muito, não, mas acaba que eu me arrependo porque eu me afastei muito dos meus irmãos né, então isso é o arrependimento, de deles, hoje em dia, me olhar de uma forma, que não é a forma que eu queria que eles me olhassem”.

Gigi também cita diversas aprendizagens ao longo dos desafios cotidianos enfrentados. A primeira aprendizagem que a marcou foi no ambiente familiar, onde ela viveu um relacionamento conturbado com a mãe. Apesar de relatar que a mãe era agressiva, alcoolista e que a abandonou, destaca que aprendeu a agir como ela: *“Eu vendo o que a minha mãe fazia, vendo as atitudes da minha mãe, eu me refletia nas atitudes da minha mãe.”* Também cita que como a mãe mudou, ela também pode mudar: *“ela é uma mulher boa, ela mudou. Ela não é mais aquela pessoa de antes. Assim como ela mudou, eu também posso mudar...”*

No território do bairro, onde se relacionou com colegas envolvidos com atividades ilícitas, Gigi também teve diversas experiências: *“Comecei a querer conhecer o mundo, comecei a conhecer as drogas, comecei a conhecer o crime, a agressividade, o abuso do poder. E isso foi me levando, a ruína, foi me levando a decair, foi me levando a coisas ruins da minha vida.”* Nesse caso, o encontro com os jovens no território em que vivia a levaram a consumir drogas e a se envolver com atos infracionais, mas hoje, mais amadurecida, a jovem consegue refletir que esse contexto só lhe trouxe prejuízos. Aponta-se, pois, para aprendizagens reflexivas que emergem desse contexto de vulnerabilidades juvenis – envolvimento com colegas, com a agressividade, com o que ela denomina abuso de poder.

Ao final da entrevista, quando questionada se gostaria de falar algo mais sobre as suas vivências, a jovem faz questão de deixar um recado para outros jovens: *“Então eu quero dizer que as drogas não te levam a nada, o crime é algo totalmente ruim e que a gente deve escutar sempre os conselhos dos nossos pais. E se prevenir para não engravidar cedo. Um conselho que eu dou!”* Tal aprendizagem pode estar relacionada à faixa etária da jovem que já conta com 17 anos, possibilitando que ela consiga fazer uma análise geral da sua vida até o momento e até

se colocar na posição de quem aconselha outros jovens mais novos ou que estejam dando os primeiros passos na direção dessas atividades.

Conforme Abramo (2011) nos aponta, na atualidade, não é possível se falar em cronologização das idades, devido à fluidez dos tempos atuais. Contudo, os/as jovens são atravessados por experiências que marcam suas trajetórias de vida, possibilitando as diferenças no acúmulo dessas experiências entre jovens com as mesmas idades ou semelhantes.

Esta situação é confirmada na narrativa de Gigi que após vivenciar tantos conflitos, quando se viu em situação de risco, a jovem já sabia onde recorrer: *“fui pedir ajuda às pessoas. Como eu não tive ajuda de ninguém, só o Conselho Tutelar podia me ajudar. Então o Conselho Tutelar pegou a minha tutela e entregou para o estado.”* Nesse momento de sua vida, o Conselho Tutelar já não devia ser algo novo, daí a própria jovem ter a iniciativa de procurar o órgão para pedir ajuda. Gigi usou essa aprendizagem como uma tática para ser acolhida e protegida. Observa-se que não foram identificadas táticas de aprendizagem relacionadas à escola e que se apresentou nos relatos como um ambiente, de certo modo hostil, para esses/as jovens.

A tática de procurar equipamentos públicos para ser protegida, usada tanto por Li quanto por Gigi, nos aproxima ainda de outra tática, muito usada por aqueles que vivenciam contextos extremos, que é a tática de contornamento, como analisaremos adiante.

5.2.3 Táticas de contornamento

Koga (2014, p. 201) nos aponta que a “arte do contornamento” é um repertório construído por populações, quando se encontram diante das possibilidades de acessar os programas e projetos sociais. Na falta de uma estratégia eficaz que garanta os direitos elencados em lei, famílias realizam uma caminhada intensa em busca de ajuda, indo de lugar em lugar, transitando entre territórios. Para a autora, “os territórios se mostram nômades, mudando, deslocando-se em função de uma sucessão e sobreposição de eventos, acontecimentos presentes no cotidiano” (Koga, 2014, p 200).

Os relatos dos jovens pesquisados também demonstram que, diante da ineficácia das medidas adotadas para lhes garantir proteção, adotam essa tática, contornando obstáculos em busca de uma vida melhor. De uma forma geral, todos/as os/as jovens citam que percorreram diversos territórios, transitando entre famílias (biológica, extensa ou família substituta), entre escolas, bairros, distritos e até cidades diferentes. Observa-se que esse movimento entre

territórios inicialmente não é realizado pelos/as próprios/as jovens, mas por suas famílias, contudo, durante a juventude reproduzem essa “arte de contornamento”.

A narrativa de Ti evidencia esse processo de mudança de territórios realizado por sua família:

“[...] minha mãe tava morando sozinha e minha mãe conheceu um homem. Um rapaz, né, um homem, aí foi começou a relacionar com ele. Aí teve filho com ele também. Depois tirou ela de lá, veio pro Baguari, depois do Baguari veio pra Valadares com ele, depois brigou. Separou aí, minha mãe ta aí”.

O relato de Lopes também exemplifica esse processo de trânsito entre territórios:

“Eu morava lá em Alvarenga, morei com meus pais. Aí eu estudava lá na escola de Alvarenga, porque eu morava na zona rural e Alvarenga era uma cidadezinha pequena. E com 16 eu fui pra casa da minha avó. Fiquei lá por um tempo, depois eu vim pra casa da minha prima. Aí eu vim pra cá, fiquei uma semana aqui e depois eu fui pra casa dos meus pais de novo. Completei 18 anos, vim embora. Em morei com minhas cunhada e das minhas cunhada fui morar sozinha”.

Questionada sobre o motivo de mudar de cidade, Lopes esclarece a busca por uma condição de vida melhor: *“eu vim porque eu não, eu não gostava muito de lá. Lá é uma cidade muito pequena, não tem muitas chances assim, sabe, pra você crescer na vida, aqui eu gosto mais daqui por causa disso aí”.* Todavia, pode-se observar que sua vida inteira é marcada por uma constante mudança de território, uma constante busca.

Tatá também revela essa tática de contornamento ao se referir aos conflitos que viveu na escola, no distrito de Córrego dos Bernardos. Como não se sentia bem na escola, inicialmente sua tática foi de afastar-se; contudo, mediante o acionamento do Conselho Tutelar, a jovem muda não só de escola, mas de casa e de família, como se observa em seu relato: *“Aí, quando o ano acabou, passou 2 meses, minha avó matriculou lá de novo, tenta de novo. Só que aí fui uma semana depois eu parei. Aí depois a Maria¹⁷ me tirou da escola e me botou em outra.”*

¹⁷ Foi usado nome fictício para preservar a identidade da tia da jovem.

No caso de Tatá, a jovem parece estar satisfeita com todas essas mudanças, embora o território em que vive atualmente também contenha novos desafios a serem enfrentados ou contornados. Segundo a referida jovem: *“No começo teve umas brigas, as menina queria me bater. Aí, tipo assim, pararam com a briga e conversamos. Fui para a polícia. E agora está mais de boa. Ninguém tem mais briga não, tudo na Paz”*.

Nesse movimento, Tatá acabou sendo inserida em outros territórios que ela ainda não conhecia: polícia, Vara da Infância, Creas, o que poderá provocar ainda novas mudanças e contornamentos.

Sobre a inserção de jovens no sistema de justiça, Duarte (2018) destaca a correlação entre pobreza e criminalidade, evidenciando o caráter seletivo do Estado. A autora chama a atenção para a “despacificação da vida diária dessas jovens e como o Estado penal seleciona os sujeitos dignos de direitos e os condenados à judicialização da vida” (Duarte, 2018, p. 15).

Para além dessa tática de contornamentos, num contexto de multiterritorialidade, observamos também uma tática de pertencimento aos territórios de origem. Por mais difíceis e complexos que sejam, os jovens, em suas narrativas, constroem também sentimentos de identificação nesses territórios, como analisaremos na próxima sessão.

5.2.4 Tática de pertencimento

Outra característica marcante, presente na grande maioria das narrativas dos/as jovens/as entrevistados/as, é o vínculo que eles construíram com os territórios nos quais viveram, mesmo relatando terem vivido situações de abandono, violência, agressividade, sobretudo no contexto familiar. Nesses casos, o vínculo com a figura materna é algo intrigante, pois, mesmo ao narrar que a mãe foi a principal responsável pela exposição a essas situações, os/as jovens demonstram vínculo afetivo muito forte, idealização de uma melhoria de vida ao seu lado e busca pela reconstrução ou manutenção desse vínculo. Nesse sentido, compreendemos que os/as jovens estabelecem uma territorialidade utópica, o sonho de viver numa família ideal, muito diferente daquela realmente vivida. A narrativa de Gigi é exemplificativa desse argumento:

“[...] bebe, mas é uma mulher totalmente diferente do que era antes. Ela hoje ela é chefe do trabalho dela, ela é encarregada, ela tem o seu dinheiro. Ela tem uma casa maravilhosa, ela é uma mulher maravilhosa. Ela é uma mulher muito bem de

vida. Ela é uma mulher perfeita. Eu só admiro ela. Cuido do meu filho acima de tudo.”

Neymar também parece tentar minimizar os conflitos com a mãe, ao narrar *“quando minha mãe não bebe, fica de boa”*. Todavia, compreende que ela é uma pessoa difícil de se conviver mesmo em outros territórios, quando afirma: *“ela não aceita a verdade. Já arrumou um tanto de serviço, mas saiu porque os outros falou com ela e ela respondeu”*. E mesmo diante do fato de cumprir medida socioeducativa devido ao conflito com a mãe, o jovem afirma: *“Não levo nada para o coração, não sinto nada”*.

Já Edu, mesmo sem ter convivência com os pais e residir desde a infância com a família extensa, conseguiu estabelecer vínculos muitos positivos e se considera feliz no ambiente familiar.

“Ah, eu acho que eu nunca fui diferente de quando eu era criança para hoje em dia. Mas sempre fui um menino alegre, sempre eu gostei de ser divertido, fazer as pessoas sorrirem. É, até porque na minha casa a maioria das pessoas são desse jeito. Sempre sorrindo. Pode estar num dia difícil que é sorrindo. Feliz é. Nunca deixe as pessoas desanimar. E sempre pensando no próximo. Acho que eu nunca fui diferente de quando eu era criança, para hoje em dia não, sempre fui bastante feliz, alegre”.

O laço afetivo com a família extensa parece ser tão forte que o jovem faz planos de seguir o exemplo do avô e tios: *“estou pensando em fazer o concurso da polícia... meu avô já foi policial, meu tio também, aí tenho vontade”*.

Essa tática revela pertencimento, e a construção de um ideal de vida, mesmo diante das adversidades, pode contribuir para que os/as jovens tenham esperança para seguir seus caminhos, sem se sentirem tão afetados pelas situações de desproteção sofridas.

Do Gás também demonstra esse pertencimento, ao afirmar que não quis deixar o território em que reside desde a infância para acompanhar a genitora que se mudou para um apartamento novo que ela ganhou. Talvez pudesse viver em condições estruturais melhores, onde não se encontraria em situação de risco de morte, mas como se encontra muito identificado àquele território em que viveu sua infância, sobretudo em função das amizades, preferiu ali permanecer. Sua afirmativa define essa tática: *“Nasci e fui criado lá, não troco lá por nada não”*.

Na verdade, todas as táticas aqui capturadas significam, como já dito, alternativas possíveis construídas em cotidianos difíceis e desprotegidos. Modos construídos por essas juventudes para seguir em frente, constituírem-se enquanto sujeitos singulares e sociais.

As territorialidades dos/as jovens, que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto no Creas de Governador Valadares, refletem as territorialidades de muitos outros/as jovens que apresentam perfis semelhantes: negros/as, periféricos/as, que vivem em cotidianos marcados por situações de vulnerabilidade e violência, como vimos em outros estudos.

Observa-se, todavia, que as/os jovens entrevistados/as neste trabalho não trazem relatos de pertencimento a grupos juvenis ligados a práticas culturais ou artísticas, como *hip hop*, *funk* ou grafiteiros, por exemplo, nem mesmo se dizem integrados a gangues ou algum tipo de grupo vinculado à dinâmica criminal. Mesmo aqueles que se envolveram em atos infracionais análogos ao tráfico de drogas, sentem-se atualmente sozinhos, isolados e não se consideram parte de nenhum grupo. Isso reforça o processo de marginalização, uma vez que essas/es jovens estão à margem até mesmo da possibilidade de socialização com outros jovens que os permitiria construir vínculos, desenvolver habilidades, modos de ser e viver próprios, experimentar a “juventude possível”, como nos lembra Turra Neto (2012, p. 145)

Enfim, apesar de todas as vulnerabilidades citadas ao longo deste trabalho, como a pobreza, o racismo, a desproteção social, o abandono, a invisibilidade, o silenciamento, a marginalização e a criminalização, dentre tantos outros aspectos, os/as jovens continuam caminhando, vivendo em seus territórios e delineando suas territorialidades, construindo os seus modos de ser no cotidiano, através de resistências, pertencimentos, contornamentos, aprendizagens diversas e criação de vínculos com a família extensa, colegas, profissionais de acolhimento ou das medidas socioeducativas. Na verdade, são modos possíveis de construírem suas territorialidades juvenis em territórios vulneráveis.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“O cotidiano se inventa com mil maneiras
de caça não autorizada”
(Certeau, 2014a, p. 38).*

Assim como no início deste trabalho tratei dos sentimentos que me tomavam, gostaria de aqui partilhar um pouco do que sinto ao tecer as considerações finais. Toma-me um misto de alívio e gratidão por ter chegado até aqui, mas também ansiedade e expectativas do por vir, a banca, a condição de mestre, poder apreciar a conquista desse sonho. Toma-me também a certeza de que aprendi muitas coisas, mas há muito ainda a ser descoberto e aprendido, o desejo de continuar caminhando ao lado das juventudes e agora, com novo olhar, muito mais voltado para as singularidades dos sujeitos.

Gostaria de demarcar o processo de mudança que foi se fazendo em mim, no meu olhar, desde a apresentação à banca de qualificação até agora, as aprendizagens que construí nessa caminhada. Mudanças provocadas pelo aprofundamento nas obras lidas e relidas sobre território, vulnerabilidades e a singularidade dos sujeitos, suas táticas construídas nos cotidianos. Mudanças também operadas no meu cotidiano profissional, na forma de atender e ouvir os jovens na Vara da Infância, dando mais atenção às suas narrativas, observando a condição e situação juvenil, com olhar mais atento para as diferenças de raça e gênero, que antes eram ignoradas, silenciadas. Mudanças sentidas no perfil dos/as jovens encaminhados para o Creas e nos conflitos que vivenciam, hoje muito mais relacionados a questões familiares, escolares e de saúde mental, do que propriamente com a dinâmica criminal dos territórios em que vivem.

Nesse sentido, como no processo de nos tornarmos humanos, como citado por Charlot (2007), construímos aprendizagens: partimos de um olhar para a lei, os direitos não atendidos, os conflitos nos territórios, muito voltados para conflitos entre gangues, ameaças de morte, e acabei olhando para as juventudes, sua situação e condição juvenil, como vivem diante dos desafios... Saímos do efeito território, olhar para um território vulnerável e o olhar para as territorialidades juvenis. Aprendemos que os territórios vulneráveis não são somente os bairros com suas precárias estruturas físicas ou a cidade de Governador Valadares, mas a família e a escola, que também produzem violências e desproteção social.

Todas essas mudanças e aprendizagens nos levaram a construir outros caminhos neste trabalho, construindo táticas, como diria Michel de Certeau e sua equipe. Partimos de um olhar

para o adolescente em conflito com a lei, a partir do ECA e autores que discutem essa temática, para olhar as juventudes em situação de conflito com a lei, abrangendo as juventudes e compreendendo suas diversidades; a diferença entre adolescência como um período de entrada na juventude, marcado por importantes transformações biológicas e a condição juvenil e situação juvenil com sua transitoriedade, mas também atravessada por importantes marcadores sociais como classe, raça e gênero, influenciada pelos autores da Sociologia da Juventude e também estudos do GIT.

Também foi necessário mudar a rota, deixando de olhar o efeito território em primeiro lugar e partindo para a compreensão das territorialidades, como sugerido pela doutora Jorddana na banca. Nesse movimento, a hipótese central desse trabalho de que, para sobreviver em um território permeado por violências e vulnerabilidades sociais, os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto constroem táticas diversas, transitando entre a legalidade e a ilegalidade, acessando ou não as políticas públicas disponíveis ao referido público, poderia ser respondida pelas táticas capturadas no capítulo 5, que dizem sobre a sobrevivência, aprendizagens, contornamento e pertencimentos, que foram observadas nas narrativas dos/as jovens entrevistados/as, pelos olhos desta pesquisadora e sua orientadora, ou quem sabe, outras “mil caças não autorizadas”, como nos diz Certeau na epígrafe deste texto.

Acreditamos que, nessa caminhada, o objetivo principal deste estudo tenha sido alcançado, sendo possível compreender as territorialidades dos jovens que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto, em Governador Valadares (MG), em suas relações com os territórios marcados pela vulnerabilidade e violência e destacando que elas se estabelecem em seus cotidianos, nas relações familiares e escolares, silenciando ou resistindo às violências sofridas, nas aprendizagens com colegas, profissionais de instituições, como acolhimento ou Creas, e também na Vara da Infância e Juventude, compreendendo os caminhos e contornos necessários para garantir a efetivação de seus direitos e que as atividades ilícitas trazem prejuízos para si próprios e os desumanizam. Apesar de todas as dificuldades vivenciadas, essas territorialidades são marcadas por pertencimentos aos territórios vividos e pela esperança utópica, em mudanças pessoais e em mudanças de vida.

Dentre os objetivos específicos, acreditamos que alcançamos, com êxito, traçar o perfil dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas no Creas, pelo menos até o primeiro semestre de 2025, analisar as táticas construídas em relação aos conflitos dos territórios onde residem e analisar as suas trajetórias de vida, em relação ao acesso às políticas públicas, em Governador Valadares. Nesse último ponto, observa-se o acesso precário a políticas sociais, sendo a educação o ponto mais abordado pelos/as jovens e também mais citado neste trabalho.

Nesse sentido, não adentramos a análise de outras políticas. No que se refere ao objetivo de identificar os conflitos territoriais vivenciados por eles/elas, inicialmente a proposta seria perceber conflitos entre gangues ou grupos criminosos, mas as narrativas dos/as jovens trouxeram mais sobre os conflitos intrafamiliares e escolares que os demais. Não se ignora aqui a existência e a gravidade dos conflitos que ceifam as vidas de tantos jovens na cidade de Governador Valadares e seus territórios do crime, mas esses não apareceram nas narrativas dos/as jovens de forma que se pudesse capturar as táticas construídas, para além do silenciamento.

Cabe destacar que a metodologia adotada neste trabalho, com abordagem qualiquantitativa, contemplando tanto a análise bibliográfica, documental e entrevistas com os jovens, contribuiu para o alcance dos objetivos propostos, sendo possível confrontar o corpus teórico com dados empíricos e narrativas dos jovens, capturando materialidades e imaterialidades dos cotidianos juvenis.

Concluo, afirmando que esses/as jovens são artistas, pois constroem a arte do fraco em seus cotidianos, sobrevivem às misérias do mundo, mesmo vivendo no fio da navalha. Conseguem sobreviver, resistir. A eles meu respeito e admiração.

Aos que procuram se debruçar em conhecer as realidades desses/as jovens e caminhar ao lado deles/as como eu, destaco que a caminhada é difícil, tortuosa, ziguezagueante. Embora o ECA procure garantir a proteção desse público, a letra da lei é fria e somente é possível verificar se essa proteção está sendo garantida olhando estudos e pesquisas que vão ao encontro dos sujeitos e dos territórios vividos por eles. Nesse sentido, há estudos do GIT e outros que contribuem para desvelar essa realidade, sobretudo em relação a Governador Valadares. Mas, novos estudos podem e devem contribuir para essa caminhada, dando mais visibilidade às territorialidades juvenis em outros territórios, o que poderá trazer contribuições para a construção de políticas públicas que de fato caminhem ao encontro de suas necessidades, garantindo-lhes proteção e melhores condições de existência.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto; CUNHA, Jorge Luiz da; VILLAS BÔAS, Lucia (orgs.). **Pesquisa (auto)biográfica. Diálogos epistêmico-metodológicos**. Curitiba, CRV, 2018.

ABRAMO, Helena Wender. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da Juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. Instituto Cidadania. Ed. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2011, p. 37-72.

ALMEIDA, Jorddana Rocha de. **No fio da navalha**: sentidos das experiências e projetos de futuro de jovens em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade. Dissertação (Mestrado). 2017. 187 f. Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-AREFX8>. Acesso em: 7 jul. 2025.

ALMEIDA, Jorddana Rocha de. **Ser jovem COM vida, [re]existir**: trajetórias itinerantes de egressos de medida socioeducativa de semiliberdade. 2023. 450 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão social, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/58490>. Acesso em: 7 jul. 2025.

ALMEIDA, Rosemary de Oliveira; SOUSA, Luíza Eridan Elmiro Martins de. Sob o signo do medo: o significado da Liberdade Assistida na vida de adolescentes em conflito com a lei. **PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v.18.2, pp. 27-51, 2011. Disponível em: <https://revistas.usp.br/plural/article/view/74494>. Acesso em: 31 ago. 2025.

BARBOSA, Janilson Pinheiro. Investigando o obscuro: a pesquisa acadêmica nos labirintos da violência juvenil - entre poder e reconhecimento. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 9, n. 2, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/5893>. Acesso em: 31 ago. 2025.

BAZON, Marina Rezende; SILVA, Jorge Luiz da; FERRARI, Renata Martins. Trajetórias escolares de adolescentes em conflito com a lei. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v. 29, n. 02, p. 175-199, jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/N9mXMqqNyJwh4CWRPXdcSrj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 ago. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 5 abr.,2025. Acesso em: 31 ago. 2025.

BRASIL. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 31 ago. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 [e Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS]**. Brasília, 2005. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/normativas/pnas2004.pdf . Acesso em: 31 ago. 2025.

BRASIL. **Lei 12.594, de 12 de janeiro de 2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Brasília, DF, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm. Acesso em: 31 ago. 2025.

BRASIL. **Lei 12.852 de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional da Juventude (Sinajuve). Brasília, DR, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. Entrevista concedida a Anne-Marie Métaillie. In: BOURDIEU, Pierre. 1983. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco, 1983, p. 112-121. Disponível em: <https://observatoriодоensinomedio.ufpr.br/wp-content/uploads/2014/04/a-juventude-e- apenas-uma-palavra-bourdieu.pdf>. Acesso em 5 abr. 2025.

BOURDIEU, Pierre *et al.* **A miséria do mundo**. 7. ed. Petrópoles, Vozes, 2008.

CARVALHO, Carla Érica Candida de. **Juventude às margens: relação com o saber em um território vulnerável**. 2020. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Vale do Rio Doce, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território (GIT), 2020. Disponível em: <https://pergamum.univale.br/pergamumweb/vinculos/000000/00000082.pdf>. Acesso em 5 abr. 2025.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coordenadores). **Atlas da Violência 2024**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Disponível em <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. Acesso: 5 abr.2025.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano 1. Artes de fazer**. 21 ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2014a.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano 2. Morar, cozinhar**. 10 ed. Petrópolis, Rj, Vozes, 2014b.

CHARLOT, Bernard (org). **Os jovens e o saber. Perspectivas mundiais**. Porto Alegre, Artmed Editora, 2001.

CHARLOT, Bernard. Valores e normas da juventude contemporânea. In: PAIXÃO, Lea Pinheiro; ZAGO, Nadir (orgs.). **Sociologia da Educação: pesquisa e realidade brasileira**. Ed. Vozes, Petrópoles, 2007.

CHARLOT, Bernard. **A relação com o saber nos meios populares – uma investigação nos liceus profissionais do subúrbio**. CIIE/Livpsic, 2009.

CHARLOT, Bernard. Os fundamentos antropológicos de uma teoria da Relação com o Saber. **Revista Internacional Educon**. v. 2, jan/mar 2021. Disponível em:

[file:///C:/Users/Dell/Downloads/1727-Artigo%20Revisado%20\(Portugu%C3%AAs\)-3508-1-10-20210422%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Dell/Downloads/1727-Artigo%20Revisado%20(Portugu%C3%AAs)-3508-1-10-20210422%20(1).pdf). Acesso em 2 set. 2025.

CHARLOT, B. Aprender é Entrar no Mundo Humano e nele Produzir-se como sendo Humano (A Educação como Fundamento Antropológico). **Revista Internacional Educon**, [S. l.], v. 5, n. 1, 2024. Disponível em: <https://grupoeducan.com/revista/index.php/revista/article/view/1767> . Acesso em: 2 set. 2024.

CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. O espaço como componente da vulnerabilidade dos adolescentes do sexo masculino em conflito com a lei para a conduta infracional. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v.3, n.1, p.41-53, jan./jul. 2009. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/1191>. Acesso em 2 set. 2025.

CHIMIN JUNIOR, Alides; SILVA, Joseli Maria. Espaço, atos infracionais e a criação social dos adolescentes em conflito com a lei. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 1, n. 2, p. 295-308, ago. / dez. 2010. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rflagg/article/view/1327>. Acesso em 2 set. 2025.

COSCIONI, Vinicius *et al.* Projetos de vida de adolescentes em medida socioeducativa de internação. **Ciencias Psicológicas**, v. 12, n. 1, p.109-120, 2018. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/4595/459555547012/459555547012_2.pdf. Acesso em 2 set. 2025.

COSCIONI, Vinicius *et al.* Significados do mundo do crime para adolescentes em medida socioeducativa de internação, Brasil. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v.17, n.2, p. 1-20, 2019. Disponível em: <https://revistaumanizales.cinde.org.co/rllcsnj/index.php/Revista-Latinoamericana/article/view/3790/1020>. Acesso em 2 set. 2025.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. 3 ed. Porto Alegre, Penso, 2014.

DIAS, Ana Lúcia Cristo. **Juventudes e territórios**: constituição das experiências juvenis no Programa Fica Vivo! em Governador Valadares – MG. 2016. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Vale do Rio Doce, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território (GIT), 2016. Disponível em: <https://pergamum.univale.br/pergamumweb/vinculos/000000/000000d6.pdf>. Acesso em 2 set. 2025.

DIAS, Ana Lúcia Cristo; SOUZA, Maria Celeste Reis Fernandes de. Significados atribuídos por jovens às experiências educativas vivenciadas no programa fica vivo!. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v.35, e208620, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/educ/a/qTgJ9GmywsYZkWj3TMHPQry/?lang=pt>. Acesso em 25 ago. 2025.

DINIZ, Rodrigo Aparecido. Territórios e produção do espaço. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL. 17, Rio de Janeiro. **Anas [...]**, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/00302.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2024.

DUARTE, Joana das Flores. **Meninas e Território: criminalização da pobreza e seletividade jurídica**. São Paulo, Cortez, 2018.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. **A história de uma formação socioeconômica urbana: Governador Valadares**. *Varia História*, Belo Horizonte, v.19, p. 148-162, 1998. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/5724a7fa22482e5c002898aa/1462020093175/7_Espindola%2C+Haruf+Salmen.pdf. Acesso em: 31 ago. 2025.

FERENHOF, Helio Aisenberg; FERNANDES, Roberto Fabiano. Desmistificando a revisão de literatura como base para redação científica: método SSF. **Revista ACB**, v. 21, n. 3, p. 550-563, 2016. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1194>. Acesso em: 5 abr. 2025.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo, Bookman, 2004.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **3º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2009. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/1f8900da-7ec1-4ed3-a177-21589aed0a0b>. Acesso em: 19 jul. 2025.

FRANCO, Mariana Guedes de Oliveira; BAZON, Marina Rezende. Percurso e experiências escolares de adolescentes em conflito com a lei: trajetórias possíveis. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 35, p. e183939, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/spxGbHcRGgGbb3zKSGQYQSf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 ago. 2025.

GALLAND, Olivier. Sociologia da Juventude. In: ZANTEN, Agnès van (orgs). **Dicionário de Educação**. Editora Vozes, Petrópolis, 2011.

GAL, Iddo. Adult statistical literacy: Meanings, components, responsibilities. **International Statistical Review**, v. 1, n. 70, p. 1-25, 2002. Disponível em: <https://iase-web.org/documents/intstatreview/02.Gal.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2025.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; SILVA, Michelle Moraes de Sá; LEOPOLDI, Maria Antonieta (Org.). **Desmonte e Reconfiguração de Políticas Públicas (2016-2022)**. Brasília: Ipea, 2023.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2014.

HEILLER, Jeison Giovani. O ECA, o adolescente e o sistema socioeducativo - um recorte jurídico. **INTRATEXTOS**, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p. 124-142, 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intratextos/article/view/2405/1723>. Acesso em: 4 ago. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/governador-valadares/panorama/>. Acesso em: 17 ago. de 2025.

IDSC. **Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**, 2023. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/>. Acesso em 28 jul. 2025

IPEA. **Atlas da Violência dos Municípios Brasileiros 2019**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/21/atlas-da-violencia-dos-municipios-brasileiros-2019>. Acesso em: 28 jul. 2025.

IPEA. **Atlas da Violência dos Municípios 2024**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/286/atlas-2024-municipios>. Acesso em: 28 jul. 2025.

JACOBINAL, Olga Maria Pimentel; COSTA, Liana Fortunato. “Para não ser bandido”: trabalho e adolescentes em conflito com a lei. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 10, n. 2, p. 95-110, 2007. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cpst/article/view/25803>. Acesso em: 28 jul. 2025.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. 2. ed. São Paulo, Cortez Editora, 2011.

KOGA, Dirce. Diagnósticos socioterritoriais: conhecimento de dinâmicas e sentidos dos lugares de intervenção. In: FÁVERO, Eunice e GOIS, Dalva Alves de. (orgs). **Serviço Social e temas sociojurídicos: debates e experiências**. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2014.

LEMONS, Ana Cristina Marques. **A relação com o saber dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativa de privação de liberdade**. 2016. 124 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Vale do Rio Doce, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território (GIT), 2016. Disponível em: <https://pergamum.univale.br/pergamumweb/vinculos/000000/000000dd.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2025.

LOPES, Celi A. E. Literacia estatística e Inaf 2002. In: FONSECA, Maria da Conceição F. R (Org.) **Letramento no Brasil: habilidades matemáticas**. São Paulo: Global: Ação Educativa: Instituto Paulo Montenegro, 2004, p. 187-200.

LOURENÇO, Gírlene Lopes de Oliveira. **Asas cortadas: territorialidades na rede de atendimento aos jovens em liberdade assistida no município de Governado Valadares**. 2020. 95 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Vale do Rio Doce, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território (GIT), 2020. Disponível em: <https://pergamum.univale.br/pergamumweb/vinculos/000000/0000007f.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2025.

MARANDOLA JUNIOR, Eduardo; HOGAN, Joseph. As dimensões da vulnerabilidade. **Em perspectiva**, São Paulo, v.20, n.1, jan/mar, 2006. Disponível em: https://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v20n01/v20n01_03.pdf. Acesso em: 28 jul. 2025.

MELLA, Lisiane Ligia; LIMBERGER, Jéssica; ANDRETTA, Ilana. Políticas públicas e adolescentes em conflito com a lei: revisão sistemática da literatura nacional. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v.3, n.2, p. 88 – 99, mai/ago, 2015. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/10>. Acesso em: 4 ago. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAES, Silvia Piedade de; BRETAS, José Roberto da Silva. O ônus do prazer: o aprendizado da sexualidade de meninas em conflito com a lei. **Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana**, RBSH, v. 27, n.1, p. 37 - 48, 2016. Disponível em https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/120. Acesso em: 4 ago. 2025.

MORENO, Andrea Cecília. “**Aprender é viver**”: relação com o saber e vínculos territoriais na perspectiva de jovens do ensino médio. 2020. 154 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Vale do Rio Doce, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território (GIT), 2020. Disponível em: <https://pergamum.univale.br/pergamumweb/vinculos/000000/000000073.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2025.

NARDI, Fernanda Ludke e DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Trajetória de Adolescentes em Conflito com a Lei Após Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Fechado. **Psico**, Porto Alegre, PUCRS, v. 45, n. 4, p. 541-550, out.-dez. 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/article/view/12978>. Acesso em: 28 jul. 2025.

NASCIMENTO. Érika Benigna. “**Estou cansada, muito cansada**”: opressões interseccionais de raça e gênero vivenciadas por adolescentes negras estudantes da educação básica. 2022. 123 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) - Universidade Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2022. Disponível em: <https://pergamum.univale.br/pergamumweb/vinculos/000002/000002d4.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2025.

NOVAES, Edmarcius Carvalho. **As multiterritorialidades da condição juvenil a partir da marca do acautelamento**. 2016. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Vale do Rio Doce, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território (GIT), 2016. Disponível em: <https://pergamum.univale.br/pergamumweb/vinculos/000000/000000ec.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2025.

OLIVEIRA, Amanda Gleiciane de Lima *et al.* Nível de culpabilidade em adolescentes em conflito com a lei. **Revista sociais e humanas**, [S. l.], v. 32, n. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/32516>. Acesso em: 4 ago. 2025.

PAIVA, Ilana Lemos; GOMES, Rayane Cristina Andrade; VALENÇA, Daniel Araújo. Sistema socioeducativo potiguar: um debate sobre violações de direitos de crianças e adolescentes no âmbito internacional. **R. Dir. Gar. Fund.**, Vitória, v. 17, n. 2, p. 327-352, jul./dez. 2016.

POMBO, Olga. **Práticas Interdisciplinares**. Sociologias. Porto Alegre. Ano 8, n. 15. Jan/jun. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/cPxN6qMGJ6f4v964msqHZ8y/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 ago. 2025.

PREFEITURA DE GOVERNADOR VALADARES. Secretaria Municipal de Assistência Social. Centro de Referência da Especializado da Assistência Social (Creas). **Regimento Interno**. 2025.

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. 3 ed. São Paulo, Cortez Editora, 2011.

RIZZINI, Irene; SPOSATI, Adaíza e OLIVEIRA, Antônio Carlos de. **Adolescências, direitos e medidas socioeducativas em meio aberto**. São Paulo, Cortez Editora, 2019.

SANTOS, Guilherme Rodrigues dos. **O racismo num existe. É por causa que é igual aquela pessoa que nunca viu um fantasma**: conformações dos corpos-territórios de jovens negros, no bairro Turmalina, em Governador Valadares. 2025. 138 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) - Universidade Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2025. Disponível em: <https://pergamum.univale.br/acervo/240851>. Acesso em: 4 ago. 2025.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha. K. (Orgs.). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A Editora HUCITEC, 2006, p. 13- 21.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7 ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

SANTOS, Wagner Fabiano. **O território do crime em Governador Valadares**: diagnóstico e perspectivas. 2012. 96 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) - Universidade Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2012. Disponível em: <https://pergamum.univale.br/pergamumweb/vinculos/000001/00000127.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2025.

SEHN, Amanda Schöffel *et al.* Fatores de risco na vida de adolescentes portugueses em conflito com a lei. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 568-589, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/29309>. Acesso em: 4 ago. 2025.

SILVA, Jéssica Beatriz; CRUZ, Maria do Carmo Meirelles Toledo. Intersetorialidade e medida socioeducativa: uma pesquisa bibliográfica na plataforma Scielo. **Revista Foco**, Curitiba (PR), v.16.n.4, p.01-14, 2023.

SOARES Ricardo Henrique Soares *et al.* Medidas judiciais atinentes à atenção em saúde mental de adolescentes em conflito com a lei. **Interface**, Botucatu, v. 21, n. 60, p. 123-31, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/RLSdnFtLbgrBHb3QDFzZvJR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 ago. 2025.

SOUZA, Elza Maria de Souza; ABRÃO, Fernanda Pires da Silva; ALMEIDA, Janayana Oliveira. Desigualdade Social, Delinquência e Depressão: Um Estudo com Adolescentes em Conflito com a Lei. **Rev. Salud Pública**, v.13, n.1, p.13-26, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/rsap/2011.v13n1/13-26>. Acesso em: 4 ago. 2025.

SOUZA, Maria Celeste Fernandes de Souza *et al.* (orgs). **Conversando com a cidade**: cartografias no bairro Santa Helena, Governador Valadares, MG: territórios vividos e territórios educativos. Governador Valadares: Editora Univale, 2023. Disponível em: <https://editora.univale.br/conversando-com-a-cidade-cartografias-no-bairro-santa-helena-em-governador-valadares-mg-territorios-vividos-e-territorios-educativos/>. Acesso em: 25 ago. 2025.

SOUZA, Maria Celeste Fernandes de Souza *et al.* (orgs). **Conversando com a cidade**: cartografias na Comunidade do Morro do Carapina, Governador Valadares, MG: territórios vividos e territórios educativos. Governador Valadares: Editora Univale, 2024a. Disponível em:

<https://editora.univale.br/conversando-com-a-cidade-cartografias-na-comunidade-do-morro-do-carapina-governador-valadares-mg-territorios-vividos-e-territorios-educativos/>. Acesso em: 25 ago. 2025.

SOUZA, Maria Celeste Fernandes de Souza *et al.* (orgs). **Conversando com a cidade: cartografias no bairro Turmalina, Governador Valadares, MG: territórios vividos e territórios educativos.** Governador Valadares: Editora Univale, 2024b. Disponível em: <https://editora.univale.br/conversando-com-a-cidade-cartografias-no-bairro-turmalina-governador-valadares-mg-territorios-vividos-e-territorios-educativos/>. Acesso em: 25 ago. 2025.

SOUZA NETO, João Clemente de; CENTOLANZA; Carlos Antônio. Da prática do desvio ao protagonismo. **Psico**, Porto Alegre, PUCRS, v. 41, n. 1, pp. 128-136, jan./mar. 2010. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/article/view/4516>. Acesso em: 14 jul. 2025.

TURRA NETO, Necio. **Múltiplas territorialidade juvenis. Territórios e rede de sociabilidade.** Jundaí, Paco Editorial, 2012.

VEDOVELLO, A. J. S. *et al.* Terapia ocupacional e socioeducação: uma trajetória institucional de acompanhamento de adolescentes e jovens durante quatro décadas. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, 2023.

VILAS BOAS, Cristina Campolina *et al.* Lugar é laço, palavra é laço: extensão como território de enlace do adolescente em conflito com a lei. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 5, n. 9, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/pretextos/article/view/22470>. Acesso em: 14 jul. 2025.

VISIOLI, Marina Mara Martins Rodrigues *et al.* Repertório de habilidades sociais e atraso escolar em adolescentes em conflito com a lei. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia, Londrina**, v. 9, n. 2, p. 118-140, ago. 2018.

ZAINE, Isabela REIS; Maria de Jesus Dutra dos; PADOVANI, Ricardo da Costa. Comportamentos de bullying e conflito com a lei. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v.27, n.3, p. 375-382, julho - setembro, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/cYKgYcx3VWCHHhVhmkQ3mkF/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 4 ago. 2025.

APÊNDICE A – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TALE



Missão

Construir e compartilhar o conhecimento por meio da formação de profissionais competentes, éticos e comprometidos com o desenvolvimento humano e regional.

Visão

Ser referência como instituição educacional inovadora, comunitária e inclusiva.



TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TALE

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa realizada pela mestrandia do GIT/UNIVALE, Gisela Oliveira e Silva Costa, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Celeste Reis Fernandes Souza e co orientação da Profa. Dra. Fernanda Cristina de Paula, sob o título: “Efeito território e territorialidades juvenis: uma pesquisa com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, em Governador Valadares (MG)”. Seu responsável legal permitiu que você participasse. O objetivo geral desta pesquisa é compreender a relação entre efeito território e as territorialidades construídas por adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, em Governador Valadares (MG). Você não precisa participar da pesquisa se não quiser. É um direito seu. Não terá nenhum problema se decidir a qualquer momento desistir de participar.

O estudo está sendo desenvolvido no CREAS em que você é atendido, onde você participará de uma entrevista na qual será convidado a relatar sobre suas vivências como adolescente. Gostaria que você contasse sua história de vida, relação familiar, com os colegas e vizinhos, acesso à escola, esporte ou unidade de saúde, dentre outras que deseje relatar. O tempo da entrevista depende de você, mas pensei que poderíamos conversar por cerca de 30 minutos. A entrevista será realizada em espaço que garanta seu conforto e privacidade. A entrevista será gravada em áudio, mas esses dados serão mantidos em sigilo e sua identidade não será revelada.

Durante sua participação, você poderá recusar responder a qualquer pergunta ou participar de procedimento(s) que porventura lhe causar (em) algum constrangimento. Você poderá se recusar a participar da pesquisa ou poderá abandonar o procedimento em qualquer momento, sem nenhuma penalização ou prejuízo. A sua participação na pesquisa será como voluntário não recebendo nenhum privilégio, seja ele de caráter financeiro ou de qualquer natureza. Entretanto, lhe serão garantidos todos os cuidados necessários à sua participação de acordo com seus direitos individuais e respeito ao seu bem-estar físico e psicológico.

A sua participação poderá envolver os seguintes riscos ou desconfortos: risco em grau mínimo de ocasionar constrangimento ou desagradáveis, por remeter a lembranças que podem ser negativas, em relação ao contexto sociofamiliar, ou ao cumprimento da medida socioeducativa.

Campus I

Campus Armando Vieira
Rua Juiz de Paz José Lemos, 695 – Vila Bretas
CEP: 35030-260 | Governador Valadares/MG
(33) 3279-5200

Campus II

Campus Antônio Rodrigues Coelho
Rua Israel Pinheiro, 2000 – Universitário
CEP: 35020-220 | Governador Valadares/MG
(33) 3279-5500

univale.br

**Missão**

Construir e compartilhar o conhecimento por meio da formação de profissionais competentes, éticos e comprometidos com o desenvolvimento humano e regional.

Visão

Ser referência como instituição educacional inovadora, comunitária e inclusiva.

A fim de minimizar esse risco, a pesquisadora estará preparada para interromper a entrevista e aguardar o seu restabelecimento, bem como permitir que você abandone a pesquisa. Outro risco, também de grau mínimo, refere-se à possibilidade de que alguma informação dada seja sensível e sua divulgação possa ocasionar algum transtorno a você. Esse risco será minimizado por atenção estrita da pesquisadora ao sigilo e atenção redobrada na divulgação dos dados, para que não seja possível identificar a sua identificação.

Caso aconteça algo que cause algum constrangimento e/ou desconforto, você ou seus responsáveis poderão procurar a pesquisadora Gisela Oliveira e Silva Costa pessoalmente, no momento das atividades, ou pelo telefone 33 988466219 e e-mail gisela.costa@univale.br.

Em caso de qualquer desconforto, a pesquisadora se compromete em conduzir você para um espaço onde se sinta confortável, como uma sala do CREAS, e acalmá-lo, entrando em contato com os seus responsáveis, caso isso seja solicitado, e aí você poderá decidir por continuar ou não a sua participação na pesquisa.

Preveem-se como benefícios da realização desta pesquisa um melhor conhecimento dos adolescentes e jovens que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto, o que poderá auxiliar o planejamento e a execução das ações desenvolvidas pelo CREAS de Governador Valadares. Além disso contribuirá para a efetividade de políticas públicas para esse público com relação a educação, cultura, esporte, lazer, assistência social e saúde.

Os resultados da pesquisa serão divulgados em formato acessível aos participantes, assim, você tem o acesso garantido a estes resultados, que também serão apresentados em eventos e/ou publicações científicas e com a equipe do CREAS. Na apresentação dos resultados não serão citados os nomes dos participantes e sim nomes fictícios, garantindo o sigilo de sua identidade.

- Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que também, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir.
- A pesquisadora tirou minhas dúvidas e conversou com os meus responsáveis.
- Recebi uma cópia deste termo de assentimento, li com meus responsáveis, e concordo em participar da pesquisa.

Campus I

Campus Armando Vieira
Rua Juiz de Paz José Lemos, 695 – Vila Bretas
CEP: 35030-260 | Governador Valadares/MG

(33) 3279-5200

Campus II

Campus Antônio Rodrigues Coelho
Rua Israel Pinheiro, 2000 – Universitário
CEP: 35020-220 | Governador Valadares/MG

(33) 3279-5500

univale.br

**Missão**

Construir e compartilhar o conhecimento por meio da formação de profissionais competentes, éticos e comprometidos com o desenvolvimento humano e regional.

Visão

Ser referência como instituição educacional inovadora, comunitária e inclusiva.



Assinatura do adolescente
Nome completo

Responsável que assinou TCLE e testemunhou assentimento:

Assinatura:

Pesquisadora:

Governador Valadares, ____ de ____ de ____

Campus I

Campus Armando Vieira
Rua Juitz de Paz José Lemos, 665 – Vila Bretas
CEP: 35030-260 | Governador Valadares/MG

(33) 3279-5200

Campus II

Campus Antônio Rodrigues Coelho
Rua Israel Pinheiro, 2000 – Universitário
CEP: 35020-220 | Governador Valadares/MG

(33) 3279-5500

univale.br

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO –TCLE



Missão

Construir e compartilhar o conhecimento por meio da formação de profissionais competentes, éticos e comprometidos com o desenvolvimento humano e regional.

Visão

Ser referência como instituição educacional inovadora, comunitária e inclusiva.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

1 – Identificação do responsável pela execução da pesquisa:

Título: “Efeito território e territorialidades juvenis: uma pesquisa com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, em Governador Valadares (MG)”
Natureza do Projeto: Projeto de Pesquisa
Pesquisadora Responsável: Gisela Oliveira e Silva Costa
Professora Orientadora: Dra. Maria Celeste Reis Fernandes de Souza
Professora Co orientadora: Dra. Fernanda Cristina de Paula.
Contato do pesquisador responsável
Endereço: Rua Albânia, 69/301 – Grã-Duquesa. Governador Valadares (MG)
Telefone(s): 33 988466219

2 – IDENTIFICAÇÃO INSTITUIÇÃO:

Instituição: Universidade Vale do Rio Doce – Univale
Curso: Mestrado em Gestão Integrada do Território – GIT
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE FUNDAÇÃO PERCIVAL FARQUHAR - CEP/UNIVALE
Rua Israel Pinheiro, 2000 – Campus Universitário – Tel.: 3279-5575

3 – INFORMAÇÕES AO PARTICIPANTE OU RESPONSÁVEL:

1) O adolescente sob sua responsabilidade está sendo convidado a participar de uma pesquisa intitulada “Efeito território e territorialidades juvenis: uma pesquisa com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, em Governador Valadares (MG)”

2) A pesquisa terá como objetivo principal compreender a relação entre efeito território e as territorialidades construídas por adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, em Governador Valadares (MG)

A realização da pesquisa se justifica por possibilitar um melhor conhecimento do efeito território nas territorialidades juvenis, o que poderá auxiliar no planejamento e na execução das ações desenvolvidas pelo CREAS de Governador Valadares, bem como outros atores da rede de atendimento infanto juvenil.

Campus I

Campus Armando Vieira
Rua Juiz de Paz José Lemos, 895 – Vila Bretas
CEP: 35030-260 | Governador Valadares/MG

(33) 3279-5200

Campus II

Campus Antônio Rodrigues Coelho
Rua Israel Pinheiro, 2000 – Universitário
CEP: 35020-220 | Governador Valadares/MG

(33) 3279-5500

univale.br

**Missão**

Construir e compartilhar o conhecimento por meio da formação de profissionais competentes, éticos e comprometidos com o desenvolvimento humano e regional.

Visão

Ser referência como instituição educacional inovadora, comunitária e inclusiva.

3) Antes de autorizar a participação do adolescente sob sua responsabilidade, leia atentamente as explicações que informam sobre os procedimentos da pesquisa e a entrevista da qual ele é convidado a participar.

4) O estudo está sendo desenvolvido no CREAS em que o adolescente sob a sua responsabilidade é atendido, onde ele participará de uma entrevista na qual será convidado a relatar sobre suas vivências como adolescente (história de vida, relação familiar, com os colegas e vizinhos, acesso à escola, esporte ou unidade de saúde, dentre outras que deseje relatar). O tempo da entrevista depende dele, mas pensei que poderíamos conversar por cerca de 30 minutos. A entrevista será realizada em espaço que garanta conforto e privacidade ao adolescente. A entrevista será gravada em áudio, mas esses dados serão mantidos em sigilo e a identidade dele não será revelada.

5) Durante a participação, o adolescente sob sua responsabilidade poderá se recusar responder a qualquer pergunta ou participar de procedimentos que por ventura lhe causarem algum constrangimento.

6) O adolescente poderá se recusar a participar da pesquisa ou poderá abandonar o procedimento em qualquer momento, sem nenhuma penalização ou prejuízo.

7) A participação do adolescente na pesquisa será voluntária, não recebendo nenhum privilégio, seja ele de caráter financeiro ou de qualquer natureza. Entretanto, lhe serão garantidos todos os cuidados necessários à sua participação de acordo com seus direitos individuais e respeito ao seu bem-estar físico e psicológico.

8) A participação do adolescente sob sua responsabilidade poderá envolver os seguintes riscos ou desconfortos: risco em grau mínimo de ocasionar constrangimento ou emoções desagradáveis, por remeter a lembranças que podem ser negativas, em relação ao contexto sociofamiliar, ou ao cumprimento da medida socioeducativa. A fim de minimizar esse risco, a pesquisadora estará preparada para interromper a realização da entrevista para o restabelecimento do adolescente, bem como permitir que ele abandone a pesquisa sem nenhuma penalização. Outro risco, também de grau mínimo, refere-se à possibilidade de que alguma informação dada seja sensível e sua divulgação possa ocasionar algum transtorno ao adolescente. Esse risco será minimizado por atenção estrita da pesquisadora ao sigilo e atenção redobrada na divulgação dos dados, para que não seja possível identificar os participantes

Campus I

Campus Armando Vieira
Rua Juiz de Paz José Lemos, 695 – Vila Bretas
CEP: 35030-260 | Governador Valadares/MG

(33) 3279-5200

Campus II

Campus Antônio Rodrigues Coelho
Rua Israel Pinheiro, 2000 – Universitário
CEP: 35020-220 | Governador Valadares/MG

(33) 3279-5500

univale.br

**Missão**

Construir e compartilhar o conhecimento por meio da formação de profissionais competentes, éticos e comprometidos com o desenvolvimento humano e regional.

Visão

Ser referência como instituição educacional inovadora, comunitária e inclusiva.

9) Preveem-se como benefícios da realização desta pesquisa um melhor conhecimento dos adolescentes e jovens que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto, o que poderá auxiliar o planejamento e a execução das ações desenvolvidas pelo CREAS de Governador Valadares. Além disso contribuirá para a efetividade de políticas públicas para esse público com relação a educação, cultura, esporte, lazer, assistência social e saúde.

10) Ficam assegurados o ressarcimento de quaisquer gastos decorrentes de sua participação nesta pesquisa. O ressarcimento será feito em dinheiro, que será entregue no CREAS onde o adolescente é atendido, por um(a) pesquisador(a).

10.1) Também fica assegurado ao adolescente sob sua responsabilidade o direito a indenizações e a cobertura material para reparação danos diretos/indiretos e imediatos/tardios causados pela participação na pesquisa, proporcionalmente ao dano causado.

10.2) Em caso de danos decorrentes da realização da pesquisa, o adolescente sob sua responsabilidade receberá assistência integral, de maneira gratuita, pelo tempo que se fizer necessário.

11) Serão garantidos o sigilo e privacidade aos participantes, assegurando-lhes o direito de omissão de sua identificação ou de dados que possam comprometer-lo. Na apresentação dos resultados não serão citados os nomes dos participantes.

12) Os TCLEs e demais documentos produzidos que contenham algum tipo de identificação serão arquivados em armário com cadeado em laboratório da Univale, como forma de evitar a associação de nomes e resultados, resguardando a pesquisadora e os participantes.

13) Como forma de garantir a não violação e a integridade dos documentos (danos físicos, cópias, rasuras, quebra de sigilo) produzidos no decorrer desta pesquisa, os documentos eletrônicos (gravação das entrevistas e bancos de dados) produzidos em todas as fases da pesquisa ficarão arquivados em arquivos de um computador, com acesso protegido por senha, proporcionando privacidade e sigilo dos dados coletados.

Os documentos físicos ficarão armazenados por um período de cinco anos no Núcleo de Pesquisa do mestrado GIT, em armário com cadeado, por 5 anos. Esse material em seguida é encaminhado para reciclagem com o cuidado de não terem conteúdo que gere identificação dos/as participantes.

Campus I

Campus Armando Vieira
Rua Juiz de Paz José Lemos, 695 – Vila Bretas
CEP: 35030-260 | Governador Valadares/MG

(33) 3279-5200

Campus II

Campus Antônio Rodrigues Coelho
Rua Israel Pinheiro, 2000 – Universitário
CEP: 35020-220 | Governador Valadares/MG

(33) 3279-5500

univale.br

Recredenciada pela Portaria Ministerial Nº 1.669, de 28/11/2011 e pelo parecer CNE/CES Nº 285/2011 | Fundação Percival Farquhar (Mantenedora) CNPJ: 20.611.810/0001-01

**Missão**

Construir e compartilhar o conhecimento por meio da formação de profissionais competentes, éticos e comprometidos com o desenvolvimento humano e regional.

Visão

Ser referência como instituição educacional inovadora, comunitária e inclusiva.

14) Os resultados obtidos com a pesquisa serão apresentados em eventos ou publicações científicas por meio de resumos, artigos e Dissertação de Mestrado e à equipe do CREAS. Será também garantido que os resultados sejam apresentados aos participantes dessa pesquisa, bem como o compromisso da pesquisadora em divulgar os resultados da pesquisa em formato acessível à população que foi pesquisada e divulgação dos resultados ao SUS (Resolução CNS nº 466 de 2012, itens II.2 e II.24, e Resolução CNS nº 580, art. 9º).

Declaro para devidos fins que recebi uma via deste documento. Confirmando ter sido informado e esclarecido sobre o conteúdo deste termo. A minha assinatura abaixo indica que concordo em participar desta pesquisa e por isso dou meu livre consentimento.

Governador Valadares, ____ de ____ de ____.

Nome do participante: _____

Assinatura do participante: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

Campus I

Campus Armando Vieira
Rua Juiz de Paz José Lemos, 695 – Vila Bretas
CEP: 35030-260 | Governador Valadares/MG

(33) 3279-5200

Campus II

Campus Antônio Rodrigues Coelho
Rua Israel Pinheiro, 2000 – Universitário
CEP: 35020-220 | Governador Valadares/MG

(33) 3279-5500

univale.br

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TALE – MAIORES DE IDADE



Missão

Construir e compartilhar o conhecimento por meio da formação de profissionais competentes, éticos e comprometidos com o desenvolvimento humano e regional.

Visão

Ser referência como instituição educacional inovadora, comunitária e inclusiva.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

1 – Identificação do responsável pela execução da pesquisa:

Título: “Efeito território e territorialidades juvenis: uma pesquisa com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, em Governador Valadares (MG)”
Natureza do Projeto: Projeto de Pesquisa
Pesquisadora Responsável: Gisela Oliveira e Silva Costa
Professora Orientadora: Dra. Maria Celeste Reis Fernandes de Souza
Professora Co orientadora: Dra. Fernanda Cristina de Paula.
Contato do pesquisador responsável
Endereço: Rua Albânia, 69/301 – Grã-Duquesa, Governador Valadares (MG)
Telefone(s): 33 988466219

2 – IDENTIFICAÇÃO INSTITUIÇÃO:

Instituição: Universidade Vale do Rio Doce – Univale
Curso: Mestrado em Gestão Integrada do Território – GIT
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE FUNDAÇÃO PERCIVAL FARQUHAR - CEP/UNIVALE
Rua Israel Pinheiro, 2000 – Campus Universitário – Tel.: 3279-5575

3 – INFORMAÇÕES AO PARTICIPANTE OU RESPONSÁVEL:

1) Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa intitulada “Efeito território e territorialidades juvenis: uma pesquisa com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, em Governador Valadares (MG)”

2) A pesquisa terá como objetivo principal compreender a relação entre efeito território e as territorialidades construídas por adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, em Governador Valadares (MG)

A realização da pesquisa se justifica por possibilitar um melhor conhecimento do efeito território nas territorialidades juvenis, o que poderá auxiliar no planejamento e na execução das ações desenvolvidas pelo CREAS de Governador Valadares, bem como outros atores da rede de atendimento infanto juvenil.

Campus I

Campus Armando Vieira
Rua Juiz de Paz José Lemos, 695 – Vila Bretas
CEP: 35030-260 | Governador Valadares/MG
(33) 3279-5200

Campus II

Campus Antônio Rodrigues Coelho
Rua Israel Pinheiro, 2000 – Universitário
CEP: 35020-220 | Governador Valadares/MG
(33) 3279-5500

univale.br

**Missão**

Construir e compartilhar o conhecimento por meio da formação de profissionais competentes, éticos e comprometidos com o desenvolvimento humano e regional.

Visão

Ser referência como instituição educacional inovadora, comunitária e inclusiva.

- 3) Antes de aceitar participar da pesquisa, leia atentamente as explicações que informam sobre os procedimentos da pesquisa e a entrevista da qual você é convidado a participar.
- 4) O estudo está sendo desenvolvido no CREAS em que você é atendido, onde você participará de uma entrevista na qual será convidado a relatar sobre suas vivências como adolescente. Gostaria que você contasse sua história de vida, relação familiar, com os colegas e vizinhos, acesso à escola, esporte ou unidade de saúde, dentre outras que deseje relatar. O tempo da entrevista depende de você, mas pensei que poderíamos conversar por cerca de 30 minutos. A entrevista será realizada em espaço que garanta seu conforto e privacidade. A entrevista será gravada em áudio, mas esses dados serão mantidos em sigilo e sua identidade não será revelada.
- 5) Durante sua participação, você poderá recusar responder a qualquer pergunta ou participar de procedimentos que por ventura lhe causarem algum constrangimento.
- 6) Você poderá se recusar a participar da pesquisa ou poderá abandonar o procedimento em qualquer momento, sem nenhuma penalização ou prejuízo.
- 7) A sua participação na pesquisa será voluntária, não recebendo nenhum privilégio, seja ele de caráter financeiro ou de qualquer natureza. Entretanto, lhe serão garantidos todos os cuidados necessários à sua participação de acordo com seus direitos individuais e respeito ao seu bem-estar físico e psicológico.
- 8) A sua participação poderá envolver os seguintes riscos ou desconfortos: risco em grau mínimo de ocasionar constrangimento ou emoções desagradáveis, por remeter a lembranças que podem ser negativas, em relação ao contexto sociofamiliar, ou ao cumprimento da medida socioeducativa. A fim de minimizar esse risco, a pesquisadora estará preparada para interromper a realização da entrevista seu restabelecimento, bem como permitir que você abandone a pesquisa sem nenhuma penalização. Outro risco, também de grau mínimo, refere-se à possibilidade de que alguma informação dada seja sensível e sua divulgação possa ocasionar algum transtorno a você. Esse risco será minimizado por atenção estrita da pesquisadora ao sigilo e atenção redobrada na divulgação dos dados, para que não seja possível identificar os participantes
- 9) Preveem-se como benefícios da realização desta pesquisa um melhor conhecimento dos adolescentes e jovens que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto, o que poderá auxiliar o planejamento e a execução das ações desenvolvidas pelo CREAS de Governador Valadares.

Campus I

Campus Armando Vieira
Rua Juiz de Paz José Lemos, 695 – Vila Bretas
CEP: 35030-260 | Governador Valadares/MG

(33) 3279-5200

Campus II

Campus Antônio Rodrigues Coelho
Rua Israel Pinheiro, 2000 – Universitário
CEP: 35020-220 | Governador Valadares/MG

(33) 3279-5500

univale.br

**Missão**

Construir e compartilhar o conhecimento por meio da formação de profissionais competentes, éticos e comprometidos com o desenvolvimento humano e regional.

Visão

Ser referência como instituição educacional inovadora, comunitária e inclusiva.

Além disso contribuirá para a efetividade de políticas públicas para esse público com relação a educação, cultura, esporte, lazer, assistência social e saúde.

10) Ficam assegurados o ressarcimento de quaisquer gastos decorrentes de sua participação nesta pesquisa. O ressarcimento será feito em dinheiro, que será entregue no CREAS no qual você é atendido, por um(a) pesquisador(a).

10.1) Também fica assegurado a você o direito a indenizações e a cobertura material para reparação danos diretos/indiretos e imediatos/tardios causados pela participação na pesquisa, proporcionalmente ao dano causado.

10.2) Em caso de danos decorrentes da realização da pesquisa, você receberá assistência integral, de maneira gratuita, pelo tempo que se fizer necessário.

11) Serão garantidos o sigilo e privacidade aos participantes, assegurando-lhes o direito de omissão de sua identificação ou de dados que possam comprometer-lo. Na apresentação dos resultados não serão citados os nomes dos participantes.

12) Os TCLEs e demais documentos produzidos que contenham algum tipo de identificação serão arquivados em armário com cadeado em laboratório da Univale, como forma de evitar a associação de nomes e resultados, resguardando a pesquisadora e os participantes.

13) Como forma de garantir a não violação e a integridade dos documentos (danos físicos, cópias, rasuras, quebra de sigilo) produzidos no decorrer desta pesquisa, os documentos eletrônicos (gravação das entrevistas e bancos de dados) produzidos em todas as fases da pesquisa ficarão arquivados em arquivos de um computador, com acesso protegido por senha, proporcionando privacidade e sigilo dos dados coletados.

Os documentos físicos ficarão armazenados por um período de cinco anos no Núcleo de Pesquisa do mestrado GIT, em armário com cadeado, por 5 anos. Esse material em seguida é encaminhado para reciclagem com o cuidado de não terem conteúdo que gere identificação dos/as participantes.

14) Os resultados obtidos com a pesquisa serão apresentados em eventos ou publicações científicas por meio de resumos, artigos e Dissertação de Mestrado e à equipe do CREAS. Será também garantido que os resultados sejam apresentados aos participantes dessa pesquisa, bem como o compromisso da pesquisadora em divulgar os resultados da pesquisa em formato acessível à população que foi pesquisada e divulgação dos resultados ao SUS (Resolução CNS nº 466 de 2012, itens II.2 e II.24, e Resolução CNS

Campus I

Campus Armando Vieira
Rua Juiz de Paz José Lemos, 695 – Vila Bretas
CEP: 35030-260 | Governador Valadares/MG

(33) 3279-5200

Campus II

Campus Antônio Rodrigues Coelho
Rua Israel Pinheiro, 2000 – Universitário
CEP: 35020-220 | Governador Valadares/MG

(33) 3279-5500

univale.br

Recredenciada pela Portaria Ministerial Nº 1.669, de 28/11/2011 e pelo parecer CNE/CES Nº 285/2011 | Fundação Perceval Farquhar (Mantenedora) CNPJ: 20.611.810/0001-01

**Missão**

Construir e compartilhar o conhecimento por meio da formação de profissionais competentes, éticos e comprometidos com o desenvolvimento humano e regional.

Visão

Ser referência como instituição educacional inovadora, comunitária e inclusiva.

nº 580, art. 9º).

Declaro para devidos fins que recebi uma via deste documento. Confirmando ter sido informado e esclarecido sobre o conteúdo deste termo. A minha assinatura abaixo indica que concordo em participar desta pesquisa e por isso dou meu livre consentimento.

Governador Valadares, ____ de ____ de ____.

Nome do participante: _____

Assinatura do participante: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

Campus I

Campus Armando Vieira
Rua Juiz de Paz José Lemos, 695 – Vila Bretas
CEP: 35030-260 | Governador Valadares/MG

(33) 3279-5200

Campus II

Campus Antônio Rodrigues Coelho
Rua Israel Pinheiro, 2000 – Universitário
CEP: 35020-220 | Governador Valadares/MG

(33) 3279-5500

univale.br

Recredenciada pela Portaria Ministerial Nº 1.669, de 28/11/2011 e pelo parecer CNE/CES Nº 285/2011 | Fundação Percival Farquhar (Mantenedora) CNPJ: 20.611.810/0001-91